

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

"A cada passo" :
um estudo de redes e faccionalismo político
num reassentamento de atingidos por barragem

ANTONÁDIA MONTEIRO BORGES

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Porto Alegre, 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

"A cada passo" :
um estudo de redes e faccionalismo político
num reassentamento de atingidos por barragem

ANTONÁDIA MONTEIRO BORGES

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do
título de Mestre

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Porto Alegre, 1999

A Marcelo

Agradecimentos

O esforço maior da Antropologia consiste em compreender o esteio simbólico que orienta a diversidade nativa. Os feitos individuais ou coletivos que servem de "carne e osso" para a antropofagia etnográfica são, a um só tempo, a matéria prima e o trampolim para pensá-las "mais além".

A presente dissertação deve ser observada, neste sentido, também como um texto nativo. Uma atualização particular do modo antropológico de apreensão do mundo.

A conformação deste olhar advém de um trabalho coletivo exaustivo que, sem dúvida, encontra sua gênese na socialização familiar que afortunadamente despertou-me para a importância da diferença. Agradeço aos meus pais o gosto pela aventura e, aos meus irmãos, o prazer de sua companhia.

Entre o cru e o cozido situa-se o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e, muito especialmente, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Agradeço a todos, sobretudo aos professores Ruben George Oliven e Ondina Fachel Leal, pelo fascínio que me despertaram nos ritos iniciáticos das primeiras pesquisas. Por terem presenteado-me com seus conhecimentos do mundo rural e sua sensibilidade "em campo", sou grata aos professores Ivaldo Gehlen e Daysi Macedo de Barcellos.

A Janie K. Pacheco, Marcos Benedetti, Patrícia Sulpino, Andrea Leal, Michele Pinto, Fernanda Piccolo e Leandro Saraiva, meus amigos rastreadores, muito obrigada.

Agradeço imensamente à professora Claudia Fonseca, tanto por sua sábia impertinência teórica e descomunal sensibilidade etnográfica, como, principalmente, pela ordem "democrático-taoista" que imprimiu a esta orientação.

Agradecimentos especiais consagro aos agricultores e mediadores da Comunidade de Arcano, pelo vasto horizonte que benevolmente descortinaram a minha frente.

Resumo

A comunidade de Arcano vivia espalhada pelas margens do rio Iguaçu, cultivando suas poucas terras, até que, no ano de 1992, estas foram alagadas para a formação do reservatório de uma Usina Hidrelétrica. Este evento marcou o início do processo de reassentamento destas famílias, promovido pela companhia elétrica estadual. Reagrupadas numa fazenda localizada numa região de planalto (cento e vinte quilômetros distante da margem do rio), estas famílias viram-se compelidas a reinventar seus modos de representação política. Mesmo lhes impondo um modelo associativo de representação, a companhia elétrica não pôde controlar o rumo da disputa faccionalista que daí emergiria. Esta dissertação procura, através do método etnográfico, analisar a imbricação entre este faccionalismo local e a prática civilizadora tanto do Estado, quanto das organizações não-governamentais que ocupam-se em "levar o desenvolvimento" a esta população deslocada.

Atingidos por Barragem - Intervenção Estatal - Faccionalismo

Abstract

The community of Arcano lived scattered along the banks of the Rio Iguaçu, cultivating the scant land, until, in 1992, the area was flooded by the new reservoir of a Hydro-electric factory. This event marked the beginning of the resettlement process of these families, promoted by the state electric company. Regrouped in a farm located in a plains area (120 kilometers from the river banks), these families found themselves compelled to reinvent their way of thinking political representation. Although they imposed an associative model of representation, the electric company could not control the meanders of the factionalist disputes which sprang up. This dissertation aims to analyze, through the ethnographic method, the interlinking of this local factionalism and the civilizing practices embraced by the State as well as the non-governmental organizations which propose to bring development to this displaced population.

Índice de Abreviaturas

- AGROPEMA – Empresa Agropecuária do Município de Nossa Senhora da Conceição
- COAMO – Cooperativa de Grãos de Campo Mourão
- CONAMA – Comissão Nacional de Meio Ambiente
- COPEL – Companhia elétrica do estado do Paraná
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRABi – Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do vale do rio Iguaçu
- FAO – Food and Agriculture Organization
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG – Organização não-governamental
- SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
- STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UHE – Usina Hidroelétrica

Índice de Figuras

- Figura 1 – Croqui do Reassentamento de Arcano I _____ 33
- Figura 1.2 - Algumas redes familiares de Arcano I _____ 93

Sumário

Introdução	01
1. Capítulo – <i>O teatro da eleição</i>	09
1.1 Esculpindo Pinóquio	10
1.2 A redução dos domínios de Seu Romário	12
1.3 Redes e facções: em configuração	13
1.4 A importância da Toyota	14
1.5 Eleições em Arcano	15
1.6 Transformando um evento em objeto: a eleição	17
1.7 Rezar (ou não) pelo estatuto	21
1.8 As preparações da véspera	23
1.9 Nobres Comensais	25
1.10 O dia, a luta	26
2. Capítulo - <i>A representação feita necessidade</i>	34
2.1 Os primeiros agros anos	36
2.2 A associação biônica	39
2.3 A construção do empate, o faccionalismo necessário	44
3. Capítulo – <i>A missão de mediar</i>	48
3.1 Nos primórdios da organização	48
3.2 Um ritmo acelerado de intervenção	50
3.3 A consolidação do projeto civilizador	51
3.4 Uma reunião exemplar	52
3.5 O declínio de um certo estilo	60
3.6 Outro elemento estranho ao processo civilizador: o caboclo	62
3.7 Construção multidisciplinar de um estigma	64
3.8 A prática da Copel	66
3.9 O nó flexível entre as políticas da Copel e o faccionalismo entre os reassentados	67
4. Capítulo – <i>Os atropetados pelas águas</i>	69
4.1 Barragens e seus infortúnios	70
4.2 A casa do grande homem	73
4.3 Dona Carmem e Seu Nereu ou, de como uma família porto-alegrense transforma-se num família de "colonos" quando no Paraná	76
4.4 Amigos do Rei	79
4.5 A enchente	82
4.6 A rede de "caboclos pobres": o esteio do faccionalismo	83
4.7 As disputas pela terra	86
4.8 Tornando-se amigo de amigos	87
4.8.1 O reassentamento de Luís	88
4.8.2 O reassentamento de Seu Capivara e Dona Bernardete	88
4.8.3 O reassentamento de Seu Wilson e Dona Bia	90
4.9 As alianças que subjazem ao faccionalismo	93
Considerações Finais	97
Bibliografia	101

Introdução

Olhando retrospectivamente para nossos percursos, tendemos a apontar o acaso como força motriz de nossas ações. De certo modo, posso dizer que uma eventualidade levou-me ao campo empírico da presente pesquisa, mas sem qualquer sombra de dúvidas, a decisão de investigá-la resultou da amálgama que se fez entre meu olhar academicamente informado e as vibrantes imagens por lá observadas. Um encontro benfazejo, assim contemplo a experiência antropológica no Reassentamento de Arcano¹, iniciada pelas "artimanhas do acaso"² no verão de 1998.

Arcano é um campo vasto, cuja exploração aqui inicio, sabendo no entanto o quanto chão ainda há por percorrer. Este reassentamento de atingidos por barragem é o espelho das águas formadas pelo reservatório da usina hidrelétrica de Arcano. Aqui vivem, irradiadas na extensão de noventa e cinco pequenos lotes de terra (tamanho médio de 13 ha), famílias cujas antigas moradas foram submersas pela e para a produção de energia elétrica³. Creio que, tendo em mente este ponto de vista, aproximamo-nos destes antigos ribeirinhos do vale do rio Iguaçu, geográfica e suficientemente distantes para que não percebamos sua inegável presença em nosso irrefletido cotidiano.

A construção de usinas hidroelétricas, que remonta à década de 70 no Brasil, esteve sempre sob a tutela do Estado. No período referido, o chamado *programa de eletricidade* era implementado atendendo demandas de setores específicos da sociedade, como agências financiadoras, produtores de equipamentos e indústrias envolvidas na substituição de bens de capital, entre outros (Klein, 1987).

¹ Procuramos ficcionalizar os nomes da localidade e personagens aqui descritos, a fim de preservar o anonimato dos informantes. Somente os personagens "públicos" serão apresentados com seus nomes verdadeiros.

² Tomo emprestada a expressão de Peirano (1990) que, ao analisar a trajetória de iminentes cientistas sociais brasileiros, verificou o quanto estes não conseguem objetivar seus percursos, acreditando muitas vezes que seu envolvimento com os afazeres acadêmicos e por vezes políticos tenha sido fruto de um somatório de felizes coincidências.

³ Neste trabalho o foco principal de investigação é a disputa política por uma das duas Associações de Produtores locais. Por este motivo, as considerações etnográficas ficam circunscritas à esta parte do reassentamento, onde vivem somente 55 famílias.

Se a implantação e consolidação do setor elétrico ocorreu durante a primeira metade da década de 70 (período em que a política repressiva dos governos militares coibia a formação de qualquer resistência efetiva por parte das populações afetadas - como foram os casos de Sobradinho, no rio São Francisco e Itaipu), os movimentos que lhe eram contestatórios consolidaram-se de fato somente no início dos anos 80 (Medeiros, 1989 e Scherer-Warren 1997). As organizações dos atingidos, sobretudo na região sul aquelas do Alto Uruguai e do Vale do Iguaçu - mediadas pela atuação do setor dito progressista (ou de esquerda) da Igreja Católica e financiadas por diversas ONG's e pelo Banco Mundial - passaram a adquirir visibilidade pública, lutando por seus direitos, deflagrados em processos envolvendo projetos de larga escala⁴.

No caso de Arcano, o funcionamento da usina em 1992 marcou o início da realocação das famílias ribeirinhas para esta área comprada pela companhia elétrica, localizada nos Campos de Palmeira, uma região de planalto, no sudoeste paranaense. Como veremos adiante, uma série de paradoxos e violências marcou toda a assimétrica negociação entre o Estado e a população atingida, cujo ápice encontramos na interferência desta "presença magnânima" na administração da Associação de Produtores local, notadamente em suas implicações sobre a disputa faccionalista pelos cargos de diretoria desta entidade.

A construção do presente objeto de análise passou por um percurso sinuoso, onde pré-noções foram sendo desconstruídas e incertezas assomando, sem dúvida, em meio a constantes avanços interpretativos. Minha primeira aproximação com o universo de pesquisa resultou de uma demanda por um estudo acerca dos "conflitos" locais que, conforme o entendimento dos mediadores que lá atuam, estariam comprometendo sua proposta de "desenvolvimento" para a comunidade.

Antes de ir ao Paraná inteiram-me dos relatórios produzidos em diversas intervenções já realizadas no reassentamento. Nestes documentos, o célebre

⁴ Acerca da mobilização e construção de uma identidade de atingido e posterior emergência do chamado Movimento de Atingido são exemplares os estudos de Rothmann (1993), Moraes (1994, 1996) e muito especialmente Sigaud (1988, 1989 e 1992b). Os primeiros centram suas análises nos

"conflito" era invariavelmente interpretado como resultado direto de uma cisão "étnica" entre os reassentados. Caboclos *versus* Colonos, nativos *versus* migrantes vindos do sul: dicotomias desta ordem eram acionadas para explicar a "desigualdade no padrão produtivo" destas famílias, o quê "sem dúvida" estaria implicando a revolta e as contendas constantes no reassentamento.

O primeiro caso que chegou aos meus ouvidos, ainda em Porto Alegre, foi o de um assassinato, ocorrido durante um jogo de futebol, onde dois irmãos esfaquearam um outro jovem, todos filhos de reassentados. "Por causa de uma camiseta do Grêmio", os dois "caboclos selvagens" teriam assassinado "o jovem colono trabalhador". Perguntei-me, como empreender uma investigação de desconstrução destas idéias tão bem acabadas, quando clássicos das ciências sociais, no mínimo desde Oliveira Vianna (1938), já haviam há muito nos convencido que este é mesmo o "código do sertão"⁵?

Algumas obras fundamentais conduziram-me a uma refutação destas teses tributárias a uma espécie de "herança cultural". Weber (1993), primordialmente, postula que a compreensão dos conflitos ditos "étnicos" só é alcançada pelo conhecimento de elementos orientadores desta "evidência", os quais localizam-se invariavelmente para além e aquém da contenda mais imediata. As análises de Silverman (1986) sobre o *patronazgo* também desenvolvem-se neste sentido. A autora admite que durante seus mais de 20 anos de pesquisa numa pequena comunidade italiana, muitas de suas certezas caíram por terra. Para ela, tanto beber na boca do informante, quanto na dos acadêmicos, pode levar o pesquisador a enredar-se em concepções étnicas e êmicas comprometedoras da construção e inteligibilidade do problema sociológico⁶. Com estas constatações

casos de barragens no vale do rio Uruguai, enquanto a última observa as ações políticas frente a estes projetos de larga escala no Vale do São Francisco.

⁵ "... a violência que os permeia se repete como regularidade nos setores fundamentais da relação comunitária: nos fenômenos que derivam da 'proximidade espacial' (vizinhança), nos que caracterizam uma 'vida apoiada em condições comuns' (cooperação) e naqueles que exprimem o 'ser comum' (parentesco). Essa violência atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura" (Franco, 1983: 25, grifo meu).

⁶ Pina-Cabral (1989) tece argumentos semelhantes acerca dos estudos sobre honra realizados na *cuenca mediterranea*. A seu ver, antropólogos estrangeiros, principalmente britânicos, encontrariam, se assim o quisessem, em seus países de origem, situações sociais semelhantes às que dizem haver apenas no sul da Europa. Além disso, para Pina-Cabral, há ainda fenômenos que

Silverman nos apresenta a patronagem como um mito, no sentido de uma referência comum, quase nunca condizente com os dados de campo, extremamente volátil e cambiante e não, como um conceito estático, passível de ser aplicado e ter valor heurístico em qualquer situação social.

Com base nestas referências procurei afastar-me das pré-noções que me acompanhavam, a fim de repensar o "conflito". A partir deste momento, tendo recorrido principalmente às obras de Bourdieu e Sayad (1996) e Neves (1997), a construção do problema do faccionalismo político ficou orientada por uma compreensão da centralidade da *relação com a terra* que os reassentados mantinham quando na beira do rio. No primeiro caso, os reagrupamentos de famílias camponesas, durante a guerra da Argélia, são interpretados como espécies de campos de concentração, onde ocorre o extermínio das crenças nativas. Nesta análise evidencia-se o intenso grau de violência que atinge a todos, mas principalmente aos camponeses mais arraigados às suas tradições. Neves analisa também um caso de intervenção estatal, mas diametralmente oposto ao exemplo norte-africano. Ao investigar um fenômeno de mudança de posição social - onde ex-trabalhadores de uma usina de açúcar tomam-se pequenos proprietários quando instaurado um projeto de reforma agrária nas terras do falido engenho - a autora aponta também para uma "perda" inequívoca da tradição, tendo em vista que os assentados para estabelecerem-se enquanto pequenos produtores tinham, a partir daquele momento, que aprender um novo modo de negociação, pautado não mais por seus costumes, mas pelo código burocrático dos mediadores e agentes estatais.

Com estas referências etnográficas, os certames faccionalistas de Arcano passaram a ser contemplados sob um novo prisma. A causa primordial da disputa política no reassentamento pareceu-me, nesta nova fase, orientada por um outro tipo de cisão, desta feita sustentada por uma dicotomia onde opunha-se pequenos proprietários a parceiros, arrendatários e peões (ou seja, não proprietários). A *relação com a terra* traduziria-se em saberes e lógicas distintas, derivados das

ocorrem nesta região, que escapam ao instrumental analítico desenvolvido nos estudos sobre honra, os quais deixam de ser apreendidos pelo caráter hermético e pré-concebido destes aparatos conceituais.

experiências anteriores. A partir dos significados atribuídos à posse ou à propriedade da terra, nas margens do Iguaçu, seria possível compreender as relações estabelecidas no reassentamento. } #2

Entretanto, esta nova investida esbarrava nos limites do apriorismo historicista, visto que desta forma eu praticamente suspendia no espaço e no tempo um passado idílico e imutável, que teria “rompido-se”, pela primeira vez, com o evento da usina. Esta dificuldade em apreender as múltiplas facetas da experiência destas várias famílias, tanto antes, como depois de seu “reassentamento”, minimizou-se quando aproximei-me dos marcos teóricos estabelecidos por Norbert Elias (1989, 1997).

A adoção desta perspectiva processualista não centra-se na inexorabilidade de um grande movimento que abarca a tudo e a todos, amenizando assim, mesmo que parcialmente, o risco que sempre corremos de colaborar para a consolidação de uma nova teleologia. Deste modo, fui distanciando-me das tentadoras concepções que tanto me alentavam, apontando para a “perda do espírito camponês”.

Elias esclarece-nos que, arrebatados pelo processo civilizador, todos somos impelidos a “afastarmo-nos” de uma *Kultur* local e identitária - o que seria em Durkheim (1995) a solidariedade mecânica - sem que isto implique a perda absoluta deste conjunto de valores, que formam nossa referência primeva em estado latente. De fato, para Elias, aproximamo-nos de uma *Civilisation* tornada relativamente comum a todos, ancorada nos ideais iluministas e por isso bastante visceral do ponto de vista moral - podemos aqui também tecer uma analogia com a solidariedade orgânica formulada pelo mestre francês - , sem no entanto sucumbirmos por completo a *pensée bourgeoise*.

Esta imbricação e diálogo entre os dois processos não deve conduzir-nos ao estabelecimento de dicotomias, mas à busca de compreensão das distintas apreensões e usos locais desta “grande transformação”, construindo assim o que Elias chama de “perspectiva do gradiente”, ou seja, uma gradação infinita, formada entre as diversas possibilidades de “envolvimento” e “distanciamento” em relação à avalanche dos modos burgueses europeus. No limite, estes pólos

podem ser compreendidos como "tipos ideais" teóricos, respectivamente, de imersão total no quadro de valores prescritos socialmente (*establisheds*) e de distanciamento absoluto do turbilhão do tempo presente (*outsiders*), seja por renúncia deliberada, seja por exclusão involuntária e, por vezes, definitiva.

Este conceito nos municia contra a arbitrária oposição entre indivíduo e sociedade na qual corre-se constantemente o risco de se resvalar. Foi com estas perspectivas teóricas como pano de fundo, que procurei trabalhar os dados etnográficos com as ferramentas básicas legadas das análises processualistas dos anos 60, que associam a metodologia das redes à análise de disputas faccionalistas e relações clientelistas. Foram referências primordiais ao longo de toda a problematização teórica e construção das redes, as obras de Bailey (1968, 1971), Barnes (1987), Boissevain, (1974, 1997), Bott (1976) e Mayer (1987). E quanto ao referencial de clientelismo – no que concerne às relações essencialmente diádicas – a proximidade empírica e a acuidade analítica levou-me a lançar mão das obras de Heredia (1996, 1997), Leal (1997), Palmeira (1994, 1996) e Queiroz (1973) como esteio para a problematização do caso estudado.

Com a eleição destes parâmetros de reflexão teórica não esgotaram-se as questões, mas circunscreveram-se os limites do presente trabalho. A última hipótese construída já não identifica o *fiat* do conflito em traços estanques, mas nos distintos estilos de vida de cada facção. Os reassentados em "harmonia relativa" com a política desenvolvimentista dos mediadores e com a crescente ingerência do Estado em suas vidas são aqueles cujo *habitus* encontra-se "mais civilizado", no sentido dado por Elias (1989). Embora não seja necessário lançarmos mão de dicotomias, talvez a clássica oposição entre civilização e barbárie ainda nos traga alguns subsídios para pensarmos as inúmeras e paradoxais consequências deste processo de intervenção estatal na vida destas famílias.

Acredito, neste momento, que a facção que monopoliza a estrutura da Associação de Produtores caracterize-se por seu padrão de vida mais camaleônico, no sentido de que estas famílias conseguem incorporar – ou melhor,

tornar parte de seu corpo (*hexis*⁷) - o novo *habitus* necessário a proveitosas relações com a companhia elétrica ou outras instâncias estatais, como o é, de modo indireto, a própria equipe técnica que lá atua. No outro extremo do gradiente está o apego à tradição daqueles agricultores mais relutantes à "otimização" de suas vidas. Estas famílias que recusam os padrões impostos de moradia, higiene e comportamento vêm sendo gradativamente excluídas dos "projetos de desenvolvimento".

Sabemos que para o exercício do poder é condição necessária a relação mútua e assimétrica e assim o é, conseqüentemente, para a existência do conflito (Simmel, 1964). No caso do reassentamento o conflito tem lugar devido a esta diversidade. Para Elias a principal característica do processo civilizador é a busca irrefreável do "*balance of power*". Mas o preço pago pela irrealizável "igualdade" quase sempre é a perda da diferença - o quê significa dizer, uma perpetuação quiçá ainda maior, porque velada, da dominação anterior. Mauss (1974) alerta-nos no entanto, que foi necessário para o estabelecimento de trocas entre os grupos, para a obtenção por vias pacíficas daquilo que outrora alcançavam apenas através da guerra, que estes se autocontrolassem a partir de uma imanência social.

No reassentamento, este autocontrole verifica-se desde o momento em que sendo imposta a formação de uma Associação de Produtores pela companhia elétrica, foi estabelecido que o processo eleitoral seria a via legítima para a atualização das disputas que, conforme os relatos dos reassentados, davam-se em tempos idos, através das armas, do "jaguncismo" ou "da palavra". Cada vez menos famílias, mesmo as percebidas como as mais "selvagens" pelos interventores, lançam mão destes expedientes para chegar a um bom termo em suas querelas. O padrão que se impõe é o do diálogo, sob orientação daqueles que dominam a linguagem da negociação assembleista, dita mais "igualitária e democrática", por desconhecer a hierarquia que também a sustenta.

⁷ "*Les corps est dans le monde social mais le monde social est dans le corps (sous forme d'hexis et d'eidos). Les structures mêmes du monde sont présents dans les structures (ou, mieux, les schémas cognitifs) que les agents mettent en oeuvre pour le comprendre ...*" (Bourdieu, 1997: 180) (Grifo Meu).

Veremos no entanto, que este padrão assembleista e civilizado, embora hegemônico, não é o único existente em Arcano. Antropólogos como Geertz (1994) e Sahlins (1995) têm nos feito recusar a "inexorabilidade" do avanço capitalista, através do desconcertante e agudo conhecimento etnográfico. Para estes autores, ancorados nos "pais fundadores", somente o mergulho afetivo e analítico em realidades culturais específicas pode nos oferecer subsídios eficazes para apreciarmos o canto da "sereia globalizada" como uma voz a mais, e não, como o derradeiro réquiem em homenagem às "extintas culturas".

1. Capítulo - O teatro da eleição

Neste capítulo serão analisadas as representações de poder e estratégias de luta explicitadas na última disputa eleitoral pelos cargos da diretoria da Associação de Produtores Rurais. A presente estrutura narrativa contemplará num primeiro momento a eleição de 1998 para os cargos da diretoria da Associação. Analisaremos este fenômeno como ritual, para em seguida lançar-mos nosso olhar rumo ao passado, na tentativa de apontar elementos que ofereçam possibilidades interpretativas às cenas etnografadas. Este recurso de “contar uma história de frente para trás” (Geertz, 1994) não nos garante qualquer tipo de reconstrução precisa do passado, mas tão somente, e este é o nosso interesse, uma possível chave para a compreensão do próprio presente.

O alto custo social da construção de barragens e usinas hidroelétricas advém da *“destruição do patrimônio cultural que constituía o modo de vida da população ribeirinha que ocupava a área alagada com a formação do reservatório”* (Sigaud, 1988:88). No caso estudado entretanto, um embate imprevisível aflora a partir dos *dramas de resistência* (Soares, 1981) levados a cabo pelos reassentados. Estes incorporam em suas práticas uma alta carga de violência simbólica¹; alcançando porém, em meio a tantos constrangimentos preexistentes e imposições externas, uma mudança na estrutura de suas representações, que pode significar uma recriação de sua história (Sahlins, 1995).

Acredito que a disputa política em torno da liderança comunitária seja uma tradução bastante significativa deste processo de lutas, não exprimindo necessariamente qualquer “tomada de poder” por parte dos reassentados, mas ao menos demonstrando o quanto os imponderáveis podem garantir às populações excluídas a esperança de ainda confiarem em suas próprias manobras. Estes infortúnios são próprios de qualquer processo histórico, entretanto, sempre que

¹ *“Il est tout à fait illusoire de croire que la violence symbolique peut être vaincue par les seules armes de la conscience et la volonté: les conditions de son efficacité sont durablement inscrites dans les corps sous la forme de dispositions qui, notamment dans le cas des relations de parenté et des relations sociales conçues selon ce modèle, s’expriment et se vivent dans la logique du sentiment ou du devoir, souvent confondus dans l’expérience du respect, du dévouement affectif ou*

olhamos em perspectiva para o passado (principalmente para o passado recente) invariavelmente percebemos o rumo das coisas como inexorável, quando na verdade este jamais o é (Thompson, 1998)².

Por isso devemos nos lembrar de um tempo em que não houve barragens - em que a maioria destas famílias sequer sabia dos "benefícios" da energia elétrica - e, mais recentemente, de um tempo em que não houve reassentamentos, para não perdemos a noção do *processo civilizador* e, só assim compreendermos porque um ribeirão do Iguaçu nos é tão próximo: não por qualquer transcendência comum, mas por estarmos todos, de algum modo, imersos na "Cosmologia do Capitalismo" (Sahlins, 1992).

1.1 Esculpindo Pinóquio

Em 1992 a COPEL exigiu a formação de uma Associação de Produtores, "sugerindo" também alguns agricultores que seriam mais indicados para serem seus membros dirigentes. Estes agricultores não eram necessariamente "comparsas" da COPEL, mas por terem sido reunidos de forma tão aleatória e abrupta, não havia sido gestado entre eles qualquer plano de atuação – fosse em benefício próprio, ou a favor da COPEL. Sendo assim, logo nos primeiros meses deste mandato biônico, começaram a surgir reclamações de outros reassentados que culminariam numa espécie de *impeachment* e convocação, desta vez de eleições gerais, para a diretoria da Associação, em maio de 1993. Esta "decepção" com a primeira administração também colhe simpatias na própria COPEL, preocupada com os frutos políticos que o "desenvolvimento" do Reassentamento lhe traria³. Este período de insatisfação permitiu que ocorressem

de l'amour, et qui peuvent survivre longtemps à la disparition de leurs conditions sociales de productions" (Bourdieu, 1997: 215).

² "É difícil re-imaginar os pressupostos morais de outra configuração social. Temos dificuldade de conceber possível a existência de uma época, numa comunidade menor e mais integrada, quanto não parecia 'natural' que um homem lucrasse com as necessidades dos outros ..." (Thompson, 1998: 198).

³ A partir do ano de 1986, os empreendedores de projetos de larga escala passaram a ter que reparar os impactos sócioambientais causados por suas obras. Assim o foi com a COPEL que, com a população ribeirinha atingida por Arcano, realizou seu primeiro reassentamento em 1992. A companhia elétrica vem desde esta data procurando transformar estes reagrupamentos em

as necessárias alianças e aproximações que propiciaram o embate entre duas chapas oponentes. Se estas chapas não eram formadas por inimigos, (ainda!), podemos dizer que suas plataformas já tendiam desde então a um certo antagonismo.

A chapa vencedora deste pleito, liderada por Seu Romário (que não fazia parte da diretoria "biônica"), propunha a exigência de maior intervenção do Estado no Reassentamento. Mais precisamente, queria que a COPEL cumprisse com todas as suas promessas e, principalmente, contratasse uma equipe de técnicos que atuasse diariamente no Reassentamento. A chapa que perdeu, ao contrário, exigia em sua "plataforma", que a COPEL convertesse suas promessas numa indenização em dinheiro, deixando os reassentados "livres" para seguirem suas vidas de pequenos proprietários.

É fundamental observar que esta reivindicação é ainda hoje (1998) pertinente, visto que os reassentados não são considerados proprietários legais de seus lotes. Embora tenham sido retirados de suas terras involuntariamente, por não serem "proprietários" (quando o eram, não possuíam muito mais que 5 alqueires), os reassentados foram obrigados a pagar pelos lotes "recebidos" no Reassentamento.

Com esta primeira disputa os grupos faccionalistas começaram a se configurar. Como nos aponta Boissevain (1997), as facções caracterizam-se por sua efemeridade e não-institucionalização. Estes grupos também delineavam-se a partir de fronteiras extremamente fluidas, que tornavam-se mais visíveis na época dos pleitos. Acredito que seja paradigmática, para o caso em questão, a análise de Leal (1997), que ao ocupar-se de disputas políticas municipais – nos anos 30 e 40, período de crescente decadência do coronelismo e conseqüente expansão dos processos eleitorais diretamente controlados pelo Estado - aponta a recorrência do acirramento das altercações nos períodos que antecedem o pleito, bem como o gradual relaxamento destas animosidades no período subsequente.

estandartes dos "benefícios" que suas obras consigo trazem, inclusive à população por elas atingida. Além de evitar represálias da Comissão Regional do Atingidos por Barragem do Iguaçu (CRABI) e de outras entidades ligadas aos movimentos sociais populares, esta estratégia da

Este “código de polidez”, próprio de processos mais e mais “democráticos” e consequentemente “civilizados”, parece comandar em distintas regiões do país, o ritmo das disputas pelo poder local, como bem nos relatam Heredia e Palmeira (1997).

1. 2 A redução dos domínios de Seu Romário

Durante este primeiro mandato “democrático”⁴ (1993/95) ocorreu uma divisão do território do Reassentamento, o que acarretou a cisão da Associação. Inicialmente o Reassentamento localizava-se apenas no município de Nossa Senhora da Conceição, mas após o processo de emancipação (1993) da cidade de São Jorge (município rico em assentamentos de reforma agrária), o mesmo ficou dividido ao meio: 55 lotes em Nossa Senhora da Conceição e 40 lotes em São Jorge, tendo o rio Dos Patos, que corta o Reassentamento, por fronteira.

Depois disso, a metade da Associação localizada em Nossa Senhora da Conceição passou a ser chamada de Associação dos Produtores Rurais de Arcano I e a localizada em São Jorge, Associação dos Produtores Rurais de Arcano III⁵. Não creio que seja possível afirmar se o processo de cisão interna foi independente e anterior à emancipação, se a emancipação foi condicionante para a cisão interna, ou até mesmo, se a emancipação tenha dado impulso ou servido de alibi a uma ruptura incipiente. As versões a este respeito são bastante desencontradas e talvez uma interpretação adequada deva acentuar a

COPEL acaba por apagar muitas das arestas (tais como protestos reivindicatórios de indenização, por exemplo) que implicariam empecilhos para seu previsto processo de privatização.

⁴ O voto que elegeu esta primeira diretoria não era universal, somente os proprietários dos lotes votavam; ou seja, com raríssimas exceções, apenas os homens votavam. Heredia (1996) acredita que em cidades interioranas o voto ainda seja uma decisão do homem: o chefe delibera em quem sua família irá votar. No caso do Reassentamento, na última eleição (1998) uma mulher foi candidata ao conselho unificado e foi eleita, o que me leva a pensar que muitas mulheres não votaram no candidato de seu marido.

⁵ Em Arcano I e III foram reassentadas 95 famílias. Em Arcano II, no município de Herval, 17 famílias. Nos últimos meses corria um boato que mais 130 famílias seriam reassentadas em uma fazenda nas cercanias de Arcano I. Muitos dos reassentados empenhavam-se para que algum parente próximo recebesse a terra que lhes era “de direito”. Inclusive filhos de reassentados investiam esforços neste sentido, em que incluía-se a “fofoca” e pedidos para os técnicos da COPEL e para o Sindicato e Associação de Produtores.

interdependência dos diversos interesses na conformação desta “nova” Associação.

A sede do Reassentamento ficava em Arcano I e os reassentados da outra margem do rio, principalmente “as lideranças” – que em sua maioria faziam parte da primeira diretoria biônica - encontravam-se no ocaso com a ascensão política de Seu Romário. A criação de uma Associação “só para nós” - como disse-me Seu Carlinhos, atual presidente em Arcano III – acabaria com a “política das migalhas”, ou seja, tudo o quê fosse “investido” em Arcano I, o seria também em Arcano III.

É interessante notar que esta reivindicação foi levada ao pé da letra, a ponto de uma verdadeira réplica da sede de Arcano I (igrejas, centro comunitário, escola, escritórios, etc.) ter sido construída do outro lado do rio. Além disso, para um município recém emancipado como São Jorge, interessava sobremaneira agregar esta parcela dos reassentados à sua estatística e orçamento, já imensamente diferenciados pelo número de assentamentos (seja do MST, INCRA ou governo estadual) que abriga.

Percebemos, mais uma vez, o feixe de interesses que cruza o espaço social do Reassentamento e que sem dúvida colabora para a tensão profunda que ali se ergue em torno da questão da “representação” política interna. A disputa política pelos cargos de diretoria da Associação de Produtores Rurais do *Reassentamento* apresenta-se como um enfrentamento entre duas facções rivais, explicitado notadamente durante o processo eleitoral. No entanto, como veremos, este embate em arena pública é sustentado pelas paixões e interesses da mais diversas ordens e grupos – onde uns apostam no toureiro e outros se regozijam com sua morte.

1.3 Redes e Facções : em configuração

O ritual da disputa eleitoral constitui *um texto a ser lido*, porque sua “projeção” informa, ao fim e ao cabo, sobre as mudanças nas relações e representações destas “pessoas reterritorializadas”. Acreditamos que a análise do

último processo eleitoral (1998) nos forneça elementos para qualificarmos melhor as distintas posições sociais dos diversos agentes envolvidos, bem como suas condições sociais de reprodução, a partir de critérios nativos de pertencimento (Sigaud, 1989: 109 e Geertz, 1991).

A compreensão do papel e do significado que a “Associação” tem nesta comunidade traduz-se em entendimento dos jogos de força presentes neste novo espaço social, visto que através dela faz-se a ponte entre muitas das demandas locais (individuais ou coletivas) e o próprio Estado. Ao que tudo indica, constituir a diretoria da Associação passa a ser o alvo almejado por todos que queiram ver seus interesses devidamente contemplados e, em meio a esta heterogeneidade de objetivos, as facções surgem para congregá-los e disputam entre si o apoio que lhes garanta o poder local.

Sabemos dos benefícios que tocam àqueles reassentados próximos da Associação⁶. Estas “regalias” são imensamente ressaltadas pela oposição, que faz delas seu cavalo de batalha. As denúncias e acusações ressaltam um certo tráfico de influências, principalmente no que tange às exceções à regra, como no caso dos contratos de venda e arrendamento (que examinamos adiante), ou na contratação de familiares de Seu Romário para a construção de algumas das novas casas de alvenaria ou mesmo, no uso “indevido” da Toyota, que permitiu a Seu Carlinhos, por exemplo, viajar com sua família para o “Santo Antonio”, durante os últimos festejos natalinos.

1.4 A importância da Toyota

As duas Associações de Produtores do Reassentamento receberam, em 1996, da Companhia Elétrica (responsável pelo projeto de remoção e realocação das famílias atingidas pela construção da barragem), cada qual, uma caminhonete Toyota (ano 1985) para “o uso da comunidade”. Entretanto, as possibilidades e

⁶ Vale a pena ressaltar, que para cada dia de trabalho prestado “ao coletivo”, através de atividades realizadas pela Associação, os agricultores envolvidos (da diretoria) recebem treze reais. Esta quantia não deve ser considerada irrisória, visto que os rendimentos anuais destas famílias tendem

modalidades de carona referem-se ao quadro de relações pessoais de cada família com o presidente da associação pois é este quem “dirige” a *Toyota*. Este jipe acaba sendo de quem o empresta e possui-lo significa ter o controle sobre a possibilidade de cedê-lo (Lanna, 1995:35). A *Toyota* é um dos grandes emblemas do poder “do presidente” e por isso examinaremos brevemente a “coreografia” envolvida no seu uso.

Nesta comunidade de território amplo e longínquo, estar do lado do presidente significa, entre outras coisas, poder fazer uso da *Toyota*. Mas quem está do lado do presidente?

Aqueles que não são amigos, nem inimigos, são transportados na *Toyota comunitária*, mas têm que pagar um determinado valor por isso (no mínimo dez reais, ou conforme a distância percorrida, na lógica do “toma lá, dá cá”). Já os que se declaram como inimigos da diretoria jamais fazem uso da *Toyota* e, caso não possuam veículo próprio, acabam pagando para algum vizinho dono de automóvel⁷ ou para o dono da venda uma *corrida* até um hospital, por exemplo.

O uso “tendencioso” que o presidente da Associação faz de um patrimônio “da comunidade” (leia-se da COPEL, ou do Estado) só é possível porque está prescrito nas regras do jogo: quem vence a eleição leva consigo o uso indiscriminado da *Toyota*, durante dois anos - e quem perde a eleição pode usar esta conduta, pouco ilibada, para tentar derrubar o adversário de seu posto de poder.

1.5 Eleições em Arcano

Como a *dramaturgia do poder não é exterior ao seu funcionamento* (Geertz, 1991), torna-se de extrema relevância a apreensão das formas como as ações simbólicas distintas se desenrolam no jogo de forças políticas locais. Tais manifestações apresentam-se em um contexto marcado pela violência material e

a esvaecerem-se ao longo do ano, não chegando na maioria dos casos a um salário mínimo mensal, segundo dados da associação de produtores.

⁷ O carro velho no reassentamento é um sinal de distinção, pois mesmo que os técnicos possuam carros novos, a maioria dos reassentados não tem nem cavalo, nem bicicleta.

simbólica, manifesta nos limites até então impostos às expressões de contestação política.

A aproximação etnográfica neste caso volta-se ao ritual político, notadamente ao período do pleito (março de 1998), enquanto palco de explanação das concepções de poder de cada ator envolvido (Geertz, 1991). A eleição adquire as características de um drama social (Turner, 1996 e Maggie, 1975) onde o evento condensa de modo emblemático a força de cada personagem (seu domínio cênico) atuante na arena política, onde todos são invariavelmente platéia e protagonista. A distinção reside precisamente nesta força - que é a força política, o poder de descrever e prescrever (Bourdieu, 1996).

Parentes, compadres e amigos não unem-se apenas em torno de um clã fechado e particular, mas também em torno de um candidato próprio na disputa pelos cargos de diretoria das Associações⁸. Os candidatos são figuras particulares e assimétricas pois, “ser de um” ou “de outro” implica identificar-se com um ou com outro - numa ordem temporalmente excludente (Palmeira, 1996). Através do faccionalismo os reassentados acabam por reverter, em grande medida, o rumo dos ventos de uma estrutura burocrática (a Associação) a seu favor, dando provas do quanto o conflito imprime e expressa, a dimensão simbólica recriadora - extremamente dinâmica, da disputa de interesses e da representação - e não, necessariamente, a fragmentação social.

As disputas travadas entre as duas facções internas ao *reassentamento* (Arcano I) simbolizam o confronto entre representações distintas de poder, bem como do seu exercício. O embate eleitoral ultrapassa seu “fim único”, que seria o pleito interno. No desenrolar da “campanha” as relações de troca e alianças estabelecidas passam à informar sobre os valores simbólicos que concorrem na orientação das práticas de cada grupo, incluindo aí seu “fazer político”.

Tendo em vista a dificuldade em dar conta do processo de Reassentamento ao longo destes anos, em relação à dinâmica interna das facções, procuro analisar

⁸ Temos o caso da extensa família Cabral cujos membros apoiam ambas as facções. Seu Manoel Pé-de-Couve partidário de Seu Romário e seu tio, Seu Pedro apóia com seus filhos o grupo de Seu Gabriel. Seu Bianco, por exemplo, rompeu com parte de sua parentela, quando entrou para o grupo de Seu Romário.

de modo mais detido a última disputa lá ocorrida em março de 1998. Aquela primeira diretoria que havia sido eleita em 93, fora reeleita (com pequenas alterações em seus quadros) dois anos mais tarde. Agora, neste novo pleito, os mesmos candidatos voltaram a concorrer pela reeleição e a oposição também entrou novamente na disputa.

1.6 Transformando um evento em objeto: a eleição

Construir um objeto sociológico a partir de um evento qualquer, no caso uma disputa eleitoral, pressupõe um procedimento que inclua no real a luta entre as representações acerca deste real. A assim chamada *luta pela classificação* (Bourdieu, 1996:108) torna-se compreensível somente a partir da rede de relações e do contexto específico à situação em jogo.

Reza o estatuto da Associação que uma mesma diretoria não pode exercer seu mandato mais do que duas vezes consecutivas. Este era, no entanto, o caso da chapa Vermelha⁹ que concorria pela terceira vez apesar de terem sido seus membros (leia-se associação) os de maior participação na elaboração de tal regimento. Foi logo na minha chegada que fiquei sabendo deste fato: a boca pequena corria o rumor de que a chapa de oposição pretendia impugnar a candidatura de Seu Romário. Eu havia despendido o mês de fevereiro no Reassentamento, mas as movimentações das últimas semanas que antecederam a eleição infelizmente não pude acompanhar. Diante do clima tenso que eu encontrava em todos os lugares, observei que as acusações não recaíam sobre as chapas, mas sobre as figuras de seus líderes. Neste momento preciso, a disputa assumia um caráter *pessoal*, que até então não havia sido explicitado.

Se antes ninguém posicionava-se veementemente ou vaticinava um resultado, agora todos faziam questão de pronunciar-se dizendo de antemão “de

⁹ Utilizo aqui a própria forma como as chapas foram denominadas na oportunidade da eleição – não saberia dizer se os mesmos foram “escolhidos” ou impostos, ou mesmo se já em outros pleitos haviam estipulado tal “coloração”. A chapa Vermelha era a da “situação”, por assim dizer, e a chapa Branca opunha-se àquela. Podemos conjecturar que Seu Romário, por ser petista, tenha identificado-se com a cor vermelha e que seus adversários, por lhe serem ideologicamente

que lado” estavam. Manter-se calado significava o mesmo que pronunciar-se a favor do outro candidato (Heredia e Palmeira, 1997) – por isso talvez o grau pequeno de imponderabilidade, de incerteza sobre a vitória recaísse sobre os eleitores menos visíveis - a princípio “menos poderosos” mas, em cujas mão estava o desfecho deste drama.

Na sede do Reassentamento¹⁰ o burburinho foi constante durante todo o dia que antecedeu o pleito. O tempo estava claro, ou seja, um belo dia para o “trabalho” na roça, e mesmo assim muitos homens estavam na sede, reunidos em pequenos grupos, “assuntando” a cerca do desenrolar da boataria, dedicados ao “trabalho político”. Pela manhã, eles aguardavam seus líderes impacientemente.

Dentro do escritório, o interventor da COPEL nos reassentamentos do sudoeste do Paraná, Ludovigo (primo do presidente da COPEL), conversava com Gabriel e o candidato oficial da chapa Branca. Gabriel era o verdadeiro “cabeça” da chapa, mas creio que existissem bons motivos para que ele não concorresse para o cargo de presidência da Associação. Primeiramente, as chances “objetivas” de Gabriel vencer a eleição não eram muito grandes, tendo em vista que a maioria absoluta dos votantes manifestava de antemão seu desejo de reeleger Romário. Gabriel contava apenas com o expediente da impugnação de seu adversário. Tendo em vista este quadro desfavorável, Gabriel via maiores chances de ser eleito, se concorresse para um posto no conselho unificado¹¹, donde ele poderia interferir mais ativamente na administração da chapa oponente. Deste modo torna-se mais inteligível o fato de Gabriel ser apontado como o “cabeça” ou líder da chapa Branca, sem no entanto ser o candidato à presidência, papel que foi destinado a seu vizinho e compadre, Agnaldo.

contrários, tenham escolhido a cor branca, como sinal de sua neutralidade. A chapa Azul era única na parte do Reassentamento denominada Arcano III.

¹⁰ A sede do Reassentamento é o núcleo da comunidade. Ali localiza-se não apenas o escritório da associação e a casa dos técnicos, mas a escola, o posto de saúde e as igrejas, evangélica e católica e o centro comunitário. Por localizar-se na entrada do Reassentamento, perto da estrada asfaltada, a sede fica perto da bodega (o comércio) local, onde muitas famílias adquirem mantimentos e outros produtos.

¹¹ Grupo “autônomo”, formado por nomes individuais e não por uma lista fechada, que compõe um fórum de discussão com a COPEL, ao lado de representantes da Associação, da CRABi e da CoopTec (cooperativa de técnicos que atua no reassentamento).

No outro extremo da casa, mais precisamente na sala de visitas, conversavam Romário, o presidente¹² e a secretária da CRABi e o coordenador da cooperativa de técnicos (CoopTec) Felipe. Quando lá entrei fui convidada a sentar-me. Procurei inteirar-me da conversa: eles falavam da ameaça de impugnação. Seu Romário mostrava-se convicto de seu argumento, um tanto quanto *sui generis* - ele dizia que o estatuto havia tido algumas cláusulas alteradas em 1995 e que, tendo em vista estas mudanças, todo o conteúdo do estatuto passaria a ser válido somente a partir daquela data. O pessoal da CRABi fazia questão de apoiá-lo, certamente por serem “companheiros” de longa data. Tanto o presidente da CRABi, quanto Romário, são militantes no Partido dos Trabalhadores. Na última eleição para vereadores, Romário concorreu por este mesmo partido, mas não foi eleito. Segundo Ludovigo, representante da COPEL (logo, inimigo público de qualquer membro da CRABi), o presidente da CRABi pretendia se candidatar a deputado federal no pleito deste ano (atacando e denunciando o atual governador do estado, Jaime Lerner, e sua “política social” no setor elétrico), mas teria “desistido” do projeto, ao receber da mesma COPEL o direito de administrar as verbas do Reassentamento de Salto Caxias, em Cascavel, que abriga em torno de 600 famílias, local de onde a CoopTec seria afastada.

Logo em seguida Felipe saiu da sala, Ludovigo entrou dizendo que havia marcado com a chapa de oposição uma reunião para a tarde e que nesta oportunidade iria entregar-lhes a cópia das atas das duas assembleias de posse do Romário. Ludovigo atua no Reassentamento como “agente de desenvolvimento”, representando os interesses da COPEL, buscando extirpar de forma bastante autoritária, qualquer foco de descontentamento. Por ser o representante do poder do Estado (leia-se o poder das armas), Ludovigo tem livre trânsito dentro do reassentamento, a ponto de ter acesso a toda documentação da própria Associação dos Produtores. A oposição pretendia encaminhar um processo contra Romário, impugnando sua candidatura e invalidando a eleição,

¹² O presidente da CRABi tem um carro novo e veste-se de modo distinto (calça, camisa e sapatos). Acredito que esta sua imagem influencie Romário, que em outras oportunidades encontrei trajando camiseta e boné e nestes dias estava vestido como o presidente da CRABi.

mas para isso precisava das “provas”, que eram as atas das duas solenidades de posse anteriores (1993 e 1995).

Este relato inicial introduz-nos no contexto da eleição da Associação de Produtores, apontando para alguns dos pólos de força atuantes e interessados no pleito (COPEL, CRABi, “os do Romário”, “os do Gabriel”). As facções incorporam em suas performances não apenas os interesses de seus representados, mas os interesses de seus “representantes” – mostrando-nos quanto a pequena política está informada na grande política e vice-versa.

Quando aproximou-se a hora da reunião, um carro da polícia militar “atracou” na sede do Reassentamento. Os policiais vinham acertar “os detalhes” de sua participação no pleito do dia seguinte¹³. A polícia atendia a uma demanda da COPEL, que supunha ser o evento de “extrema periculosidade”. Deste modo, mais um ator surge nesta arena improvisada: o aparato de violência legítima do Estado, que busca participar do modo mais ostensivo possível deste processo.

A reunião entre as chapas realizava-se no centro comunitário, território da situação. A igreja católica é o espaço de atuação da oposição e, como forma de neutralizar sua expansão, através de “tentáculos religiosos”, a diretoria da Associação passou a monopolizar o centro comunitário. Nunca o deixava livre de atividades, impedindo que a oposição realizasse festas religiosas e, é claro, políticas.

Gabriel é adventista, mas a grande maioria de seus partidários são católicos e atuam na Associação da Igreja (uma instituição que compete em certos pontos com a Associação de Produtores, principalmente nos de caráter assistencialista¹⁴). Sabemos, através de conversas com os membros da chapa Branca (como Seu Nereu, por exemplo), que Seu Romário era “um homem sem religião”.

¹³ Neste ponto devemos ser tributários a Vítor Nunes Leal (1997), que em seu clássico, já relacionava a crescente intervenção das polícias estaduais e federais nos pleitos municipais a um processo de deslegitimação da autoridade local do fazendeiro e de seus jagunços.

¹⁴ Quando foi introduzido o programa de alimentação infantil da Pastoral da Criança, a esposa de Romário, Leda, percebendo o alcance que tal projeto teria no Reassentamento, não permitiu que este ficasse sob o domínio da Associação da Igreja, incorporou-o a sua esfera de atuação, a saber, a Associação de Mulheres.

Seu Romário, porém, se autodenomina um “evangélico não praticante” e, dentre seus seguidores, existem tantos evangélicos, como católicos, quanto praticantes e não praticantes de várias religiões – exatamente como na outra chapa. Ambas as facções denominam os “primeiros conflitos” surgidos no reassentamento, como de ordem “religiosa”. Talvez isto se deva ao fato de que a instância da Associação não encontrava-se, nesta época (1992/3) tão arraigada em seu cotidiano, quanto a “disputa entre paróquias” (Boissevain, 1997).

Apesar desta referência inspirar uma investigação mais detalhada, não devemos dissociar esta classificação da imbricação simbólica que existe entre prática política e religiosa. Na beira do rio, conforme os relatos, política e religião andavam de mãos dadas. O exemplo do vereador Schneider é paradigmático: padrinho de batismo de muitas das crianças, este senhor arrendava suas terras a muitos de seus compadres, além de responsabilizar-se financeiramente pela festa do padroeiro local.

1.7 Rezar (ou não) pelo estatuto

Durante os primeiros momentos da reunião que iniciou-se às quatro horas da tarde, o assunto foi o caso do lote do Velho Bolzoni. Creio que este tenha sido o subterfúgio encontrado pela oposição para levantar o assunto da legalidade e validade universal do estatuto da Associação dos Produtores¹⁵. Vejamos por que: Seu Bolzoni é viúvo e vive com um filho casado no lote. Um outro filho de Seu Bolzoni também é reassentado e concorre a um cargo pela chapa Branca, a do Gabriel. De acordo com o estatuto podem votar o titular do lote e seu cônjuge (logo, se Seu Bolzoni é viúvo, seu filho não poderia fazer às vezes de sua esposa).

Romário não aceitava portanto que os dois votassem, **“porque no estatuto ...”**. Gabriel então se pronunciou: **“não vamos chamar no estatuto agora”**.

¹⁵ Bailey descreve magistralmente situações cotidianas em que os mais vários expedientes, dos mais esdrúxulos o mais inverosímeis são acionados, em negociação, para que numa comunidade seja possível a abordagem de assuntos melindrosos e politicamente comprometedores (Bailey, 1968)

Eles estavam sentados em cadeiras, dispostos num círculo - os “do Romário” eram maioria, Seu Ventura, pilchado, pisava pesado com suas botas em defesa de “seu patrão Romário”. Então, Ludovigo, que conduzia o “debate” tomou a palavra abruptamente: **“vamos fugir do estatuto ... passar por cima da lei”**. Ludovigo, como já vimos, tinha autoridade para pronunciar-se neste sentido, por ser contratado da COPEL e primo de seu presidente. Entretanto, o quê nenhuma das chapas sabia, nem viria a saber tão cedo, é que este sujeito possuía um fax recém enviado de Curitiba, contendo um parecer do advogado da própria COPEL que, apontando para artigos do código civil, considerava Romário inelegível. Logo, quando Ludovigo falava em “passar por cima da lei”, ele não estava fazendo uso de nenhuma figura retórica ou metáfora¹⁶.

O constrangimento estava portanto estabelecido, Ludovigo, entregou as cópias das atas e ao “organizar a palavra” mostrou a todos quem detinha o traquejo com mecanismos seculares de negociação, impondo o modelo do *assembleismo*, ainda não “domesticado” por muitos dos reassentados ali presentes. Neste processo é fundamental que notemos a presença ostensiva e o poder dos *mediadores* num litígio referente à Associação de *Produtores Rurais*. Mais do que legítima, esta participação é vista como inevitável, como um ônus que os agricultores aceitam, como algo já intrínseco ao corpo da Associação desde sua “gênese”.

O Sol se punha e o clima era de duelo ao entardecer. Ludovigo perguntou quem era a favor do voto do filho de Seu Bolzoni e poucos se pronunciaram. Gabriel propôs então que fosse perguntado quem era contra. Um silêncio se instalou. Ninguém se pronunciou, até que Romário falou que ele não era contra e milagrosamente fez-se a paz. O diálogo mínimo entre os dois oponentes no entanto também contribuiu para que a “paz reinasse” tão abruptamente, justamente no clímax da discussão. Gabriel usava o argumento conhecido de todos, segundo o qual, a conduta do presidente fazia a regra.

¹⁶ Brandão refere-se a situações em que o grande fazendeiro se achegava do caipira reclamante de direitos para, *resolver isso entre a gente*: “Os ricos em geral não recorriam aos tribunais para resolver essas questões, o que dava trabalho e trazia implícita uma desagradável igualdade de direitos” (Brandão, 1983: 36).

Ficou estipulado que as chapas fariam seu pronunciamento com divulgação da “plataforma de governo” no dia seguinte, momentos antes da votação. Seu Agnaldo, que é o candidato a presidente pela chapa Branca, não estava muito satisfeito. Então, entre a utopia e a hipocrisia, o presidente da CRABi falou: **“somos tudo vizinho, amigo, adversário não, não somos, somos companheiros”**. Ele também propôs que o entendimento entre as duas chapas devia ocorrer, **“sem ser na justiça”**. Ludovigo propôs **“deixar a questão legal de lado”** e **“deixar o filho de Seu Bolzoni e esposa (ou o Seu Bolzoni) votarem não como proprietários, mas como visitantes** (excluindo, assim, a questão da posse da terra, ao estabelecer uma categoria até então inexistente), **no espírito de paz e humildade ... não vamos nem colocar isto em assembléia. Nós decidimos isto agora, entre a gente e amanhã só se alguém for contra, a gente levanta esta lebre”**.

Mais uma vez percebia-se que por todos os lados os interesses conflituavam, convergindo paradoxal e constantemente. Nenhuma das chapas estava satisfeita e no entanto, o duelo não teve lugar. A “honra” destes homens terminava, onde começava a arbitrariedade dos “de fora” (Bourdieu e Sayad, 1996). Eles não seriam “civilizados” se prolongassem sua discussão diante da argumentação peremptória de “pessoas importantes”, representantes de entidades extremamente poderosas e presentes em suas vidas (como a COPEL e a CRABi). Sem tocar diretamente no assunto, os participantes da reunião tinham também resolvido a questão da elegibilidade de Seu Romário. Ao “deixar a questão legal de lado”, tinha sido removido o último obstáculo para sua reeleição.

1.8 As preparações da véspera

Ao término da reunião, resolvi saber das únicas mulheres presentes, o que elas estavam vivendo nos últimos dias. Conversei com Leila, esposa de Romário e Terezinha, candidata ao conselho unificado. Os homens se dissiparam. Ludovigo, Felipe, o presidente e a secretária da CRABi foram para Arcano III (a outra parte

do Reassentamento) realizar uma reunião onde não esperava-se que ocorressem tais conflitos, pois Seu Carlinhos concorria sozinho à reeleição. Gabriel e Agnaldo foram conversar com o dono da Benigni, empreiteira contratada para construir casas e readequar estradas no Reassentamento: ao longe ouvia-se suas gargalhadas, até saírem no carro velho e chamuscante de Gabriel. Perguntava-me se eles levariam a cabo a idéia de "impugnar" o adversário.

Leila, esposa de Romário, chama seus oponentes de "máfia" e, entre risos, me confidenciou que, desde quarta-feira (estávamos no Sábado), um dos velhinhos (tio da Terezinha) que estava na reunião havia sido convidado por Seu Secundino (o único reconhecido como "preto" no Reassentamento) para fazer um "trabalho" para a vitória de Romário. Embora a chapa Branca seja praticamente a mesma que forma a diretoria da Igreja Católica, vários paradoxos surgem quando retornamos à "questão da religião" sob a luz da disputa faccionalista. Primeiramente, podemos apontar o fato de o "cabeça" desta chapa, Seu Gabriel, ser adventista.

No episódio aqui relatado, o tio de Dona Terezinha participava da reunião, muito embora não fosse membro de qualquer uma das chapas, muito menos reassentado. Dona Terezinha concorre pela chapa Vermelha, embora sendo ministra na Igreja Católica e esta ambivalência não a impede de convidar seu tio para fazer "trabalhos de feitiçaria". Esta "estratégia plural" não deve no entanto ser considerada exclusiva da chapa Vermelha, pois a chapa Branca conta em sua nominata com Seu Severino, o grande curandeiro e benzedor do reassentamento, que já vinha queimando ervas e fazendo "vudus" para a vitória de seus companheiros. Saímos juntas e chegando à sede, Zeca e Sandro (dois membros da cooperativa de técnicos) pediram-me para ajudá-los a confeccionar urnas de papelão. Quando eles foram embora, pediram-me que entregasse a Felipe chave do arquivo onde ficariam as cédulas recém impressas. Assim que eles retornaram de Arcano III, Felipe entregou as cédulas para que Ludovigo as levasse consigo. Com esta cascata de obrigações percebemos o quanto a estrutura da associação encontra-se invadida pela lógica tanto da cooperativa dos técnicos, quanto da COPEL. Esta "burocracia" não caracteriza-se por sua racionalidade e

impessoalização dos processos, mas, pelo contrário, neste caso, o princípio orientador é o da hierarquia, do compadrio e da camaradagem – também vigente entre boa parte dos agricultores¹⁷. A diferença está no *quantum* de poder de cada um destes grupos.

Nesta pasta também estava o pedido de candidatura da chapa Branca, de oposição, num português truncado, onde destacava-se a assinatura abstrata e fina de Gabriel (que estudou “até o 2º grau”). Surpreendi-me ao ver, no pedido feito pela chapa Azul, o nome de Seu Zeno, que anteriormente pretendia fazer oposição a Seu Carlinhos, o candidato da situação e atual presidente da Associação de Arcano III, que foi condenado a 3 anos de prisão domiciliar por cinco tentativas de homicídio. Soube depois que eles haviam feito um acordo para que fosse garantida a escolha de Zeno para o conselho unificado. Os privilégios excepcionais de quem ocupa cargos na Associação permitiram que Seu Romário não encaminhasse a nominata de sua chapa Vermelha. Acredito que Seu Romário tenha evitado mais esta tramitação de papéis, temendo que os mesmos servissem de provas para a impugnação de sua terceira candidatura.

1.9 Nobres Comensais

À noite, Felipe realizou um jantar em sua casa. Da “elite interventora” somente o presidente e a secretária da CRABi não foram convidados. Quem preparava o *menu*, uma sopa de beterrabas, era Ludovigo. No início da noite foram chegando os convivas: o veterinário da cooperativa, a assistente social da cidade (natural de Porto Alegre), o secretário de “Agricultura e Estradas” (natural de Pelotas), o prefeito e a primeira-dama, o presidente da cooperativa de técnicos e seu irmão, que também trabalha numa espécie de escola rural num município vizinho – estes últimos estrangeiros, cujo pai trabalhou durante toda sua vida na FAO, dedicando-se ao que os filhos viriam chamar de “desenvolvimento”.

¹⁷ Marcos Lanna (1995) adota um revelador ponto de vista ao interpretar as relações políticas numa pequena comunidade litorânea do Rio Grande do Norte forjando o conceito de *reciprocidade hierárquica* como orientador das ações políticas, tanto de governantes, quanto de governados.

Este jantar antecedeu o dia da eleição. Ao redor da mesa reuniam-se todos os interessados na eleição – até mesmo a antropóloga – exceto, os “atingidos”. A esposa de Felipe, que também é agrônoma da cooperativa e trabalha no Reassentamento, sempre muito orgulhosa de sua filhinha, ficava quebrando o que poderia ter de explícito naquele encontro. Mas era inevitável. Todos os presentes não cessavam um segundo sequer de articular formas de encaixar os reassentados em seus interesses pessoais.

Entre muitas amenidades, convidou-se o prefeito para participar da eleição no dia seguinte. Para o prefeito não havia “qualquer empecilho”, à exceção de que ele teria que chegar “um pouco tarde”, pois fecharia um acordo com o presidente da cooperativa de técnicos (também presente), oficializando uma nova cooperativa, envolvida com linhas de crédito para “pequenos produtores”.

1.10 O dia, a luta

Alba, a cozinheira da sede, preparava desde cedo o almoço, que precisava ser suficiente para alimentar os inúmeros envolvidos no pleito. O dia foi de muita chuva e estradas intransitáveis e, mesmo assim, mais de 100 pessoas aglomeravam-se no centro comunitário, devido ao trabalho eficaz dos motoristas disponíveis. A mobilidade dos eleitores em dia de eleição também foi tematizada por Leal (1997), para o qual o poder do candidato dependia de seus recursos para locomover seus eleitores. Nestes casos, os agricultores, que dirigem e arregimentam os eleitores, costumam dizer que “trabalham” para o candidato X. No Reassentamento, alguns agricultores sofreram acidentes trágicos durante estes transportes e este é um tema recorrente em suas narrativas acerca de sua “participação na política”¹⁸.

¹⁸ Embora bastante trágicas, estas histórias são por demais recorrentes. Seu Asdrubal e seu atual vizinho (ex-peão) Seu Adroaldo tombaram de uma “rural apinhada” e ficaram hospitalizados com fraturas. Seu Nico Bolzoni mostra uma placa de platina que tem em sua perna, desde que sofreu um acidente semelhante. Já Seu Juliano, bem mais idoso que os demais, conta-nos de que há muitas décadas, foi buscado para votar. Sua mulher não votava ainda e na hora de retornar não havia carona. Com o tempo chuvoso que fazia Seu Juliano “adoeceu do pulmão” e ficou vagando febril durante alguns dias no meio do mato, um vizinho o encontrou quase morto e, desde então,

No salão comunitário três membros da cooperativa de técnicos (os pior remunerados) organizavam a fila dos agricultores. Conforme as pessoas iam chegando assinavam uma lista de presença e os titulares dos lotes (homens e mulheres) recebiam uma camiseta, um boné e um informativo¹⁹. Todos ficavam numa longa fila esperando chegar a sua vez de assinar, ou “por o dedão” no livro de atas e a distribuição dos presentes. As camisetas e bonés causavam uma grande alegria nos contemplados, que aos poucos os vestiam, “uniformizando-se”.

Noutra ocasião, Felipe, falando dos bonés, disse que “infelizmente as cores haviam sido trocadas”, porque os de Arcano I saíram em azul, enquanto os de Arcano III em vermelho. Para que Felipe as tenha considerado “trocadas”, acredito que estivesse se referindo ao fato de a “chapa de Romário” ser a chapa vermelha (enquanto a “de Gabriel” era branca) e a chapa única de Arcano III ser chamada de “gralha azul”. Acredito pois, que os bonés tivessem sido confeccionados a fim de contemplar simbolicamente o transcurso da eleição, cuja vitória de Seu Romário era de antemão dada por certa.

Ludovigo, usando seu tom de voz grave e intimidado, chamou à mesa, os seus componentes, a saber: o prefeito, o presidente da CRABi, a secretária geral da CRABi, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, o presidente da associação de Arcano III e o advogado²⁰ das duas associações – enquanto os leitores acomodavam-se rapidamente.

O presidente e o secretário da mesa eram, respectivamente, Ludovigo e Felipe – numa estrutura que se assemelhava aos moldes ditados pelo Tribunal Regional Eleitoral. Além destas figuras públicas dois contadores da empresa contratada pela Associação, sob os auspícios da cooperativa de técnicos, foram

Seu Juliano ficou apenas com um fio de voz, quase um sussurro, que sua esposa Dona Eleonora nos traduz, quando este relembra faces pouco conhecidas da política local.

¹⁹ Nas camisetas e bonés ao invés de “reassentamento” lia-se apenas “associação”, ou seja, realizava-se, mesmo que de modo não deliberado, um trabalho simbólico para que a condição de reassentado ficasse num segundo plano, no momento do pleito.

²⁰ Foi este advogado que trabalhou na defesa do presidente da Associação de Arcano III e por tê-lo absolvido (ou melhor, de ter evitado sua reclusão) caiu nas boas graças dos reassentados, que até então, não simpatizavam muito com ele.

convidados para “**demonstrar o comportamento financeiro das associações no ano de 97**”²¹, após o discurso dos convidados.

A polícia tinha enviado um efetivo de 4 homens que permaneceram durante todo o processo dentro do salão: dois prostrados na frente de todos os presentes, ao lado da mesa apuradora e outros dois ao fundo, observando a todos.

O burburinho era apagado por um silêncio que logo era seguido por uma agitação do grupo. Embora satisfeitos por estarem todos reunidos²², “coisa rara”, como diziam, os agricultores também sentiam um imenso fastio diante daquele espetáculo com ares de *dejá vu*, que habitava o seu mundo sem fazer parte do mesmo. Nos olhos de alguns agricultores parecia que todos os mediadores presentes, porta-vozes da “democracia”, eram não-pessoas, como Geertz fora para os balineses (Geertz, 1989). Os agricultores ficaram concentrados no salão querendo conversar, mas sendo obrigados a fazer silêncio durante o espetáculo. Além disso, tanto a chuva “que Deus mandava”, quanto o modo vagaroso como transcorreram as votações, os impediam de sair daquela concentração intimidadora.

O presidente Romário leu vagarosamente em voz alta um comunicado, no qual pedia que os trabalhos passassem a ser coordenados por Ludovigo, posto que ele era candidato e, naquele momento, “**se retirava do processo**”. Iniciaram-se então as falas da abertura. O prefeito foi o primeiro a tomar a palavra, ele usava o boné (erroneamente azul!) do reassentamento, recém distribuído. Seu discurso versou sobre desenvolvimento e integração, retomou sua “luta com a COPEL” pela conquista da terra no “seu” município, disse que eleições eram normais e recorrentes, que sempre houve disputa em sua vida, desde que tinha sido “presidente de grêmio estudantil” - apontando notadamente para sua diferenciação escolar – enfim, exaltou os valores do trabalho, da ordem e da

²¹ Apesar de serem consideradas autônomas entre si, as duas associações tinham até esta ocasião as suas contabilidades indissociadas. A partir deste ano, 98, as contabilidades das duas associações serão divididas.

²² Por exemplo, duas senhoras, da família Amaral, consideradas “caboclas bicho do mato” que foram arrastadas até o salão comunitário, porque ficavam caladas quando em suas visitas os técnicos lhes inquiriam sobre qualquer assunto, abraçaram-se e beijaram-se efusivamente, numa manifestação exatamente “bárbara” de carinho.

democracia. Gabriel cochilava enquanto isso, ao lado da esposa e entre seus correligionários que agrupavam-se no centro e a frente da platéia.

Ludovigo fazia o anúncio dos discursos e em segundo lugar chamou o presidente da CRABi que estendeu-se muitíssimo em agradecimentos “ao Romário”, recordou a reunião e o acordo do dia anterior – sem mencionar do que se tratava, exigindo uma cumplicidade velada dos que o entendiam. Enfim, para ele, “não haveria vencidos ou vencedores” e aproveitou para referir-se à presença ostensiva da polícia e da COPEL, sem dizer se isto prejudicava ou não o processo. Quando pronunciou-se a secretária geral da CRABi, foi a vez de ser exaltada a “participação crescente da mulher” nos processos políticos, da “conquista de cidadania”. Neste segundo pleito do qual participavam, somente uma votante não compareceu. Entretanto, considerar esta presença massiva um mero “avanço democrático” ofusca o caráter violento desta verdadeira arregimentação de eleitores. O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais aproveitou para fazer suas reivindicações, criticando a morosidade da COPEL em assentar “130 famílias de companheiros que lutam pelo reassentamento”. A eleição era um palco para serem exibidas todas as máscaras do espetáculo.

Quando os discursos acabaram, Ludovigo com sua voz embargada saudou a todos num bom dia tardio, tirou o boné e fez reverência a Deus, constringendo a todos que fizessem o mesmo. Apagaram-se as luzes e com o auxílio de um retroprojetor e uma caneta “laser”, os contadores apresentaram uma planilha indecifrável com os “números”, “zelando pela democracia e pela transparência”.

Esta prestação de contas já havia sido aceita pelo conselho fiscal e, portanto, apresentá-la ali naquele momento era mais um recurso visual e retórico, do que uma demonstração de idoneidade. Para os poucos alfabetizados, como eu, não era possível ler absolutamente nada do que estava escrito na planilha, devido à péssima projeção. Todos ouviam o pronunciamento que primou por enfatizar menos as cifras e mais um palavrório semi-economês, que impressionava a todos, num claro exercício de dominação simbólica. Mais uma vez o passo do Reassentamento para a Nação torna-se mais e mais curto.

Veze que outra a Toyota buzina lá fora: eram Seu Minho Cabral e Seu Lino Schneider trazendo mais eleitores. Quando todos estavam presentes (compareceram 101 votantes²³) o orçamento foi votado e através do número de cartolinas brancas (recebidas junto com o boné e a camiseta) erguidas viu-se que a maioria o “aprovou”. Como eu, as pessoas ao meu redor não sabiam bem porque as cartolinas eram mostradas, mas levantavam seus braços automaticamente.

O segundo grande momento foi a apresentação da plataforma de governo por parte das chapas concorrentes. Primeiro falou Romário, ao lado dos componentes de sua chapa, que ao perfilarem-se a frente de todos, quase esvaziaram o salão. Ele lia os pontos de ação de seu futuro mandato que constavam do boletim informativo da Associação, entregue a todos os presentes, junto com a camiseta e o boné²⁴. Ele não fez qualquer menção à oposição. Ao final de seu discurso todos o aplaudiram, inclusive os membros da oposição.

A chapa branca apresentou-se logo após. Agnaldo passou a palavra para Gabriel, o “cabeça” da chapa que leu sua proposta de trabalho com maior desenvoltura que Romário: **“parceria com a COPEL ... publicização das atividades ... prestação de contas transparente ... toyota para todos ...”**. Gabriel fazia referência à possível corrupção do mandato de seu adversário, o que já era boato corrente entre os membros da oposição.

A primeira votação que ocorreu foi para o conselho fiscal e a cabine ficava no palco atrás de um quadro. Era uma situação de exposição pública, pois cada um era chamado pelo nome (primeiro o homem, depois a mulher), conforme a ordem numérica dos lotes e todos aguardavam que o votante depositasse seu voto na urna (confeccionada em papelão no dia anterior) que ficava junto à mesa apuradora, na frente de todos.

²³ As pessoas eram buscadas em suas casas e se algumas sentiam um imenso prazer em participar do evento, outras (que estavam acamadas até o dia anterior, por exemplo) foram praticamente coagidas a sair naquele dia chuvoso e lamacento, para “cumprir suas obrigações” – como ouvi da parte de um agricultor já bastante idoso e doente.

²⁴ É irônico que nem mesmo a oposição tenha se manifestado contrária a este uso da máquina da Associação com fins notadamente eleitoreiros. Pareceu-me que este procedimento era autorizado por todos, fazendo parte das regras do jogo. Todos admitiam que a diretoria eleita assim se

Sem dúvida a concepção de democracia tinha acabado na ocasião dos pronunciamentos dos “convidados”, visto que todos estavam constrangidos diante da confusão que se instalou.

Sem qualquer margem de escolha, todos foram trazidos para votar, numa movimentação que, com referência ao voto de cabresto, poderia ser qualificada de voto de brete – em função do corredor humano por que tinham de passar. Além disso, esta imposição de uma seqüência deu margens a uma intensa expectativa, que comumente acabava em censura: *"Anda Fulano. De tão analfabeto, arrisca não conhecer nem as cores. Melhor seria ter um retrato de Seu Romário, daí não tinha perigo de se confundir na hora da cruzinha"*.

Havia um fotógrafo de Nossa Senhora da Conceição que estava documentando a eleição e que apressou-se, quando Seu Romário foi chamado, em tirar dois instantâneos do mesmo – como aqueles que vemos nas capas dos jornais no dia seguinte às eleições. Já Gabriel não foi fotografado, mas sim o Agnaldo que era o candidato oficial – como poderia o fotógrafo saber de sua estratégia?! Fez-se a contagem em silêncio, mas em frente a todos. Ludovigo pediu ao prefeito e ao presidente do sindicato (dois inimigos públicos) que fizessem a divulgação dos resultados:

	brancos/nulos	chapa branca	Chapa vermelha
diretoria executiva	-	29	72
conselho fiscal	1	31	69
conselho unificado	2	27 Gabriel 05 Hartmut	37 Periquito 30 Terezinha

A diretoria vencedora foi à frente, os perdedores os fixavam, inconsoláveis e constrangidos. Gabriel não havia sido eleito para o conselho unificado e muitos já apontavam os erros na sua estratégia, que não tinha sido “esperto” para

comportasse. No entanto, creio que qualquer tipo de "lisura forjada" não seria vista com tão bons olhos.

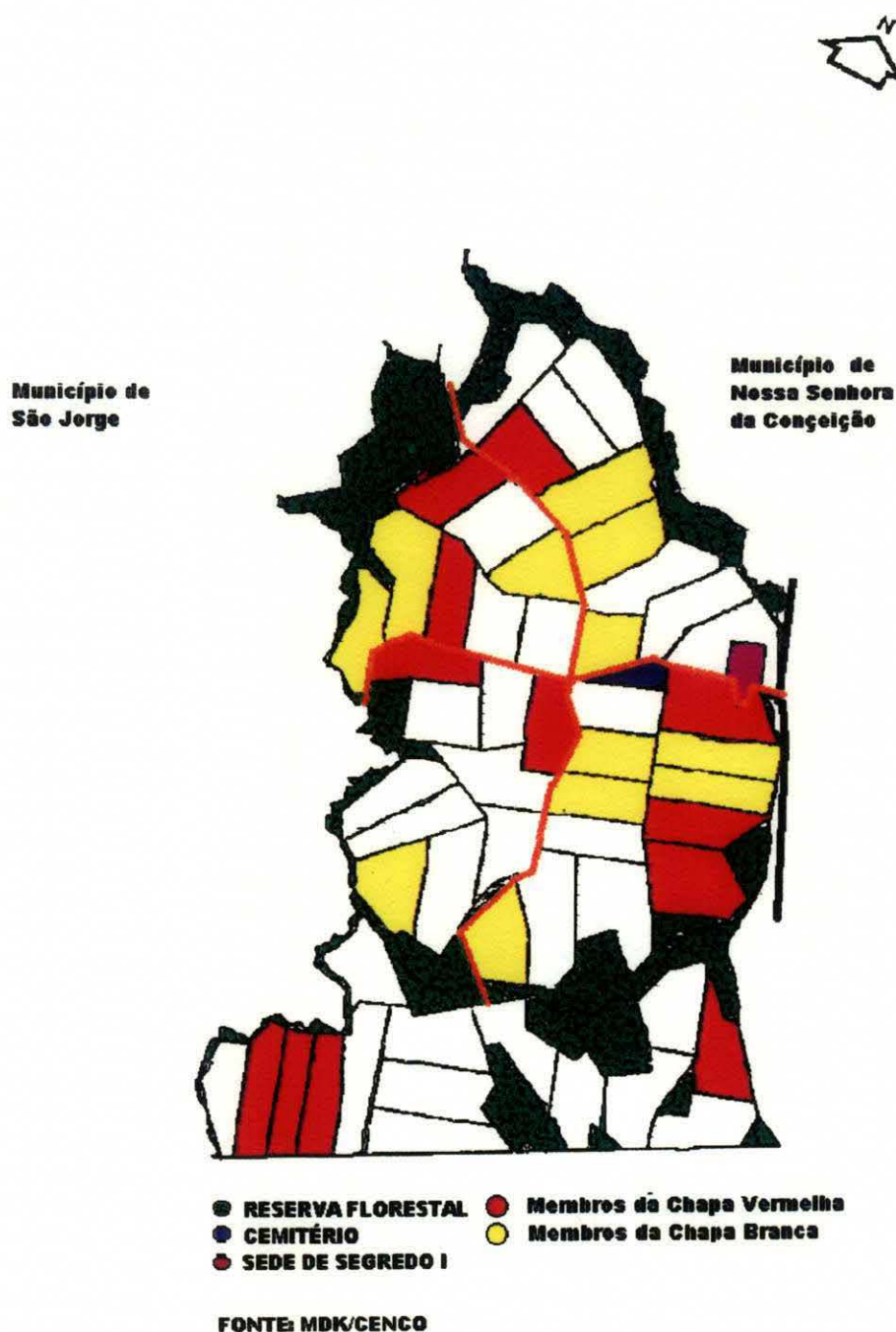
negociar, como Seu Zeno o fizera em Arcano III (abrindo mão de lançar uma chapa concorrente com a garantia de ser eleito para o conselho).

O prefeito pronunciou-se novamente, agradeceu a Deus e parabenizou a todos pelo "clima". Então o presidente da CRABi resolveu falar também, apontando para o "processo de crescimento e controle da violência", enquanto o presidente do sindicato agradeceu a oportunidade de estar ali com a sua "companheirada". Gabriel foi cumprimentar Romário. Enquanto isso Ludovigo sugeria: **"estes votos, vamos queimar, botar um álcool e tocar fogo!"**, diante de rumores e objeções contrárias relutou: **"então, guarda no cofre!"**.

Depois de terem ouvido o resultado, foram embora todos os componentes "ilustres" da mesa. O pleito que se realizaria em Arcano III, pela parte da tarde não os interessava, pois para eles os reassentados que ali compareceram, "reproduziriam" pictoricamente sua participação, o que lhes garantiria o voto futuro (fosse na prefeitura, na CRABi ou no STR).

Os agricultores que não aventuravam-se pela chuva, de volta para suas casas, esperaram que *"a Toyota carregasse com todos"*. No fim da tarde, após o término da eleição em Arcano III, Seu Romário e seus correligionários reuniram-se em frente à sede para comemorar a vitória. A chuva presenteara-lhes com uma trégua. O brilho dos fogos fazia-se visível à distância, nesta noite sem estrelas, de emoções inconciliáveis.

Figura 1 . Croqui da área do Reassentamento de Arcano I, sem correspondência de escala Editorado em Corel Draw 4.0



2. Capítulo - A representação feita necessidade

A primeira leva de “atingidos” chegou no Reassentamento em meados de junho de 1992. Conforme o relato de Seu Periquito, no dia 28 de maio de 1992, os “chefes de família” foram chamados pela COPEL, a uma “assembléia geral”, na sede da fazenda Gleba Xanxerê, local escolhido para o futuro Reassentamento, que fica em média 120 Km distante das margens do rio Iguaçu. A reunião ocorreu à noite, chovia muito e um ônibus fretado levou os futuros reassentados de volta às suas casas, pela madrugada. Nesta noite aconteceu a chamada “enchente”. O rio subia muito rapidamente, “atropelando” tudo pelo caminho – as mulheres, algumas grávidas – como a esposa de Seu Periquito, Dona Nilda - sozinhas com suas crianças, mal conseguiram sair com vida de suas casas submergindo:

“nós viemos a conhecer a área já quando a barragem já tava quase fechando. Sabe, o cronograma dela era pra ser fechado em 4 de 6, e em 28 de 05 de 92 houve uma enchente e ela foi fechada. Inundou violentamente e esse pessoal, a maioria, não todos, mas uma grande parte desse pessoal que veio pra cá, eles vieram atropelado da água, sabe ?! Porque eles não esperavam que fosse, que eles fossem sair com uma enchente violenta, inclusive eu fui enleio com a minha família, que sai de lá, só bem dizer, com a roupa do corpo. Perdi porco, casa com tudo que tinha dentro, roça de milho, perdi os animais, só escapou animal cavalo, vaca, essas coisa que tavam no potreiro, não bem na margem , mas ela quase atingiu ...”

Seu Periquito e seus vizinhos, que ficaram em lotes contíguos no reassentamento (grupo dos cinco), eram todos pequenos agricultores pobres, em sua grande maioria não proprietários, que viviam em regime de arrendamento na beira do rio Iguaçu e que, sem terem recebido indenização, aguardavam nas terras a serem alagadas a promessa de reassentamento. Outros reassentados, no entanto, não viveram esta noite de aflição e medo.

Sem desconhecem as mazelas por que passaram seus vizinhos atingidos pela “enchente”, eles admitem terem sido avisados pelos técnicos da COPEL, que “a água iria subir”. Este é o caso de Seu Gabriel, cujo pai era proprietário de uma

fonte de água mineral na beira do rio Iguaçu. Ele já havia sido indenizado e com o dinheiro comprara uma casa na cidade de Nossa Senhora da Conceição, onde no dia da “enchente” abrigou-se com sua esposa Rosa e seus dois meninos.

Assim, percebemos o amplo espectro de situações experienciadas pelos “atingidos”, quando do deslocamento para o Reassentamento: os que possuíam mais de 5 alqueires (o que equivale a aproximadamente a 12 ha) de terra foram indenizados e isto não necessariamente os excluía da “lista dos reassentados”. Alguns mantiveram sua propriedade na beira do rio (caso de Seu Agnaldo), outros compraram lotes noutra localidade (caso de Seu Roberto Kolling, que comprou terras no Candói) ou mudaram sua casa “mais para cima” (caso de Seu Nereu e Seu Bianco).

Estes reassentados que eram proprietários vieram, nas palavras de Dona Paula, esposa de seu Bianco, “mais fornidos” que os demais. Nos relatos destas famílias percebemos o quão inevitável era, no princípio do Reassentamento, o estabelecimento de “relações de troca” com os “desprovidos”.

O processo de Reassentamento não pode ser considerado de mudança de posição social, pois estas famílias ainda hoje (1998) não são proprietárias de fato de seus lotes. Porém, aquelas famílias minimamente capitalizadas no primeiro ano de Reassentamento, estabeleceram-se como “elite local” - principalmente por terem acesso ao financiamento bancário, necessário para o plantio da primeira safra – estabelecendo “relações diádicas” com seus vizinhos mais pobres (Foster, 1997; Landé, 1997).

Sendo assim, o ato de reassentamento não foi um “marco zero” de onde partiram todas as famílias, mas pelo contrário, resultou de um processo experienciado por uma comunidade dotada de complexas redes de reciprocidade, regidas por um código moral hierárquico, de cujo escopo nenhum membro desvencilhava-se facilmente.

2.1 Os primeiros agros anos

As terras pareciam melhores que as da beira do rio, apesar da falta de nutrientes, contando ainda com alguns trechos onde afloram pedras, o chamado litosolo. Vastas planícies que podiam ser maquinadas, ao contrário da “terra dobrada” a que estavam acostumados a trabalhar *no muque*. Lamentavelmente ninguém possuía, ainda, qualquer máquina e, deste, modo, gradualmente os agricultores foram percebendo a quimera em que se constituía o Reassentamento.

Passado um ano, os reassentados não saíam de suas terras porque tinham medo de perdê-las, mas ficando, não tinham chances de encontrar alternativas para a falta de alimento e de água, o quê mais os desesperava. Seu Romário, sempre altivo e confiante, muda seu semblante ao recordar-se destes tempos de adversidades:

“a água que é uma coisa essencial pra você ter, numa casa tem que ter água. Chegemo aqui não tinha água de espécie nenhuma. O lote é seco, aí nós tinha que tirar, esse poço não tava concluído, esse poço que o pessoal tinha abrido ali. Aí, de repente, veio uma época de seca, e não tinha água no poço e nós tinha que ir aqui no seu D., que dá uns 800 metro ou quase 1000 metros, nós tinha que ir buscar com um galão, ir lá buscar água pra tomar e pra lavar louça aqui. Aí, quando choveu e encheu o poço de novo nós tinha que tirar com uma corda, porque não tinha bomba não tinha instalação, não tinha nada aí. Tinha que abrir ali, pegar o baldinho e tirar, era sacrificoso, não era fácil não, quer dizer dava vontade de você abandonar tudo, botar um saco nas costa e ir embora, largar tudo ...”

No primeiro ano de Reassentamento muitas famílias ficaram acampadas até serem construídas as primeiras casas de pinus (módulo básico de 18 m²) e seus lotes demarcados. As atividades ditas “produtivas” ficaram bastante prejudicadas, tendo em vista a capitalização inicial dos reassentados frente ao padrão de cultivo praticado nas terras da antiga fazenda: as famílias mais capitalizadas plantaram milho e aquelas que não possuíam sequer um arado, ou

não podiam pagar horas-máquina para o dono da bodega, cortavam alguma madeira e “destocavam” suas terras e a de vizinhos.

É importante termos em mente o espaço onde estas famílias foram realocadas, cercado por fazendas, não apenas distante de seu local de origem, mas também do núcleo urbano da cidade mais próxima (Nossa Senhora da Conceição). Podemos dizer que, nestas condições, a vinda para o Reassentamento significou para muitas famílias o isolamento, a perda de referenciais espaço temporais, ou como acentua Dona Odete, de modo sucinto e revelador: “a COPEL judiou muito de nós”.

Seu Manoel Pé-de-Couve, um membro da família Amaral (sobrinho de Dona Odete, cujo irmão “briqueou” o lote com Seu Capivara) conhecido por tal alcunha exatamente por ser “caboclo que, de tão sujo, em suas orelhas se poderia plantar couve”, foi trazido num caminhão junto com sua esposa e 5 filhos e “largados” no que seria a área do seu lote. Durante algum tempo, conta Seu Manoel que afastava-se somente até onde avistasse seu barraco de lona - no único dia em procurou saber onde ficava a sede, acabou se perdendo, precisando de ajuda das pessoas que por lá estavam, para reencontrar sua família. Este episódio pode ter transformado Seu Manoel em tema de chacota, mas a referência de muitos reassentados a esta anedota, demonstra também sua identificação solidária com este drama.

O confinamento prescrito pelo Reassentamento define-se a partir deste controle sobre a mobilidade das famílias. Encontrando-se isoladas, sem ter acesso aos canais contumazes de negociação, todas as famílias, até mesmo as razoavelmente capitalizadas, ficaram à mercê da assistência da COPEL e das cooperativas de grãos da região, neste período oferecida na condição de “dádiva” (Lanna, 1995).

De certo modo, os reassentados sentiam-se “desonrados”, com tudo o que lhes havia sido “prometido e reprometido” pela COPEL, mas não lhes restava outra alternativa senão esperar, o que por si só constituía-se num ato de resistência.

Nas vésperas do natal de 1993, os agricultores reassentados tinham pouquíssimo a festejar. A safra havia sido perdida e sem a colheita, eles não teriam como saldar o empréstimo bancário e tampouco a dívida com o prefeito, dono da empresa agropecuária que lhes vendera defensivos inócuos.

Aos reassentados fora apresentado um modelo produtivo ao qual não estavam familiarizados, a ser desenvolvido num meio ambiente completamente estranho aos seus hábitos. O cultivo mecanizado de soja, quando realizado em propriedades de pouca extensão (menores de 50 ha), é considerado contraproducente do ponto de vista “econômico”, pelos próprios técnicos da CoopTec. No caso do Reassentamento devemos ter presente o quanto o contrato com a cooperativa de grãos da região (COAMO) imprime um aspecto de “fazenda” ao conjunto dos lotes sob seus domínios. Devemos ainda ter claro que este modo de inserção na “cadeia da soja” não implica necessário “aburguesamento” dos agricultores - conforme o sentido atribuído por Sahlins (1995) a este termo, ou seja, a aquisição de uma racionalidade de cálculo burguês. Num estudo de caso tratando deste fenômeno no Rio Grande do Sul, Coradini e Riedl (1987) advertem-nos que “... se por um lado significa uma profunda ruptura com os padrões anteriores de produção e comercialização, por outro não resulta na generalização da empresa agrícola propriamente dita” (p.18).

Ao que tudo indica o papel da COAMO na região é determinante para esta “opção”. Esta cooperativa “garante”, “dá segurança” – espaços onde o Estado omitiu-se – e além deste aspecto “material”, negociar com a COAMO é um ótimo indicador: *Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és*. Quem é sócio da COAMO possui um *status* extremamente elevado no grupo (e fora deste também, ir à COAMO é ir a Nossa Senhora da Conceição, é ser conhecido na cidade, é ser respeitável), tanto que aqueles que não o são, em geral, fazem planos de vir a sê-lo, num futuro breve, na próxima safra, quem sabe ... e assim a COAMO vai *convertendo* os agricultores ao seu pacote. Atualmente, a COAMO constrói um entreposto (silos de armazenagem) ao lado do Reassentamento. De muitos lotes é possível avistar a construção imponente, muitos almejam empregar-se na COAMO, como o filho de Dona Roseli, que “aprendeu computação” para trabalhar

no controle de estoque, outros ficariam satisfeitos de “descarregar caminhões”. Não importa, o fascínio causado desperta o desejo de uma aproximação e esta é sempre bem vinda.

2. 2 A associação biônica

Após um mês de Reassentamento, realizou-se no dia 16 de julho de 1992, a primeira “eleição” para a Associação de Produtores Rurais do Reassentamento. A COPEL exigia que os reassentados se organizassem segundo um modelo específico de representação. Para evitar a pulverização das reivindicações, passaria a negociar com um grupo representante, não mais atendendo a demandas individuais.

Do mesmo modo, a COPEL, na figura de seus funcionários, “sugeriu” uma lista de nomes para ocupar os cargos da recém-criada Associação. Esta lista foi posta em votação, cada chefe de família anunciava em alto e bom som a seus companheiros, se apoiava, ou não, a chapa apresentada. Por unanimidade foram eleitos Seu Asdrubal como presidente, Seu Nico Bolzoni como tesoureiro e como membros do Conselho Fiscal Seu Zeno, Seu Roberto Kolling e Seu Gabriel.

Seu Asdrubal era do Santo Antonio, município de Nossa Senhora da Conceição, conhecido da maioria dos reassentados. A propriedade dele era de médio porte, a ponto de poder arrendar terras para outros plantarem, tendo até peões, dentre os quais, alguns de seus vizinhos hoje reassentados. Este senhor trabalhara no Sindicato e sua “experiência” inspirou os técnicos da COPEL a indicá-lo como futuro interlocutor. Ele fazia parte do seletto grupo de agricultores “capitalizados” que aportaram ao Reassentamento. Sua posição pessoal não o levava a demandar recursos e incentivos à COPEL. Sócio da COAMO há vários anos, ele conseguiu financiamento para a lavoura já na primeira safra. Como outros de seu grupo, Seu Asdrubal acreditava que aqueles agricultores “despossuídos” deveriam arrendar suas terras para os vizinhos que poderiam *“trabalhá-las devidamente”*.

Apesar de aparentemente preencher os “requisitos”, ele não permaneceu no poder. Pelo menos dois movimentos levaram à convocação de eleições para a composição de uma nova diretoria para a Associação, realizada em novembro de 1993.

A COPEL teria eleito Seu Asdrubal como seu “gerente local”, uma espécie de administrador dos problemas emergentes. Porém, a postura por ele adotada não correspondeu às expectativas “desenvolvimentistas” da companhia elétrica. A política intervencionista da COPEL não encontrou em Seu Asdrubal e seus parceiros o eco necessário ao seu projeto civilizacional.

A COPEL levava a cabo o Reassentamento por uma questão legal, mas era necessário que o mesmo “se desenvolvesse”, caso contrário, acusações de um novo tipo, acerca dos impactos sociais de seus projetos, recairiam sobre seu setor jurídico e, principalmente, sobre a imagem de democracia sustentada pelo governo de Roberto Requião (PMDB, 1991-1994).

Sem dúvida a conivência da COPEL colaborou para que uma contracorrente política se estruturasse em oposição ao grupo de Seu Asdrubal. Esta facção insurgente era formada por um grupo pequeno de reassentados, procedentes do município de Palmeira, que não consideravam-se contemplados com as ações impetradas pela diretoria da Associação. Pequenos proprietários, estes agricultores não eram “amigos destes amigos”, não faziam parte nem do grupo dos “prósperos”, nem dos “despossuídos” – não arrendavam terras de outrem, nem as suas próprias, enfim, não inseriam-se nas redes de reciprocidade hegemônicas no Reassentamento, que eram aquelas ditadas pela maioria, vinda de Nossa Senhora da Conceição. Uma afinidade eletiva surgia entre o projeto revolucionário de Seu Romário (líder da oposição) e o projeto civilizacional da COPEL. Logo, o que aparentemente despontava como um levante rumo à tomada de poder, constituía-se enquanto tal, a partir de interesses absolutamente convergentes.

Esta disputa faccionalista deslocou a zona de tensão que opunha os reassentados à companhia elétrica, que conseguiu deste modo transformar “seus” investimentos públicos, teoricamente obrigatórios, em dádivas ou “prêmios” para o

grupo vencedor. A partir desta primeira eleição para os cargos da Associação ocorreu uma espécie de naturalização desta entidade representativa, que até lhes haver sido imposta, não existia.

O líder desta facção insurgente havia voltado no final dos anos 80 para Palmeira. Ele e sua esposa Leila conheceram-se em Curitiba, ambos haviam ido para lá nos anos 70. Leila foi cuidar dos filhos de um irmão e Seu Romário trabalhava na construção civil. Durante seis anos Seu Romário trabalhou para uma empreiteira, construindo estradas no Mato Grosso, mas “na transição do governo, na época da crise bem braba mesmo” decidiram voltar para a “beira do Iguaçu”. Herdaram do pai de Leila um lote de 3 alqueires, no chamada Pedreira, município de Palmeira. Seu Romário não deixou de “trabalhar em obra”, inclusive da UHE, e ainda entregava milho e feijão para a COAMO e para a AGROPEMA.

A inserção política de Seu Romário diferia em muito da dos demais reassentados. Dois irmãos de Leila eram políticos profissionais, pelo PTB, em Palmeira, o quê deve ser considerado “esquerda”, tendo em vista o perfil político da região, comandada por grandes proprietários (Colnaghi, 1984). Seu Romário já participara de greves em Curitiba e fundou em sua comunidade uma pequena cooperativa de produtores:

“... porque, se nós não tivesse mudado aquele pessoal que tava ali, porque o pessoal era mecanicamente estranho ao associativismo. Eles começaram assim, coordenado pelo pessoal da COPEL, sem conhecer nada do assunto e nem, tão pouco, tinham interesse de desenvolver um pessoal mais, mais socialmente justo. Eles queriam que ficasse aqueles mesmos ... o cara chegava nele e perguntava: E ai Asdrubal?! que vamos fazer, não temos saída, temos que botar um saco nas costa e ir embora. Ai ele dizia o seguinte: Olha, vocês se virem, vocês ganharam terra, agora vocês se virem, trabalham, façam, porque aqui tem que trabalhar. Quer dizer, não tinha visão de programa social, de coisa nenhuma ...”

Seu Romário acreditava que a COPEL “não tinha vontade de investir no Reassentamento”¹ e, mais ainda, que “fazia política para eles (os concorrentes da

¹ Olhando retrospectivamente, pude perceber o claro interesse da COPEL com o projeto de reassentamento, quando acompanhei alguns reassentados a uma feira agropastoril em Curitiba. No stand da COPEL em Curitiba eram exibidos os avanços “humanitários” advindos das obras da

primeira diretoria da associação)”. Seu Romário iniciou então, um movimento de reivindicações “paralelo”. Para ilustrar o processo de conformação desta “nova” facção política, a narrativa de Seu Ventura e Dona Eli parece bastante esclarecedora.

Seu Ventura e sua esposa nos apresentam uma versão corrente do processo de construção da disputa política pelos cargos da Associação de Produtores, ou seja, da institucionalização de uma arena para o faccionalismo que assomava. A seqüência de eventos, por eles apontados, não difere absolutamente em nada, daquelas apresentadas pelos próprios líderes das duas facções, apenas a disposição dos arranjos e negociações evidencia sua posição diferenciada no campo de disputa pelo poder – uma posição de *outsiders* que utilizam de modo explícito a linguagem da patronagem, a ponto de Seu Ventura denominar a si próprio “peão de Seu Romário” (Silverman, 1986 e Elias, 1993).

A Associação de Produtores formou-se a partir de uma imposição da COPEL, que na figura do “Dr. Jorge e do Dr. Gilson (advogados da COPEL)” apresentou e colocou na diretoria da Associação, Seu Asdrubal e alguns outros reassentados, “homens competentes”, aos quais “se pediria o quê fosse preciso”. Para Seu Ventura, os “apresentados” tinham, como ele próprio, pouco estudo, não conheciam “o regulamento da lei” e esta falta de atributos para a “administração” tornou-se evidente quando da colheita da segunda safra (junho de 1993).

A COPEL havia expedido uma carta que garantiu aos reassentados a possibilidade de financiarem sua lavoura. Com o dinheiro do financiamento, eles fecharam acordo com uma empresa (cooperativa de grãos) de Nossa Senhora da Conceição, a Agropema, para a compra dos insumos agrícolas.

Esta empresa pertencia ao prefeito da cidade, o que nos leva a acreditar que uma certa coação impelia os agricultores a negociarem “exclusivamente” com o mesmo. O “veneno” vendido pelo prefeito mostrou-se inócuo ao longo dos ciclos tanto da soja, quanto do milho, o quê culminou com uma colheita irrisória: “o

companhia. *Folders* distribuídos pela companhia, com belas paisagens do Reassentamento e outras retratando a “barbárie” na beira do rio, vendem o quanto de “benefícios e desenvolvimento” a COPEL traz para “seus atingidos”.

veneno não funcionou e daí o mato matou as plantas e nós ficamos endividados”. A exemplo de Seu Ventura, muitos reassentados haviam “negociado com o banco” pela primeira vez e estrearam, no mesmo ano, seu nome na lista dos inadimplentes do Serviço de Proteção ao Crédito.

“Eles (“os apresentados”) não fizeram nada pra nós, não fizeram nada pra COPEL também! “. Alguns dos reassentados identificaram na conquista do poder - no caso, a ocupação dos cargos da diretoria da Associação de Produtores Rurais – a possibilidade de tomarem as rédeas do processo de reassentamento. Em virtude destas demandas e contendas, duas facções instituíram-se para a disputa eleitoral a ter lugar em outubro de 1993, cada qual com uma perspectiva distinta a respeito da função da Associação.

Alguns membros dissidentes da primeira diretoria “biônica”, como Alberto Kolling, Nereu, Agnaldo e Bianco, articularam-se numa chapa majoritariamente formada por pequenos proprietários de Nossa Senhora da Conceição, sendo praticamente todos “de origem”. Este grupo manifestava-se contrário à intervenção da COPEL, defendia a breve quitação do lote (o acordo com a COPEL previa o pagamento de 250 sacas de milho em 10 anos²) e a possibilidade de os mais “prósperos” arrendarem as terras dos “despossuídos”.

Seu Romário, segundo Seu Ventura, “um homem que entende da lei”, conformou ao seu redor “a oposição”, ao lado de seus três conterrâneos de Palmeira (Seu Hartmut, Seu Erik e Dona Lúcia) e alguns “não-proprietários” vindos de Nossa Senhora da Conceição, construindo assim uma ponte de interlocução com uma parcela significativa dos reassentados.

Como Seu Ventura, grande parte dos reassentados não conhecia Seu Romário previamente, portanto, sua confiabilidade construiu-se com a ajuda de alguns “amigos” de fora, como um promotor de justiça, um deputado estadual, o presidente do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e alguns dirigentes da CRABi (Comissão Regional dos Atingidos do Iguaçu):

P: *Vocês já conheciam Seu Romário de antes?*

Ventura: *Não, conhecia não.*

² Os números neste caso são invariavelmente contraditórios, dependendo com quem se fala. No estatuto da associação consta este dado.

Eli: Não, viemos a conhecer aqui, nem sabia se existia.

Ventura: Quem me informou dele foi um colega meu lá de Santa Catarina. Depois é que nós viemos morar aqui em Abelardo Luz. Nós se criemo junto com eles, um tal de Aquiles

Eli: Conhece o tal de Aquiles?

P: Não.

Ventura: Ele é presidente lá no assentamento, lá da Pedreira.

P: Lá do Arcano II ?!

Ventura: É. Dai ele me disse: É o seguinte, vocês façam uma forcinha e votem pro Seu Romário. Nós nem conhecia ele.

P: Mas o Seu Aquiles conhecia?!

Eli: Conheciam

P: De onde se conheciam?!

Eli: É, moravam de porta, é moravam vizinho, lá junto

P: Lá na Pedreira?!

Ventura: É sim. Diz ele: Vocês façam e vamos, vamos eleger o Seu Romário. Dai eu comecei a conversar com os vizinhos e disse: Vejam bem gente, a primeira associação deixou nós endividado. Inclusive o nosso nome tá no SPC, nós não temos saída nenhuma mais. Nós não podemos pegar um produto na cooperativa, um financiamento em banco nem se fala, comprar fiado numa loja também , tá tudo trancado. Daí o Seu Romário ...

2.3 A construção do empate, o faccionalismo necessário

A eleição realizou-se no dia 22 de novembro de 1993. Além dos representantes da COPEL, que “organizavam” o pleito ao lado de Seu Asdrubal, também estava presente o presidente do STR de Nossa Senhora da Conceição. Dos 95 “chefes de família” reassentados, compareceram 88: Séu Kolling fez 44 votos, Seu Romário 41 e 3 votos foram considerados nulos. No estatuto da Associação nada constava sobre a “proporcionalidade” nas eleições e, apesar de “armados de paus e facas”, prontos para um iminente conflito, os beligerantes não levaram a cabo suas intenções: o advogado da COPEL deliberara, Seu Kolling não havia conseguido “maioria absoluta” e novo pleito foi marcado para 2 de dezembro de 1993.

Nas palavras de Seu Romário, os 10 dias que se seguiram foram de “batalha feroz”, para ele sua única arma era a “organização”, a oposição tentava “introduzir o medo no pessoal, tomar o poder pela força”. Seu Kolling, paradoxalmente, era da mesma opinião: os representantes da COPEL já haviam

demonstrado que os estavam “perseguido” e vencer a peleja pela segunda vez seria quase impossível.

Ao segundo turno compareceram 92 reassentados, Seu Kolling fez desta vez apenas 40 votos, contra 52 de Seu Romário.

Segundo as informações dadas por Seu Ventura, Seu Romário após a vitória permaneceu poucos dias no Reassentamento mas,

“de repente, se sumiu pra Curitiba ... ele foi falar com os deputados e depois no gabinete do governo, com aquele caderno cheio - porque o Seu Romário, o Seu Romário é um sujeito inteligente, então todas as reunião que nós ia da COPEL, ele ia com um caderninho na mão, ele foi anotando o que a COPEL prometia aqui pra nós. Ele foi anotando num caderninho, dai quando ele recebeu a administração: *Não é por aí gente, o que vocês prometeram, vocês não cumpriram. Nós tamo lá jogado, então agora de hoje em diante, eu não saio daqui sem nós decidir, ou sim, ou não. Vocês vão ter que cumprir o que vocês prometeram. Tá tudo anotado aqui ...* quando ele apareceu disse: *Olha gente, agora vai vir madeira pra fazer a emenda nas casas, vai vir dinheiro pra pagar a construção, vai vir calcário pra calcarear a terra ...* Dinheiro. Dinheiro pra fazer as lavouras, quem não tinha recurso, dinheiro, isso mesmo ... É, porque veja, por intermédio do Seu Romário ajudar o povo ai, é que nós ganhamos tudo que essas outras reformas que nós tem ai, de casa de, desses plantio de arvoredo ...quem quebrou o galho foi o Seu Romário. Ele foi lá depois, depois que ele arrumou tudo as coisas. Daí, voltou novamente lá, e falou com o presidente da COPEL : *Gente, é o seguinte, tem mais um galho pra vocês quebrar lá pra gente, o pessoal tão endividado com a Agropema, com o prefeito Miguel, o que deve menos bolsa de milho lá, deve 84 - que era eu -, os outros lá é 250, 300 sacos, e dai como é que vão pagar? Não tem como.* Diz ele: *Não, não precisa, a COPEL vai pagar.* Tudo arrumadinho pelo Seu Romário. A COPEL assumiu aquela dívida. A COPEL que pagou aquela dívida que nós tinha com o prefeito Miguel, mas no mais, tudo arrumadinho pelo Seu Romário”.

Apesar da vitória de Seu Romário estar muito relacionada à sua propalada capacidade de “quebrar galho” - devido ao seu conhecimento político para além das fronteiras municipais, visto que no interior do mesmo, seus oponentes contavam vantagens muito maiores – nas palavras do próprio “presidente”, o que venceu foi seu “projeto diferenciado”, de “desenvolvimento econômico e social”.

Seu Romário, de modo incipiente no início de sua gestão, começava a balbuciar a linguagem dos projetos³ e isso veio ao encontro dos anseios da própria COPEL: aquilo que à primeira vista poderia parecer um “governo de oposição”, constituiu-se enquanto tal, inegavelmente, por uma certa *afinidade* entre o projeto civilizacional da COPEL e os anseios por “desenvolvimento emancipador” presentes na plataforma de Seu Romário e seus obsequiados.

Ao serem empossados na diretoria da Associação, o grupo de Seu Romário passou a exigir que a COPEL cumprisse o que já lhes havia prometido. Percebemos o quão deliberada foi a estratégia de Seu Romário para chegar à presidência da Associação, ao escutarmos duas fitas K-7 usadas como “arma” em seu primeiro mandato. Na primeira, aparecem gravadas os discursos do prefeito (dono da agropecuária) e do presidente da COPEL. A segunda fita registra um encontro, onde Seu Romário, em meio à balbúrdia de reivindicações dos reassentados e reticências dos representantes do governo, “puxa de um gravador”, revelando publicamente as promessas anteriores, exigindo perante a todos, seu cumprimento imediato.

Entretanto, cumprindo o prometido, a companhia não fazia mais do que sua obrigação legal e ainda assim deixava os agricultores com a sensação de terem “conquistado” seus direitos. Talvez a contratação da equipe técnica seja o exemplo mais paradigmático desta conduta da companhia, pois foi sua própria negligência no atendimento aos agricultores que tornou de urgência a contratação de “agrônomos”.

Esta contratação de uma equipe de técnicos fazia parte da plataforma de governo de Seu Romário, quando venceu as eleições para a Associação no final de 1993. Ao longo de 1994 o grupo de Seu Romário realizou distintos esforços a fim de alcançar seus objetivos.

Como ilustração do espectro de estratégias possivelmente adotadas recorreremos a dois eventos realizados no Reassentamento em 1994. No mês de

³ A “linguagem dos projetos” seria o novo idioma imposto pelas agências de fomento e *desenvolvimento* (seja elas privadas, estatais ou não-governamentais) às populações pobres, que em geral, são seu público alvo. Esta linguagem parece ter sido desenvolvida a partir da entrada,

maio um encontro com representantes do MST, com mais de 500 participantes, cujo objetivo principal era o cadastramento das famílias sem terra da região. E, no mês de setembro, a inauguração da ponte com as presenças do governador do estado, do presidente da COPEL - os quais chegaram em helicópteros! - , do prefeito da cidade (o mesmo que lhes vendera os agrotóxicos ineficazes) e o presidente da câmara de vereadores (atual prefeito da cidade). Esta ponte era uma das várias promessas que, conforme Seu Romário, "arrastava-se ao longo de anos" e somente "deslanchou" quando ele ameaçou "divulgar na imprensa", o conteúdo das fitas.

Após ter sido reeleito em 1995, não mais como presidente de Arcano, mas da parte que lhes coube com a cisão do Reassentamento (Associação de Produtores Rurais de Arcano I, formada por 55 famílias), Seu Romário passou a investir esforços na contratação de uma equipe de técnicos que os orientasse cotidiana e exclusivamente. A seguir procuraremos descrever o processo que levou à contratação da CoopTec e as mudanças na vida da comunidade daí decorrentes.

nestes organismos, de agentes que outrora realizaram trabalhos comunitários, marcados especificamente pelo "assembleísmo", próprio das aspirações liberais de "democracia".

3. Capítulo - *A missão de mediar*

Este capítulo é dedicado à apresentação do ponto de vista de “outros nativos”, a saber, a equipe técnica contratada pela Associação de Produtores, que “presta serviços” à comunidade de reassentados. Ao denominar a atuação dos técnicos como corroboradora de um processo civilizador, não é suficiente apenas demonstrar sua posição numa hierarquia de poder (estatal, simbolizado pela companhia elétrica), que os imbui de tal tarefa. A percepção da lógica deste grupo pode nos levar a compreender melhor seus interesses, crenças e empenho nesta verdadeira “missão”.

Pretendemos principalmente mostrar o quão heterogêneo, é este grupo, bem como ilustrar as pressões internas e externas advindas tanto dos próprios reassentados, quanto da poderosa COPEL – que contribuem para as constantes tensões e conflitos por eles vividos. Este jogo de forças leva um determinado setor dessa equipe a exercer uma ascendência política sobre os outros, instaurando uma hegemonia ideológica. O objetivo principal desta análise é esclarecer o paradoxal “nó flexível” que une a mediação da equipe técnica, principalmente no que concerne aos seus projetos de desenvolvimento, à dinâmica faccionalista do processo político local.

Através da apresentação de alguns eventos etnografados será possível ilustrar o espaço (alguns, atualmente, prefeririam dizer “mercado”) que se abre aos chamados mediadores, quando a ação estatal aceita o “problema social fundiário”, ao mesmo tempo em que “admite-se incapaz de resolvê-lo”, delegando sua “solução” a organizações não-governamentais.

3.1 Nos primórdios da organização

Durante todas as vezes em que estive no Reassentamento, pernoitei na chamada “sede” – uma casa de madeira compensada, composta por três quartos e um banheiro numa extremidade, separados por uma cozinha, de três peças ocupadas pelos escritórios da Associação de Produtores e da equipe técnica.

Numa certa noite, no inverno de 1998, estávamos na cozinha da sede, Negra, Seu Pedrão e eu.

Seu Pedrão é muito alto e gordo, um sujeito bonachão, cujas piadas nos divertiam muito. Ele preparava o que seria o nosso jantar, arroz com galinha e degustava enquanto isso uma caipirinha na companhia de Negra. Ambos já se conheciam de longa data, haviam trabalhado juntos nos primórdios da ASSESOAR¹. A esposa de seu Pedrão ainda atua na diretoria desta entidade e todos viram muita coisa mudar desde suas juventudes. Esta associação havia sido formada por uma missão de padres belgas, que arrebanharam em seu projeto jovens entusiastas, dispostos a atuar em zonas rurais prenhes de conflitos e carentes de assistência. Negra recorda este período como "emocionante": *"Nós éramos tratados por comunistas. Claro que alguns eram comunistas mesmo. Mas havia paróquias que não aceitavam a nossa presença. Muitas vezes eu era expulsa de fazendas, por jagunços que não nos deixavam conversar com as famílias dos peões"*. Segundo ele, *"a própria CoopTec é uma cria da ASSESOAR, o Patrick (diretor da cooperativa) trabalhava conosco. Ele nasceu na Nigéria, mas cresceu no Uruguai. O pai dele é belga, trabalhava na FAO, conhecia muito a missão"*. Seu Pedrão e Negra atribuem à ASSESOAR um pioneirismo importante no que concerne ao sucesso atual de "agências de desenvolvimento" do sudoeste paranaense: *"Sempre os agricultores tiveram muita gana nesta região, mas com o surgimento da ASSESOAR, não teve mais dispersão ... naquela época (anos 70) tinha muito o quê fazer ... só depois é que outras organizações foram surgir. Hoje em dia a ASSESOAR é mais uma referência, a Igreja já saiu faz anos e o trabalho ficou mais técnico mesmo"*.

¹ *"... a ASSESOAR ... foi, na verdade, a principal responsável pela redefinição da linha de atuação de diversos sindicatos na região Sudoeste, assessorando a própria CPT (participando com um membro no conselho estadual) e auxiliando na organização regional do MST ... prestava assessoria à diocese de Palmeira e às paróquias da região, promovendo reuniões de base e encontros de lideranças pastorais, com a finalidade de capacitá-las politicamente ... portanto, no Sudoeste, a ASSESOAR desempenhou uma importante função política, servindo como elo central da cadeia de mediação entre o Movimento Sindical Rural, a CPT e o MST, pois prestava serviço de assessoria a todas essas organizações ... a ASSESOAR, a partir de 1987, parece ter concentrado as suas atividades na assessoria aos assentados, contribuindo na formação dos grupos de agricultura alternativa, na criação e na regulamentação das associações de assentados, estimulando o trabalho de planejamento do processo produtivo..." (Torrens, 1992: 104 et passim)*

Almeida (1985) aponta para um processo de laicização dos movimentos sociais, onde evidencia-se uma semelhança com o nosso caso, principalmente quanto à diminuição do poder das entidades confessionais frente à ascensão das organizações não-governamentais.

Nesta noite aguardávamos que terminasse uma reunião entre os presidentes das Associações, o coordenador dos técnicos e um representante da COPEL com uma empresa que instalaria telefones (celular rural) no Reassentamento. Os beneficiados seriam poucos, dentre as 55 famílias de Arcano I, somente Seu Romário e Seu Bianco pensavam na aquisição. Em Arcano III havia um par de agricultores interessados, apesar do custo inicial bastante elevado, em torno de 3 mil reais, salvo a manutenção mensal².

3.2 Um ritmo acelerado de intervenção

Apesar do cansaço geral, nossa conversa estendia-se porque não podíamos chegar aos nossos quartos, já que na grande sala ocorria esta conversa de negócios. Este tipo de reunião ocorria praticamente todos os dias no Reassentamento. Cada novo “projeto” era comunicado ao grupo de agricultores envolvidos, sempre convocados a uma reunião, com a presença das “lideranças”. Seu Pedrão, grande o bastante, pôde escarnecer de Ludovigo, representante da COPEL: *“você um dia ainda morrem de reunião tite aguda”*.

A crença dos técnicos na sua “objetividade” e “isenção” expressa-se muito bem nesta série de reuniões, encontros e palestras que ocorrem no reassentamento todos os dias. Esta forma quase escolar de “transmitir conhecimento”, de “ensinar”, parece-lhes a mais adequada, tanto que nisto fazem grandes investimentos, estando sempre ocupados hoje, planejando o dia de amanhã. As famílias de reassentados, por sua parte, pensam que os técnicos os sobrecarregam de atividades – como nos disse Dona Eli, *“planejar no papel é fácil, mas depois só se tem dois braços e duas pernas pra tudo isso. Depois que eles*

² Este custo deve ser considerado elevado, tendo em vista que a média dos rendimentos locais não ultrapassa um salário mínimo mensal (na época, 1998, cento e trinta reais).

vieram pra cá, aumentou muito o serviço da gente ... é sempre esta folia de reunião, reunião ”.

Estes encontros, além de freqüentes, eram bastante prolongados. A mim assemelhavam-se mais a um ritual ostentatório, do que propriamente a um espaço efetivo para “negociação” ou “aprendizado”. Thompson (1998: 71 *et passim*) enfaticamente atribui à esta “teatralidade do poder” uma dimensão decisiva na “luta pela autoridade simbólica” e, se seguirmos com a interpretação deste historiador, devemos perceber os reassentados não como espectadores passivos, mas como co-atores que, à sua forma, certamente empreendem um contra-teatro – como na disputa faccionalista, a qual os técnicos tanto intervêm, quanto assistem.

Até mesmo minha presença em campo foi negociada desta forma: o coordenador dos técnicos Felipe e meu cicerone Lucas apresentaram-me primeiramente a Seu Romário e Seu Bianco, depois a Seu Carlinhos e Seu João Antônio, respectivamente presidente e tesoureiro de ambas as Associações. Nas duas oportunidades, os técnicos comunicaram acerca de meu trabalho de campo, e a seu turno, as “lideranças” mostraram-se satisfeitas, aceitando muito bem a idéia de uma “pesquisa sem formulários”.

Apesar da aparente democracia desse ritmo frenético de reuniões, a forma de conduzi-las revela a unilateralidade desta intervenção, que pouco dialoga com o estilo de vida heterogêneo dos agricultores, impondo a todos um mesmo modelo de desenvolvimento a seu ver “ideal” e inquestionável.

3. 3 A consolidação do projeto civilizador

A intervenção da COPEL no reassentamento é prevista para acabar no final de 1999. O trabalho dos extensionistas não está necessariamente subordinado a esta data, mas para que a CoopTec continuasse atuando no Reassentamento, a Associação de Produtores teria que contratá-los e ao que tudo indica, os custos desta “parceria” são bastante elevados para o exíguo orçamento da Associação.

Em função da iminência dos prazos, a partir do final de 1997 construiu-se uma verdadeira “corrida contra o tempo” no reassentamento. Neste período, a

COPEL designou a figura de um interventor, o economista Ludovigo, cuja missão seria "fiscalizar o destino dado aos investimentos feitos pela COPEL, a fim de garantir a *evolução* até então não obtida". Todos os técnicos da COPEL que circulam pelo reassentamento (mais comumente, dois supervisores de obras e duas assistentes sociais) responsabilizam-se por secções distintas desta "missão". As assistentes sociais investem na "higienização" das famílias. Os técnicos de campo ocupam-se das obras de "infra-estrutura" (casas, estradas, abastecimento de água e luz) levadas à cabo tanto pelas empresas estatais, como por uma construtora "terceirizada", a Benigni, responsável pela construção de todas as edificações do reassentamento.

Tomamos uma certa "reunião de planejamento e avaliação", ocorrida em fevereiro de 1998, como exemplar, por expressar a hierarquia de valores que orienta a prática deste grupo, através de gestuais visivelmente marcados por um tempo e um espaço sacralizados nesta ocasião (de Coppet, 1992). A fim de dar conta do corpo de técnicos e mais precisamente de suas funções e expressões simbólicas, procuraremos nos próximos parágrafos descrever este encontro, o qual consideramos paradigmático para os presentes propósitos.

3.4 Uma reunião exemplar

Estávamos em início de fevereiro e, mesmo assim, a longa noite passada no ônibus fora bastante fria (afinal esta região encontra-se 1000m acima do nível do mar). Pela madrugada cheguei ao posto de gasolina à beira da estrada, quase na fronteira entre Santa Catarina e o Paraná, como já o havia feito na primeira visita, no mês anterior. Não havia amanhecido ainda e chovia o bastante para que nem mesmo os cães de sentinela viessem em minha direção. Agora, sem desconfiar do funcionário que por lá me acolheu, fiquei aquecendo-me à beira do fogão à lenha, tomando um mate, conversando sobre vários acampamentos e assentamentos existentes na região.

Este posto de gasolina ficava próximo a Palmeira, cidade onde moravam Lucas e Sandro, técnicos da CoopTec que ofereciam-me carona até o

Reassentamento. Lucas é pernambucano. Durante sua juventude foi seminarista, trabalhando junto às Comunidades Eclesiais de Base. Abandonando a ordem, decidiu estudar engenharia florestal e após graduar-se recebeu o convite de um membro da CoopTec para vir trabalhar no Paraná. Lucas compunha a primeira equipe de técnicos que atuou no Reassentamento em 1996, sendo chamado de “filósofo”, por ser um leitor voraz. Há um ano pôde casar-se, por que sua esposa Thais, que é funcionária de um banco, conseguiu transferência para Palmeira. Sandro também é casado, sua esposa estuda direito em Palmeira e trabalha no frigorífico local. Ambos nasceram na cidade, Sandro é filho de peão de fazenda, seu pai morreu quando ele ainda era menino e foi o fazendeiro que pagou seus estudos de administração rural. Lucas e Sandro são sócios num “viveiro de mudas” e no Reassentamento “responsabilizam-se pelos caboclos” e disto fazem piada, pois eles seriam, também, “os caboclos da equipe”.

Neste dia não seguimos imediatamente ao Reassentamento, pois os técnicos estavam reunidos em Palmeira para um encontro, que gostariam de ter realizado na Usina de Arcano³, mas como este deslocamento não fora possível, acabaram por utilizar uma sala de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Palmeira.

Lucas me recepcionara quando lá estive em janeiro, sendo extremamente gentil, mas neste dia não usou de sutilezas – os técnicos não lembraram-se da minha visita, previamente combinada, e a idéia de eu presenciar o encontro não lhes agradava.

Esta reunião havia sido precedida de um encontro em Francisco Beltrão (cidade que abriga a sede da CoopTec), onde reuniram-se os coordenadores das equipes e os diretores da Cooperativa. A CoopTec autodefine-se como uma *“Cooperativa de trabalhos e serviços, formada por técnicos e extensionistas, com a missão institucional de promover alternativas de desenvolvimento com justiça*

³ Embora estas reuniões visem o planejamento e a avaliação dos trabalhos da equipe técnica que envolvem os agricultores, estes últimos não são convidados a participar das mesmas. Alguns meses adiante, a equipe técnica realizou um seminário, desta vez no luxuoso salão de convenções da UHE de Arcano, contando com a presença dos técnicos do estado responsáveis por um projeto de educação implementado no Reassentamento. Desta vez porém as “lideranças” revoltaram-se

social, viabilidade econômica e equilíbrio ecológico, priorizando a Agricultura Familiar e suas organizações". Embora somente outras duas equipes atuassem também em reassentamentos nesta época - uma em Arcano II (no município de Herval, onde encontram-se reassentadas 17 famílias) e outra no reassentamento da UHE de Salto Caxias (no município de Cascavel, onde foram reassentadas mais de 600 famílias) – estes eram os projetos mais rentáveis financeiramente, pois advinham de uma “parceria” com o convênio CRABi/COPEL.

Logo que chegamos ao STR de Palmeira só encontramos Zeca, engenheiro agrícola que estava “assinando” algumas construções, como estrebarias e chiqueiros no Reassentamento, mas que morava em Céu Azul, onde possuía um escritório de engenharia.

Felipe e sua esposa Carolina chegaram algum tempo mais tarde. Felipe é o coordenador da equipe de técnicos, ele e sua esposa são engenheiros agrônomos e moram em Nossa Senhora da Conceição. Há cerca de um ano este casal começou a trabalhar no reassentamento, atendendo a um convite de Patrick, padrinho de sua pequena menina, e diretor da Cooperativa. Felipe envolveu-se, desde os tempos de sua graduação em Cascavel, com projetos de fomento à "agricultura familiar", tendo ido trabalhar numa zona de frente de expansão na região amazônica. Adriano e Negra vieram em outro carro, também de Nossa Senhora da Conceição, onde ambos moram. Adriano é veterinário, primo de Felipe, graduou-se em Santa Maria e este era seu primeiro emprego. Negra é economista doméstica e, ao contrário dos demais, não é nem “de origem”, nem tão jovem e possui uma vasta experiência profissional na sua especialidade, que é o “social”.

Felipe sentou-se à frente do grupo, instalando-se com seu *laptop* e uma cuia pessoal para seu chimarrão, incrementado com nobres especiarias – sem dúvida ele distinguia-se dos demais. Sua esposa ficava em pé, ao seu lado, escrevendo em grandes cartolinas os pontos referentes ao primeiro tópico da reunião, a saber, a “montagem de um calendário das atividades, por áreas e

cadeias". Todos os técnicos estavam presentes e cada qual envolvia-se com "cadeias produtivas" específicas. Cada "cadeia" corresponde, em linhas gerais, ao processo de trabalho peculiar a um determinado produto.

Através de uma breve reconstituição das trajetórias dos diversos membros da equipe fica bastante visível o quanto "relações pessoais" viabilizaram sua admissão na própria cooperativa. Fazemos uso deste procedimento para ilustrar como, o quê os mediadores condenam em seu trabalho cotidiano (relações despóticas ou clientelistas) não exclui-se de suas próprias escolhas e procedimentos. Os técnicos acreditam que a lógica de que lançam mão para formular seus projetos seja estritamente "racional" (Sahlins, 1976) e sentem-se imensamente frustrados quando os mesmos vão por água abaixo, quando algum agricultor, "sorratamente", age de modo "tradicional".

Este "planejamento" despertou-me para as tensões que estabeleciam-se entre os membros da reunião ao longo da discussão. Facilmente observava-se uma hierarquia entre as atividades, cujo grau de "nobreza" parecia decrescer do manejo pecuário ao plantio de erva-mate. Certamente não estava-se discutindo os "valores de mercado" destes produtos, mas a expressão simbólica de cada qual. Não pretendo retomar neste ponto as notáveis investigações sobre tabus e valores alimentares, mas não devemos perdê-las de vista. Sahlins em *Cultura e Razão Prática* tece todo seu argumento no sentido de desmistificar a "razão burguesa" que orientaria os tabus e as opções alimentares nos Estados Unidos. Bourdieu & Sayad revelam o drama vivido pelos argelinos que, reagrupados em espécies de "condomínios rurais", transformam gradativamente seu *habitus* camponês, sendo um dos sinais desta "perda das tradições", o cultivo de hortaliças por homens. No caso brasileiro temos os clássicos trabalhos de Brandão (1981) e Candido (1998), que versam sobre a "dieta do caipira", os quais devem ainda ser cotejados à discussão de Da Matta (s/d) sobre a distinção entre "comida" e "alimento". Também Teixeira (1988) aponta para a superioridade hierárquica da pecuária sobre outras atividades agrícolas e como esta relação traduz-se numa valorização hegemônica do gado, "motivo de orgulho e elogio".

Na reunião, tanto a disposição espacial dos participantes, quanto a ordem das discussões sobre as atividades de cada “cadeia” atualizavam a posição hierárquica dos presentes. Na primeira fila sentaram-se Adriano (Veterinário) e Zeca (Engenheiro Agrícola), na segunda Sandro (Administrador Rural) e Lucas (Engenheiro Florestal) e na última fila, Negra (Economista Doméstica). Primeiramente tematizou-se “sanidade animal”, “homeopatia veterinária”, “inseminação artificial” e “implantação de aviários”, preenchendo-se na grade os prazos demandados pelo veterinário. Seguindo no tópico “agroindústria”, Carolina exibiu seu plano de atividades para o “manejo de gado leiteiro” e Zeca posicionou-se acerca dos projetos das edificações do laticínio e do matadouro de frangos. Sandro foi o próximo a apresentar suas demandas quanto aos projetos de fruticultura, apicultura e cultivo de hortaliças. Lucas estaria envolvido com os projetos de reflorestamento e plantio de erva-mate, além de ser designado para “integrar as famílias periféricas, os casos problema”. Várias tabelas já haviam sido preenchidas, quando Negra definiu como “inviável” o plano traçado.

Embora os extensionistas tenham fixado-se a um tempo esquadrinhado, neste momento um certo desconforto pairou sobre a “equipe”, poderia ser que o “tempo” dos agricultores fosse de outra ordem⁴. Negra argumentava trazendo casos “de carne e osso” para a discussão, procurando mostrar o quanto as famílias de agricultores estavam sendo sobrecarregadas de atividades e ainda esfaceladas pelos “projetos” (*homem envolve-se com frango, mulher com estufa, filhos com túnel, etc.*). Felipe mostrou-se insatisfeito com a intervenção de Negra e sepultou a discussão: *“Isto não é hora de falarmos do caso do Seu Fulano de Tal ou da Dona Cicrana, nesse momento nós precisamos de idéias, de idéias Negra”*.

Felipe seguia as diretrizes que haviam sido formuladas na reunião geral dos coordenadores da cooperativa, ocorrida na semana anterior. Porém, o rumo das

⁴ A vasta e persuasiva argumentação de Strathern (s/d) acerca da distinção que se estabelece entre tempo e valor, quando a coisa medida não influi na unidade de mensuração é fundamental neste ponto. Os técnicos calculam as atividades a serem desenvolvidas pelos agricultores, sem “adesão íntima” a nenhuma destas atividades e portanto, sem considerarem as “escalas” e os “ritmos” de que lançam mão estas famílias para “organizarem” seu tempo. A este respeito, para o

discussões alterou-se bastante quando, no período da tarde, passou a participar da reunião o economista Ludovigo, primo do presidente da COPEL, que desde o início do ano passara a fazer intervenções no Reassentamento, a fim de “assessorar” os trabalhos dos extensionistas e atingir o objetivo de sua empresa, que é “ensinar a pescar”⁵. Em sua primeira participação, este economista sentou-se numa das últimas fileiras da sala, paulatinamente fazia alguma objeção, sem no entanto “roubar” a coordenação de Felipe. Pude perceber que sua mera presença causara constrangimento no grupo, que já não manifestava-se de modo tão arrefecido e informal quanto pela manhã.

Anteriormente, os técnicos, ao referirem-se à ele, falavam no “alemão” – e, realmente, o sujeito cumpria o estereótipo. Corpulento, alto, de voz grave e rude, seu olhar causava pânico por onde corria. Ele próprio faz questão de relatar constantemente sua heráldica germânica: filho de pastor alemão e mãe russa, fugidos da guerra (talvez da primeira grande guerra, tendo em vista sua idade), que encontraram um país de braços abertos ao sul do Equador. O eterno resgate desta biografia esclarece muito sobre a performance (notadamente no seu gestual e discurso) deste economista.

Entre uma “colaboração” e outra, este senhor perguntava minha opinião sobre o quê estava sendo discutido e nem sempre minhas respostas “quase-relativistas” lhe pareceram aceitáveis, levando-o a tecer-me críticas em alemão – o que excluía deselegantemente os demais de nosso diálogo. Ao anoitecer, convidou a todos para jantar (as despesas “ficavam por sua conta”, ressarcidas posteriormente pela companhia elétrica, leia-se pelo orçamento do Estado) num dos poucos restaurantes da cidade, aproveitando para nessa ocasião oferecer sua biografia a todos os jovens “aspirantes ao poder”. Leitor contumaz de manuais de auto-ajuda e outras literaturas do gênero, este senhor traça seu percurso, dos

caso das categorias de espaço e tempo culturalmente informadas entre pequenos agricultores no sul do Brasil ver especialmente a exposição de Gehlen (1998).

⁵ “Reza a sabedoria popular que não é o bastante dar o peixe ... É com este espírito que a COPEL orienta o desenvolvimento de suas ações nas Comunidades de Arcano I e Arcano II, originárias do projeto de reassentamento da barragem daquela usina da COPEL isso não implica apenas fornecer os equipamentos necessários mas também ensinar a manejá-los: educar, instruir, treinar, mudar hábitos ... desta autêntica epopéia social e econômica ... ” (editorial de COPEL Informações, 1998)

bancos da universidade até as poltronas das “grandes companhias” em que trabalhou, como uma história de sucesso, que a uma certa altura foi inviabilizada por “conspiração e ganância”. Todos boquiabertos, até que Zeca, o menos assíduo no Reassentamento, ousa lhe perguntar as razões que o levaram a tornar-se um “interventor da COPEL”. Em tom de prédica, Ludovigo justificou seu trabalho como um favor a seu primo (presidente da companhia), mas principalmente como uma “missão” – era dada a hora de ele “fazer o bem aos mais necessitados”. Não é preciso dizer que nestas horas, ou em qualquer outra, ninguém tenha falado em dinheiro.

No dia seguinte mudaram os rumos dos ventos. Felipe dividiu a tribuna de honra com Ludovigo, que desde o início coordenou o encontro. A primeira atividade, da qual fui convidada a não participar, foi uma “dinâmica de grupo”. Cada um dos presentes tomava um grande pedaço de papel pardo e ali escrevia seu nome, deixando livres colunas para suas “qualidades” e “defeitos” – esta folha era passada de mão em mão e, ao final, todos penduraram nas paredes suas “avaliações”, expondo e discutindo seus “problemas”. Algumas pessoas, como Carolina e Zeca ficaram um tanto incomodados. Todas as reprimendas sugeriam que Carolina era beneficiada por sua relação matrimonial e Zeca era condenado por sua crença religiosa (ele é pentecostal e entre outras fofocas, fiquei sabendo que ele teria “mandado” uma reassentada prender fogo em sua Santa Ceia, afinal tratava-se de um “culto a imagens”). Esta atividade alongou-se por todo o dia. No intervalo dado ao almoço o assunto era o mesmo e na parte da tarde Ludovigo passou a “teorizar” sobre os “resultados”: enaltecendo o papel da COPEL e de seu primo Ingo na “nova fase” que a intervenção ingressara desde sua chegada ao reassentamento. Frente às “fraquezas” demonstradas pela equipe de “jovens técnicos”, Ludovigo tornou os interventores alvo de intervenção, recuperou as rédeas do processo, deixando claro, “quem mandava” no Reassentamento.

A esta segunda parte da reunião compareceram Ângela e Darlene, as secretárias responsáveis pela “parte contábil”. Ambas são contratadas pelas Associações, mas nenhuma tem curso superior, somente Rosângela gradua-se em Ciências Contábeis em Palmeira. Esta “distinção” entre “as meninas” – como

são chamadas – e os técnicos é reforçada a todo instante. Darlene trabalha há pouco tempo no reassentamento, mas conhece os agricultores de longa data. Nascida em Nossa Senhora da Conceição, trabalhava na Agropema, a empresa do prefeito, que vendeu defensivos inócuos aos reassentados. Ângela nasceu em Maximiliano Corrêa (RS) e também seus pais foram atingidos por barragem no Alto Uruguai – mas as razões que a levaram ao sudoeste foram outras, veio estudar e foi contratada porque “estava fichada” num escritório em Pato Branco. Ao longo do dia elas foram interpeladas apenas uma vez, quando o assunto foi “o financeiro”. Ângela domina todas as movimentações da Associação, sabe de absolutamente tudo o que se passa – mas por uma questão de hierarquia e insígnias, todo o seu trabalho é repassado a um escritório de contabilidade da confiança da CoopTec. Como em outras ocasiões, a pele alva de Ângela corou-se de raiva, sempre que a ela eram pedidas “soluções mágicas”, para os problemas que ela considerava “falta de organização” dos técnicos. A “lógica da rubricas” não eram muito respeitada pelos técnicos, que priorizavam a viabilização financeira de “seus projetos”. O choque era inevitável, com toda esta carga de responsabilidade, Ângela recebia menos de trezentos reais por mês, ao passo que os técnicos ganhavam no mínimo dez vezes mais.

Ainda é importante ressaltarmos os termos em que foi acabado o encontro. Ao deliberarem sobre datas, custos e pessoas envolvidas, a equipe técnica jamais deteve-se em refletir sobre o desejo dos reassentados. Para eles a questão era cristalina. Ludovigo encerrou a reunião - desta feita ocupando a cadeira e o *laptop* de Felipe, que já sentava-se nas últimas fileiras, consolando sua esposa - pedindo a todos seu melhor empenho, afinal a presença deles fazia-se necessária, porque sem ela os reassentados não atingiriam os “níveis mínimos para o exercício da cidadania”. Por fim “decidiram” que no dia seguinte apresentariam “às lideranças” o que havia sido organizado, mas sem relatar o conteúdo do “seminário”, pois não havia necessidade de os mesmos envolverem-se com estes assuntos. O “assunto” era o próprio cotidiano e quiçá também o destino da “população alvo”, mas isto não tinha muita importância frente à grandiosidade do “processo civilizador” protagonizado pelos mediadores.

A “aceitação” da interferência direta deste representante da COPEL nos trabalhos de seus técnicos, que significou o comprometimento de suas convicções ideológicas, valeu à CoopTec uma ruptura com a CRABi. Esta “traição” resultou-lhes na perda de sua principal fonte de recursos, pois a CRABi “expulsou” a equipe da CoopTec que atuava a seu lado no Reassentamento da Usina de Salto Caxias, em Cascavel, com mais de 600 famílias. Diante da inexorabilidade do fato, os jovens técnicos deixaram seu hábito de lado e passaram a aderir a um novo estilo de vida – priorizando a compra de automóveis, as reuniões na Usina, o convívio com os “graúdos” da COPEL (com os quais aprenderam inclusive a “gostar de charutos”).

3.5 O declínio de um certo estilo

Esta ascendência de Ludovigo sobre a equipe técnica desenvolveu-se *pari passu* com seu afastamento dos ideais “participativos” de desenvolvimento apregoados por sua matriz institucional que foi a ASSESSOAR. Emblemático nesta transformação ideológica e performática é também o afastamento de Negra dos quadros da CoopTec.

Negra graduou-se há poucos anos em economia doméstica, mas antes disso já havia trilhado muito chão, “atendendo a parte social” em sítios variados, como entre camponeses bolivianos e garimpeiros na região amazônica. Nascida no sudoeste, de pele morena e cabelos já tingidos de negro, Negra diz-se descendente de índios. Bem mais velha que os demais membros da equipe, Negra tem muita história para contar. Sua relação com os assentados é de outra ordem, mas envolvida emocionalmente, recordo-me de ter presenciado, na noite da reunião com a empresa de telefonia, uma cena bem expressiva desta distinção.

Durante nossa conversa, Seu Carlinhos irrompeu pela cozinha, pois tinha que ir à escola, que fica ao lado da sede, avisar a professora que participava de uma reunião importante e somente noutra oportunidade poderia prestar a prova

que estava em andamento⁶. Seu Pedrão ofereceu caipira a Seu Carlinhos que prontamente recusou: *“Há muito tempo, que com esta arma eu não atiro mais”*. Seu Carlinhos havia sido julgado por cinco tentativas de homicídio, sendo condenado à prisão domiciliar⁷. Negra já não cumprimentava mais Seu Carlinhos, porque este a expulsara de Arcano III, dispensando seus préstimos, pois *“tinha planos de empregar uma prima”*.

Como a reunião não tinha fim, acabei indo com Negra até à bodega que fica na estrada asfaltada, logo à entrada do Reassentamento. Negra acordara neste dia dizendo que *“tinha sonhado com uma skol”* e eu precisava telefonar para casa. Enquanto eu telefonava, Negra chegou ao balcão e pediu sua cerveja – algo provavelmente impensável para qualquer “mulher nativa”. Alguns reassentados estavam ali jogando sinuca, Seu Alceu já havia terminado a prova, justificou-se dizendo que não estava gazeando. Quando estávamos de saída, Seu Carlinhos chegou na Toyota, entrou no bar e pediu uma dose de cachaça. Negra foi fulminante, *“Viu como é um rato. Este homem vira um bicho quando bebe e diz que não dá mais os seus tirinhos”*.

Retornamos, sempre a pé, para a sede. A reunião já acabara e junto à porta esperava por Negra um rapaz, cuja esposa estava “com hemorragia”. Negra já havia me contado o caso, uma moça havia feito um aborto, ingerindo xaropada e inspirava muita preocupação. Agora, vieram pedir para Negra achar uma solução.

Negra conhece muito a intimidade dos reassentados, parece ser a interventora que mais “mistura-se” com a população alvo – ela é madrinha de muitas crianças e recentemente “se amigou” com o irmão de Alba, cozinheira da

⁶ Seu Carlinhos realizava provas com as de cursos supletivos. Ele e outros agricultores (em sua maioria homens e mulheres com até quarenta anos, que já haviam cursado o primário) “voltaram a estudar” porque, desde o início do ano letivo de 1998, uma nova organização atuava no reassentamento, na “área da educação”. Esta empresa chamada Amprodec é uma entidade do governo do estado responsável por projetos de intervenção (alfabetização de alunos, reciclagem de professores), onde a política formal não viabiliza-se plenamente, ou seja, em regiões periféricas de grandes cidades e no campo.

⁷ O advogado da Associação de Produtores defendeu Seu Carlinhos. A acusação valeu-se da “condição de reassentado” como um indício da índole de Seu Carlinhos, “sempre pronta para o conflito” – enfim, como seus companheiros de reassentamento, “ameaçador e perigoso à sociedade”.

sede e nora de Seu Hélio, o gaúcho. Morava em Nossa Senhora da Conceição, mas mudou-se para perto de sua mãe que está velhinha em Dois Irmãos, município próximo, transferindo para lá seu armário.

Entretanto, já na época da reunião, Negra vinha ao Reassentamento apenas uma semana por mês, desligara-se da CoopTec, pois a ela *"não compensava ser cooperativada"*, ou seja, ter que contribuir com 30% de seu salário, recebendo apenas R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais. Cada cooperativado recebe por dia técnico R\$ 100,00 e 1 real por quilômetro rodado com seus veículos. Como Negra não é "técnica", mas "social", recebia a metade deste valor. Parece, além do mais, que recebia cada vez menos abertura para ganhar esses cinquenta reais por dia. Podemos supor que, por uma série de motivos, Negra não via mais lugar para ela no projeto do Reassentamento. Chegando a dizer-me que continuava vindo simplesmente pela amizade que tinha com as pessoas⁸.

3.6 Outro elemento estranho ao processo civilizador: o caboclo

A consolidação progressiva de um determinado tipo de política para a qual convergia a Associação de Produtores, a COPEL e a CoopTec era apoiada numa ideologia que descreve nem tanto o que as pessoas deveriam ser mas, sim, o que não deveriam ser. Consideremos então o estereótipo do caboclo, para entendermos a maneira como esta classificação confirma o projeto civilizador, ao mesmo tempo que exclui elementos que lhe sejam estranhos.

Não há nada surpreendente na afinidade que Negra sentia com muitas das famílias consideradas "caboclas". Lembro-me de ter ido com ela à casa de Seu Lourival, apontado por todos como "caboclo", Negra levava consigo um "tônico" preparado nas "tardes de remédio"⁹. Seu Lourival agradecia muitíssimo e sua

⁸ A remuneração de Negra passou a ser saldada pela Associação, mas agora não com a verba destinada pela COPEL ao pagamento da CoopTec. A ótima relação de Negra com Leila, esposa de Seu Romário e presidente da Associação de Mulheres, lhe garantiu este vínculo esporádico.

⁹ A cada semana, uma casa serve de palco para esta reunião-ritual, onde em meio à rezas e cânticos, as mulheres, preparam chás, tônicos, xaropes e pomadas – tudo feito com ingredientes caseiros e com o conhecimento das *experts*.

esposa Dona Isidora, ria, pois seu "Loro" bebia o remédio não por causa do amarelão, mas porque este era preparado com vinho.

Os outros técnicos não demonstravam, no entanto, o mesmo tipo de cumplicidade:

"De manhã, cada um que acorda vai lá, com um copo na mão e ordenha o tanto de leite da vaca que vai beber. Com esta caboclada é isso aí (Adriano, veterinário) .

"Não é que o caboclo me matou a única vaca que tinha pra fazer um churrasco! E como nem sabia salgar a carne pra guardar, distribuiu um pouco com quem confiava de pegar carne dele, né ?! ... e o resto estragou tudo" (Sandro, administrador rural)

Os dois depoimentos acima, feitos pelos técnicos que são filhos de pequenos produtores da região, fazem referência também à família de Seu Lourival, considerado por todos o *caboclo* por excelência, no sentido mais depreciativo do termo.

Eu não conhecia Seu Lourival e então decidi visitá-lo. Quando fui à sua casa, ele já tinha matado a tal vaca. Mesmo assim, durante praticamente toda a nossa conversa ele fez referências ao seu rebanho futuro, apontando para várias direções de seu lote, ele me mostrava onde iria construir um potreiro, onde ficaria a estrebaria e assim por diante, nada muito factível, tendo em vista os recursos financeiros da família, mas completamente coerente com o ideal de quem não se autodenomina *caboclo*, mas "*colonio*" (*sic*):

"Nós vivia na beira do rio que nem os quati ... durante uns tempos vivemos mesmo em baixo de árvore ... nós semo natural da região, diz que minha avó foi pegada a cachorro ... nos nosso tronco tem todo tipo de sangue, até do paraguaio bem puro tem ...e eu sei reconhecer um gado bom só no andar do animal"

Quem considera Seu Lourival um *caboclo* não são seus pares, mas parte dos mediadores que atuam no local (ou seus pares, quando em presença de algum mediador). Penso que, se são apenas os mediadores em questão, que fazem uso deste termo *caboclo*, como conceito classificatório, isto se deva ao fato

desta terminologia ser extremamente legítima no meio acadêmico do qual descendem : uma ala "progressista" das ciências agro-veterinárias, que atenta para a dimensão "cultural" das populações rurais. Neste ponto percebemos o quanto este arsenal conceitual dos mediadores encontra uma de suas possíveis gêneses na produção sociológica dos meios urbanos preocupados em definir a constituição do Brasil enquanto Nação, cotejando para isso as suas especificidades étnicas ou raciais.

3.7 A construção multidisciplinar de um estigma

Esta forma "autorizada" de referência derogatória ao "*caboclo*" levou-me a uma inevitável reflexão acerca desta apropriação do discurso acadêmico de ciências sociais por parte dos mediadores que atuam no Reassentamento. Sem dúvida, contribui para este discurso a inserção da universidade no meio rural através dos programas multidisciplinares de extensão, que congregam profissionais de várias áreas, os quais em nome do "desenvolvimento", contemporizam qualquer ponto que pudesse desarticular seu "dever coletivo", engendrando para tal intento, um idioma pasteurizado, uma língua franca de entendimento mútuo. Desta forma a dicotomia *caboclo-colono* passa a ser um nexos articulador do discurso desenvolvimentista agrônomo-tecnológico com o sociológico-econômico.

O modelo desenvolvimentista dos técnicos em questão, por ser bem-intencionado - dotado de um certo populismo ecológico - "... ideological forms that are themselves supportive of agrarian myth" (Brass s.d.) - necessita de um embasamento de ordem sociocultural que lhes é fornecido pela produção da sociologia espontânea, acerca do oeste-parananese, a qual formulou as bases para a validação política deste modelo de desenvolvimento. Deste modo, a categoria "*caboclo*" é acionada no contexto do Reassentamento, pelos técnicos, através de uma celebração acrítica da "cultura popular", propositadamente omitindo as *diferenças* existentes entre os pequenos proprietários de origem "nativa". Esta oposição entre caboclos nativos e colonos vindos do sul advém de

uma denominação tanto ética, quando êmica e por isso toda cautela torna-se necessária. Afinal, o quê cada um destes termos significa para os sujeitos que os acionam nas mais diversas situações ?

Em geral, a literatura sociológica que trata desta matéria apresenta estes conceitos "êmicos" recheados por um conteúdo ético implícito e discutível. Raramente estas duas categorias (caboclo e colono) são desconstruídas e retiradas de sua torre de marfim "histórica" para serem colocadas sob suspeita. Caboclo e colono, mais do que categorias, são estereótipos¹⁰; o caboclo sendo uma categoria físico-moral, que aponta para a etnia e os costumes (ou a falta deles) dos possuidores desta marca e colono por sua vez, embora também podendo ser associado a um elemento étnico distintivo, encontra um significado ancorado no processo migratório destinado ao trabalho. Ou seja, colono pode ser até mesmo uma profissão, enquanto que caboclo não passa « daquele sujeito », « daquele cidadão » que pela necessária assimetria, não trabalha¹¹.

O *caboclo*, enquanto tipo social formador do caráter nacional, para o qual contribui com sua indolência (Bastide, 1980¹²), inclui-se no que poderia ser sociologicamente apontado como fenômeno da ordem das "ideologias públicas" – aqui, precisamente no sentido atribuído por Silverman ao mito da patronagem - ideologias que *"embora sejam expressas e acreditadas com diferentes graus de convicção segundo as pessoas ... têm existência própria ... e ... são acessíveis sem que para isso haja a necessidade de 'meter-se na cabeça' das pessoas"* (Silverman, 1986:22). Raras são as perspectivas como as de Gehlen (1998) que contemporizam a univocidade destes conceitos, chegando a ressaltar processos

¹⁰ Segundo Herzfeld (1992), a Antropologia não deve privar o outro de criar seus estereótipos, e sim analisar preconceitos (tanto o dos outros, como os seus próprios), visto que as batalhas de discurso são relações políticas, que em última instância, envolvem poder e devem ser apreendidas de maneira crítica.

¹¹ Seyferth elabora estudos exemplares, onde problematiza a costuram social de estigmas étnicos, que autonomizam-se de tal forma, aponto de naturalizarem-se tanto para os "nativos", quanto para os pesquisadores menos atentos. Para uma consulta, entre outros, Seyferth (1985).

¹² *"Durante o Império, efetivamente, o governo brasileiro amedronta-se um pouco com a vastidão dos espaços vazios no Sul, que arriscam despertar a cobiça dos vizinhos; como o clima é semelhante ao da Europa, pensa-se naturalmente em povoá-lo atraindo o europeu. Desse modo 'branquear-se-ia' o sangue brasileiro, seria oposto um contrapeso à massa negra trazida pelo tráfico de escravos, lutar-se-ia contra a indolência do caboclo preso aos processos arcaicos da agricultura"* (Bastide, 1980;186).

em que colônos (por exemplo, os de origem ucraniana) acabam por se “acaboclar” e vice-versa.

Negra devido à sua aproximação menos « intelectualizada » da diversidade local, não considerava as famílias pobres bárbaras, não mudava seu tom de voz, nem seu vocabulário, ao dirigir-se às mesmas. Não fazia nenhum “sermão”, conversava. Negra visitava os “pretos”. Somente na sua companhia cheguei à casa da “única” família negra do Reassentamento: Dona Margarida, uma pequeníssima octogenária fumava seu palheiro, preso à boca no intervalo dos poucos dentes. Dona Margarida é benzedeira, mãe de Seu Secundino Preto, aposentada, usa parte do que recebe para comprar cachaça. De comer ela diz não sentir quase falta, mas do palheiro não pode se livrar: “comecei moça, 12 anos. Numa turma nós íamos lavar roupa na beira do rio e às escondida dos mais velhos, lá peguei gosto pelo pito”. Negra apenas verificava sua pressão arterial.

3.8 A prática da COPEL

A construção da “demanda por técnicos” constitui um fenômeno recorrente em casos como os de reassentamentos de atingidos por barragem. As ações da companhia elétrica, neste caso, inserem-se num quadro mais amplo, o qual denominamos “processo civilizador”. Ao abrir mão da intervenção direta, contratando uma equipe especializada na matéria (que irá ensinar os agricultores a serem agricultores), a companhia elétrica não apenas “transfere suas responsabilidades”, como demonstra o quanto um idioma comum (que atribui ao rural o sinal negativo do atraso e ao saber técnico o papel de exterminador da barbárie) orienta o diálogo entre o Estado, as ONG’s e a Universidade.

O percurso até aqui trilhado, junto aos reassentados, nos leva a afirmar que as ações públicas da COPEL não serviram para amenizar os percalços da experiência de realocação, mas tão somente para reforçar o estigma do “caboclo sem iniciativa, que não soube cultivar a terra recebida de mão beijada”. Entretanto, esta “negligência” não deve ser tomada como peculiar ao caso deste Reassentamento.

Mello apresenta um dos primeiros casos de Reassentamento, ocorrido no início da década de 80 no Paraná, envolvendo 413 famílias desabrigadas pelo reservatório da Itaipu Binacional. Este autor nomeia tal processo como de “seleção social”, em que, devido à inexistência de políticas públicas atentas ao momento de adaptação dos agricultores à nova realidade do reagrupamento, ocorre um *“aprofundamento da diferenciação social de origem entre os lavradores ... e, por fim, a transformação das vítimas nos maiores responsáveis pelo próprio fracasso”* (Mello, 1992: 210 *et passim*).

Deste modo, compreendemos o quão recorrente é a percepção de que em casos de projetos de reagrupamento, faz-se premente a atuação de uma equipe técnica, composta de mediadores responsáveis pela parte “técnica” (agrônomos e veterinários, especialmente) e pela parte “social” (assistentes sociais, em geral), a fim de garantir a reprodução social das famílias “beneficiadas”.

O chamado *efeito de teoria* - mais precisamente ao que Bourdieu (1996) enuncia como sendo o *efeito Montesquieu*, ou seja, a imposição simbólica de uma mitologia racionalizada, *“que se pode produzir ao se aplicar uma fachada científica ... às fantasias sociais ou aos estereótipos do preconceito”* - é bastante esclarecedor neste sentido, pois são conceitos gestados no meio “acadêmico” (*hard/soft*, masculino/feminino, colono/caboclo) que muito rapidamente, através desta *circulação de saberes*, mimetizam-se em plataformas de atuação para os mediadores e, concomitantemente, em esteio de reivindicações para as famílias atingidas.

3.9 O nó flexível entre as políticas da COPEL e o faccionalismo entre reassentados

O reassentamento de Arcano foi o primeiro levado a cabo pela COPEL, acatando a resolução Conama (001/86). A companhia elétrica não tinha portanto qualquer experiência em projetos de realocação e reagrupamento de famílias atingidas por suas obras, anterior ao caso analisado. Como vimos no capítulo

anterior, seus primeiros “ensaios” foram bastante desalentadores e, mesmo assim, somente três anos após o deslocamento das famílias atingidas a companhia elétrica chegou ao “bom termo” de contratar uma equipe “especializada”.

Acreditamos que toda esta delonga não tenha sido fruto de um mero descaso e sim de uma ação bastante conseqüente: caso o processo de reassentamento tivesse sido acompanhado de um planejamento minimizador de impactos (sem dúvida não outorgo-me aqui qualquer atributo de caráter logístico, apenas recuperando as plangentes memórias dos reassentados, acredito que, por exemplo, uma ocupação de terras férteis à beira de um rio lhes teria evitado muito sofrimento), o conceito de “mérito pessoal” (demonstrado pelas “evidências” étnico-raciais contidas na dicotomia caboclo/colono) não poderia ser acionado para identificar os sucessos e os fracassos das famílias reassentadas. Assim, tendo todos sido tratados com a mesma displicência, ficou patente, também entre os agricultores, que a distinção entre eles comprovava tanto a viabilidade, quanto a inviabilidade do reassentamento. Como, diante das mesmas adversidades, alguns conseguiram “progredir”, enquanto outros continuavam a “viver como selvagens”?

Não poderíamos inferir como teria se desenrolado o processo de reassentamento, se a CoopTec não atuasse por lá desde 1996. Tampouco traria qualquer avanço julgar sua intervenção. Acredito que só é possível afirmar o quanto este “pólo de força” desestabiliza a tensão entre a COPEL e os reassentados. Isto por vezes, reverte-se em fortalecimento da dominação estatal. Por outro lado, esta instabilidade também garante margens de manobra aos reassentados, principalmente no que concerne à aceitação do trabalho da equipe da CoopTec (ou seja, da ingerência transmutada do Estado), o que a nosso ver constitui um dos pilares da contenda faccionalista.

4. Capítulo - *Os atropelados pelas águas*

Tentamos demonstrar, nos capítulos anteriores, o processo que levou à convergência dos interesses de Seu Romário e dos objetivos da COPEL. Apesar de sua candidatura ter sido lançada, em 1993, em “oposição” à chapa escolhida pela companhia elétrica, sua permanência no poder e a dupla inscrição de sua gestão o alçou a condição de “situação”. O comprometimento de Seu Romário com o processo civilizador o aproximou, ao longo destes anos, mais do que seus concorrentes, do modo de pensar e intervir da COPEL.

Mas, paradoxalmente, para além da afinidade crescente com a política estatal, Seu Romário reforçou, ao longo destes anos, as malhas das redes que o sustentam. Devemos atentar para a conflitualidade como a base de significado e possibilidade para esta hegemonia. Talvez, sem a oposição e o constante jogo de forças que tem lugar cotidianamente no reassentamento, esta trajetória ambivalente de Seu Romário e seu grupo já teria sido desvelada, tanto a seus olhos, quanto aos dos seus inimigos.

O faccionalismo parece garantir pois a própria soberania do grupo frente a companhia elétrica, que diante da diversidade imperante, tende a ser mais cautelosa do que o seria, caso o espírito contestatório deste grupo tivesse, deveras, submergido nas águas da barragem.

A fim de dar conta desta teia de significados, nos apoiaremos, neste capítulo final, sobre alguns nós de sustentação desta rede social. Nosso objetivo principal é avaliar os impactos do processo de reassentamento na vida deste grupo. Situações exemplares serão aqui resgatadas para dar conta do amplo espectro de experiências etnografadas. Nesta travessia, alguns conseguiram deitar sua raízes, que já encontram-se profundamente fixas no chão do Reassentamento, enquanto outros sequer deixaram pegadas no pouco tempo que por lá viveram.

Esta imersão final em episódios encenados pelos reassentados visa conhecer algumas forças e relações sociais fundamentais que sustentam e

subjazem às grandes negociações políticas observadas principalmente durante o último pleito (1998) que elegeu Seu Romário pela terceira vez.

4.1 Barragens e seus Infortúnios

Quando uma questão social é problematizada sociologicamente (Lenoir, 1998), o limite entre sua relevância “social” e “sociológica” apresenta-se tênue e de difícil precisão. Este é exatamente o “caso das barragens” e, como antídoto a este *topos* ético-teórico, valemo-nos da linha de pesquisa que afortunadamente firmou-se a partir dos anos 80, sob a égide de Sigaud (1978, 1988, 1992a, 1992b), com estudos que investigavam os impactos sociais de projetos de grande escala, notadamente barragens e hidrelétricas. Abordando tais fenômenos a partir de uma perspectiva processualista, tais análises empenharam-se no esclarecimento das lógicas e poderes em confronto quando da transferência e realocação das populações ribeirinhas atingidas pelo represamento de lagos. Na contracorrente do que vinha sendo o senso comum propalado por intervencionistas interessados na justificação e legitimação de tais empreendimentos (Cernea, 1995), estes estudos deixaram de abordar a ação dos *atingidos* como mera “reação” a um programa arbitrário ou necessário do Estado. Quiçá, dando algum prosseguimento a estes estudos, procuramos nesta oportunidade dissertar sobre as representações e práticas políticas correntes neste Reassentamento, já há 6 anos afastado do rio Iguaçu.

As famílias enfocadas neste capítulo são *construídas* enquanto exemplares ou “típicas”, na medida em que suas peculiaridades oferecem os traços diacríticos necessários à composição de nossa interpretação do espaço social¹ do reassentamento e conseqüentemente à problematização teórica de nosso tema principal de investigação, que é a dinâmica faccionalista da política local.

¹ “... les positions sociales qui se présentent à l'observateur comme des places juxtaposées, parties extra partes, dans un ordre statique, posant la question toute théorique des limites entre les groupes qui les occupent, sont inséparablement des emplacements stratégiques, des places à défendre et à conquérir dans un champ de luttes” ((Bourdieu, 1979; 272).

Apresentar estas distintas trajetórias torna-se imperativo sob dois pontos principais da argumentação.

Primeiramente, pretendemos matizar a própria denominação ou alcunha “reassentado”, ao nosso ver, suficientemente ampla e impessoal, a ponto de ofuscar a ebulição que nos inspirou a alçar como tema principal desta dissertação a *disputa política* manifesta na diversidade de interesses dos agentes envolvidos. A primeira hipótese que formulamos para dar conta desta questão sugeria que a estrutura de capital de cada uma destas famílias, quando ribeirinhas, teria definido sua posterior experiência de reassentamento.

Isto por si só não lançou luz alguma ao debate², a não ser como uma espécie de “gancho narrativo” para levarmos adiante nossa argumentação. Este processo de desconstrução de pré-noções nos levou a uma nova interpretação teórica dos dados etnográficos. A “perspectiva do gradiente”, aqui adotada (Elias, 1997), procura banir de antemão qualquer dicotomia que torne estática a dinâmica cultural em análise, sem no entanto demunciar-nos de uma certa estrutura – ou seja, de um peso e medida equânimes - necessária à inteligibilidade do argumento proposto. A disputa faccionalista em torno dos cargos dirigentes da Associação de Produtores local atualiza este espectro de trajetórias. A relação com a Estado no período anterior ao evento da barragem, revela estilos de vida e de fazer política distintos que traduzem na dinâmica faccional atual.

O processo de reassentamento não pode portanto ser considerado genericamente como de “mudança de posição social”, pois assim corre-se o risco de homogeneizar a realidade empírica que em suas variações oferece-nos melhores possibilidades de problematização teórica. Em casos de assentamentos de reforma agrária, por exemplo, esta questão parece ponto pacífico para a maioria dos pesquisadores: em geral, os “sem terra” tornam-se pequenos proprietários, mudando de posição social (Neves, 1997).

² Fleming-Morán & Morán (1978) ao analisar um projeto de colonização na Amazônia, constituído durante os anos 70, observam o quanto a familiaridade dos grupos de agricultores com o tipo de negociação à qual o Estado os impelia, determinava o “sucesso” dos mesmos, seccionados gradualmente entre “patrões” e “clientes”, num processo que os autores denominam como de “emergência de classes sociais”.

No caso de reassentamentos de atingidos por barragem é visivelmente mais heterogênea a composição dos que “lutam pela terra”. Não pretendemos pregar a “coerência” para os outros casos³. Estamos apenas enfatizando que, enquanto no MST por exemplo, a luta pela terra organiza-se, mesmo que “teoricamente” em torno da figura identitária, idealmente “comum a todos”, de “sem terra”, no caso aqui investigado esta “indistinção” não tem lugar.

A zona atingida pela formação do lago abrigava médios e pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e empregados, cuja integridade (também num sentido “sistêmico” de integração social) foi sendo gradualmente destrinchada pela investigação burocrática da companhia elétrica. O esquadrinhamento a que foi submetida a população ribeirinha não privilegiou qualquer noção nativa de pertencimento e ancestralidade. Somente as relações sociais erigidas a partir do vínculo com a terra serviram de “provas” (contratos oficiais) – sem estas, como poderia saber a companhia elétrica que o reclamante não tratava-se de um impostor? A partir das capacidades diferenciadas de negociação e argumentação alguns receberam indenização, outros foram reassentados e outros meramente despejados, ou nas suas palavras, *atropelados pelas águas*.

Ao longo da pesquisa, das observações etnográficas e de seu confronto contínuo com a produção teórica sobre clientelismo e faccionalismo emergiu uma nova faceta que, se não invalida completamente a primeira hipótese, ao menos a nuanceia e minimiza sobremaneira. Procuramos neste último capítulo esclarecer este percurso e a mudança em nossa perspectiva teórica, que nos levou a acreditar que a base do faccionalismo não se remete, como querem alguns dos técnicos e pesquisadores, a dois blocos conforme a relação original à terra, nem a alguma classificação étnica opondo colono a caboclo. Nos parágrafos a seguir, traremos dados da realidade etnográfica do Reassentamento - começando com o líder da atual “situação”, Seu Romário, passando para a casa de um de seus oponentes. Veremos ao fim o quão impossível seria organizar as famílias

³ Para um apanhado significativo tanto da variação temática e empírica em torno dos assentamentos rurais ver especialmente a coletânea de artigos organizada por Medeiros *et al* (1994).

conforme dois grande blocos - fosse em termos de capitalização original, ou em termos étnicos.

Nossa hipótese principal sugere que a formação bipartida destes grupos refere-se à aceitação ou não da proposta intervencionista e o modo de negociação com o Estado – localizados num amplo espectro que expande-se do menor ao maior domínio e adesão à linguagem da negociação burocrática, dicotomizados nas práticas ditas “bárbaras” ou “civilizadas” das famílias reassentadas. Esta adesão extrapola os determinismos reducionistas pois inclui a trama de relações sociais inscritas nas estruturas duradouras de parentesco assim como nos acasos da interação cotidiana - em particular das disputas por lotes específicos de terra.

4.2 A casa do grande homem

Talvez não seja mera impressão de alguém vindo da cidade grande, mas durante a semana, independentemente do horário em que chegamos à casa de alguém, temos mesmo a impressão de estar atrapalhando, interferindo no ritmo da vida cotidiana, sobremaneira nas tarefas que denominaríamos “trabalho”- como ordenhar, carpir, tratar o gado e cozinhar. Domingo no Reassentamento é sem dúvida o melhor dia para uma boa conversa fiada: homens e mulheres encontram-se em casa, que em geral está cheia, pois os amigos costumam visitar-se.

Foi num destes domingos que uma fatalidade me levou à casa de Seu Romário e Dona Leda. Ambos são extremamente ocupados, se não estão na Associação já cedo pela manhã, é porque foram à Nossa Senhora da Conceição, ou à outra cidade mais distante, “resolver negócios”. Os “negócios” variam muito, às vezes Seu Romário desloca-se na Toyota (carro cedido pela COPEL à Associação) para levar alguns de seus compadres ao hospital em Pato Branco, noutras ocasiões participa de reuniões em torno de um novo projeto ou linha de crédito - em suma, é muito difícil encontrá-lo em casa, com disponibilidade para uma longa conversa.

Depois de um dia de passeio, cheguei ao entardecer na sede do Reassentamento, onde fica a casa-escritório da equipe técnica, local em que

costumava pernoitar. Felizmente, todos haviam ido embora e, sem chaves para entrar, caminhei até a casa de Seu Romário, pois com certeza ele teria uma cópia reserva. Seu Romário jogava futebol com seus três moços num campinho atrás da casa - creio que ali era o potreiro antigo, mas seu Romário passou a usar o capão de mato para abrigar seu pequeno rebanho⁴. Ao entardecer a temperatura abrandara e Leda, então grávida de 7 meses, convidou-me para sentar e tomar um chimarrão. Um tanto constrangida, perguntei-lhe se poderíamos entrar, pois já não havia um dedo meu que não estivesse inchado com as picadas de borrachudo. Ela riu muito, entramos e mais do que depressa Leda me ofereceu vinagre para passar pelos braços a fim de afugentar os mosquitos. Seu Romário parou de jogar, dizendo não conseguir mais acompanhar seus filhos e veio ter conosco. Dona Leda passou café, pó e açúcar misturados no coador de pano, sentamos na sala e começamos a conversar. Seu Romário e Dona Leda já sabiam o que eu andava a fazer pelo Reassentamento, de onde eu vinha e como tinha chegado até ali, creio que isto tenha lhes deixado compelidos a falar um pouco de si, principalmente diante da curiosidade estampada em meus olhos.

Como eu havia visto em outras casas, Romário e Leda também tinham um quadro em formato oval com o retrato dos dois. Leda explicou-me que o haviam pintado em Curitiba. Um moço passava e levava duas fotos 3 por 4 e, dias depois, aparecia com o quadro pintado: *“e o melhor é que fazia muitos retoques, para deixar o sujeito mais apresentável”*. A partir do retrato lembraram-se dos tempos em Curitiba e, mais adiante, voltaram à infância em Palmeira. O pai de Leda “era vadio”, “quem levava o mundo nas costas” era a mãe, que criava ovelhas e tecia lã, e os filhos que trabalhavam na roça. Romário perdeu seu pai ainda criança, “o velho vinha bêbado no cavalo e foi morto numa emboscada”, sua mãe casou-se novamente e o padrasto não soube preservar as terras.

Mal havíamos “voltado à Palmeira” nesta rememoração do passado, quando buzinou em frente à casa o fusca de Seu Capivara e Dona Bernardete .O

⁴ Apesar de ser sem dúvida alguma o exemplo de “civildade”, nem mesmo Seu Romário escapa às críticas da equipe técnica. Lucas, engenheiro florestal criticou esta prática de Seu Romário, considerando-a predatória, justificável apenas entre “caboclos com a memória do faxinal”, mas

objetivo explícito da visita dele também era focar, pois afinal estávamos num domingo. Ávidos por interlocutores, Dona Bernardete e Seu Capivara acabaram por monopolizar a conversa. Dona Bernardete quis saber do estado de saúde de Leda, que no final da gravidez enfrentaria uma nova disputa eleitoral pela frente - estávamos em fevereiro e a próxima eleição para a Associação ocorreria no final de março.

Entre outras coisas Dona Bernardete especulou sobre a vinda do conselho tutelar na carvoaria, onde havia ocorrido a morte de um bebê. Para ela, Dona Carmem, mulher de Seu Nereu (inimigo tradicional de Seu Romário), teria feito a denúncia. Mesmo sabendo da grande divergência que existe entre eles, neste instante não pude me furtar de interferir.

Disse-lhes que provavelmente a denúncia havia sido feita pelo casal de agrônomos da equipe técnica, pois Carolina ficara chocada com a morte, já que vinha amamentando a criança há alguns meses, desde que dera luz à sua própria filha. Dona Bernardete disse que esta atitude não era certa, posicionando-se a favor dos pais da criança: *“eu fui criada trabalhando desde pequenininha, para quê estas crianças vão sair dali, se elas têm tudo? O Seu Fausto (proprietário da venda e administrador dos fornos) não enjeita comida para eles. A senhora já foi na casa desta “agente de saúde”? Pois vá, não sei quem vive mais porcamente, se os carvoeiros ou eles”*.

Ambas católicas, Dona Carmem ministra e Dona Bernardete trazendo ao peito um crucifixo de madeira, entre elas uma barreira se erguia. As visões de mundo destes dois grupos com tantas afinidades em certos pontos, atingem total ruptura quanto ao tema da “civilização”. À exceção de Seu Agnaldo (cuja esposa é prima de Seu Bianco), de Seu Hartmut e Seu Eric (antigos partidários de Seu Romário), todos os demais líderes da facção que faz oposição a Seu Romário (Seu Kolling, Seu Nereu, Seu Gabriel) são considerados, por Dona Bernardete, seus pares e, principalmente pelos técnicos, *agentes de desenvolvimento*, “sujeitos relaxados”. Apesar de serem proprietários de máquinas e muitas vezes

jamais entre um agricultor “de origem, que inclusive já viveu na cidade”. Uma análise que trabalha o “faxinal” como emblema da “cabocidade” encontra-se em Man Yu (1988).

de terras fora do Reassentamento, o *habitus* destas famílias fica muito aquém da abstrata *qualidade de vida*, planejada pelo projeto civilizacional da COPEL e da CoopTec.

Vamos entrar agora no mundo deste outro lado da briga faccionalista, considerando algumas destas famílias para compreendermos um pouco um outro ponto de vista dos nativos.

4.3 Dona Carmem e Seu Nereu ou, de como uma família porto-alegrense transforma-se numa família de “colonos” quando no Paraná

De sua terra natal, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Dona Carmem percorreu a distância biográfica de quase 800 Km em 45 anos de existência. Como outros reassentados, Carmem veio ainda criança para o sudoeste do Paraná – Chopinzinho, distrito de Sulina. Seu pai “comprou” um lote na beira do rio Iguaçu, lugar ermo, onde veio mesmo a calhar os préstimos de sua mãe, enfermeira por profissão. Na única oportunidade que tive de conversar com eles longamente, fui a sua casa, sentamos no alpendre e pude dizer onde eu mesma morava “perto da Faculdade de Direito, ao lado da Redenção”. Compartilhávamos espaços, eu bisbilhotava e eles me bisbilhotavam. A mãe de Dona Carmem estava ali, de passeio – segundo sua filha, procurando habituar-se à falta do marido, há pouco falecido: “*Na hora em que ele costumava chegar, tomo banho e fico esperando pra abrir a porta ...*”.

Dona Nora, enfermeira e parteira, nascida e casada em Porto Alegre, recorda conosco como ela e seu falecido marido “desbravaram” esta terra – a lembrança assemelhava-se em muito com outras histórias que eu ouviria mais tarde: certa feita, “deu a louca” no marido, que foi convidado por um parente migrado anteriormente a comprar terras à margem do rio Iguaçu.

Esta “loucura generalizada” deve ser contextualizada junto ao *boom* das companhias de colonização fomentadas a partir da era Vargas. Estes projetos ofereciam terras, às vezes gratuitamente, às vezes com financiamentos módicos, num momento incipiente e datado da política das frentes de expansão (Martins,

1975). Logo, para Dona Nora e seu marido, não havia como desistir de tal empresa. Vieram, perdendo e ganhando na travessia. As terras já pertenciam a outrem, como sempre, um grande fazendeiro local e, como se não o bastasse, havia agregados na terra, gente nascida e criada ali, “caboclos quase bugres”. A luta era inevitável: abria-se uma picada aqui, roçava-se, ampliava-se o lote no uso, mas não necessariamente na posse, logo adiante o grileiro surgia e começava tudo outra vez. A imagem cândida de Dona Nora não condiz com sua saga. Exemplo de muitas outras senhoras com as quais encontraria ela cultivava alvos e longos cabelos, num corpo rijo para seus quase setenta anos, no entanto, não vestia saia, usava jeans novos e tênis, num retrato vivo do quão miscíveis campo e cidade apresentam-se na história destas pessoas.

Inserida no processo de colonização do sudoeste do Paraná, empreendido pelo governo Vargas, nos anos 40 (Colnaghi, 1984), a trajetória desta família vinda de Porto Alegre consubstancia a experiência dos chamados “colonos do sul”, protagonistas de conflitos fundantes da associação corriqueira desta região à violência agrária. O sudoeste paranaense tem sido um *locus* privilegiado por pesquisas “agro-sociológicas”, que parecem encontrar nas *figurações sociais*⁵ ali presentes (ou seja, ali construídas), o tipo ideal para a confirmação de suas teses acerca das mudanças no sistema camponês⁶.

Os estudos das duas últimas décadas têm enfatizado a mudança social na região, sob uma perspectiva evolucionista⁷. Percebida como zona de fricção interétnica (conforme a denominação clássica de Oliveira, 1976) e zona de fronteira (Martins, 1997) - o sudoeste passa a ser visto como um eterno ponto de

⁵ Conforme Norbert Elias (1989), a figuração social seria uma imagem espacial da representação que a sociedade faz de si mesma, onde os indivíduos interagem, concorrem ou competem entre si, independentemente de suas vontades, posto que suas ações obedecem às forças de movimento próprias da rede em que se inserem – onde o motor da luta é o desejo irrefreável pelo equilíbrio de poder. Este conceito insere-se no que poder-se-ia nomear como “sociologia figuracional”, que de modo algum constitui uma doutrina, mas apenas o desenrolar de um investimento que procura enfatizar sociologicamente a dinâmica processual sobre os moldes weberianos da ação social.

⁶ Um exemplar típico desta construção são os estudos levados a cabo por Abramovay, cujo modelo acionado em sua dissertação (1981) estende-se, hoje através de seus discípulos, até o oeste catarinense.

⁷ Foweraker (1982) contempla estes processos preponderantemente sob uma perspectiva onde uma “ordem econômica” englobaria e determinaria “outras esferas”, invariavelmente a reboque do avanço capitalista.

encontro: desde os evidenciados na colonização, até os recentemente discutidos sob o prisma dos “câmbios tecnológicos” – necessário à decupagem dos processos históricos em “etapas”.

O marido de Dona Carmem, Seu Nereu, ao contrário dela é “natural da região” (caindo portanto naquela categoria, tão cara aos observadores de fora, de “caboclo”). Nas terras do pai de Seu Nereu eles viveram durante seus primeiros anos juntos. Foi para lá que eles “fugiram”, pois os pais de Dona Carmem “não faziam muito gosto” do casamento. Esta prática do “rapto da noiva”⁸ surge com certa recorrência nas narrativas de muitos reassentados – inclusive atualmente, há casos em que os moços “roubam” suas namoradas e as levam para suas casas, por vezes no lote vizinho, a fim de consumir uma união.

No caso de Nereu e Carmem é importante perceber o quanto este costume, que de fato significa a “transgressão” de um sacramento, não invalida sua prática religiosa, extremamente católica. No reassentamento, o espaço da igreja católica é ocupado pela oposição à Associação de Produtores e todos os movimentos ali gestados configuram o esteio fundamental da oposição política contra Seu Romário, o qual é repetidamente acusado pelos “líderes da igreja” (como Seu Nereu), de ateu, herege ou “sem religião”.

“A uma certa altura”, Seu Nereu e Dona Carmem passaram a “cuidar” das terras de uma prima (creio que prima do pai de Carmem), na chamada Prainha, em Bela Vista do Iguazu – até antes de virem para o Reassentamento viveram nesta comunidade. Estas terras abrigavam quatro famílias que lá plantavam (ou seja, que não eram proprietárias de fato, mas de direito) e todas foram indenizadas pela COPEL quando da “enchente”. Além de cultivarem nas cercanias de sua casa, Seu Nereu também era parceiro dos Bonatto, donos de uma grande propriedade na região. Este regime de trabalho também é recorrente na história de outros reassentados: além da pequena propriedade (própria ou arrendada), os

⁸ Franco (1983), ao investigar o “código do sertão”, aponta o rapto de noiva como uma constante na “troca de mulheres” em comunidades “caipiras”. Pela falta que fazem à família consanguínea, as moças casadoiras devem ser roubadas, o quê significará uma injúria a ser saldada para que o bom termo entre as famílias restabeleça-se.

reassentados costumavam, nas “terras dobradas” da beira do rio, prestar serviços e, vez que outra até mesmo cultivar, em parceria, terras de “grandes”.

As indenizações, no caso dos não-proprietários, ressarciram apenas as chamadas “benfeitorias”, ou seja, instalações construídas quase sempre no local de moradia. No caso de Seu Nereu, a COPEL não lhe indenizou a lavoura feita em parceria, pois apenas sua relação de trabalho, mediada por um contrato verbal (como diz Seu Nereu, *bocalmente*) não servia como “evidência” no processo de desapropriação.

“Era uma zona de jagunço”, Seu Nereu sabia bem, nativo, nada lhe parecia desbravamento. Com a “chegada da COPEL”, Seu Nereu foi escolhido por alguns vizinhos como intermediário na negociação: “*foi eles (os técnicos da COPEL) que me ensinaram a ir pro Fórum ... a COPEL ponhou o caroço e todo mundo tinha que engolir*”. O caroço era a “enchente”, a subida das águas, a formação do alagado.

Assim como outros atingidos, Seu Nereu foi indenizado pelas benfeitorias que possuía, o que o deixou “capitalizado” para a *nova fase da luta*⁹. A grande maioria no entanto, além de não ter sido ressarcida, foi pega de surpresa por uma “enchente”, não podendo sequer levar consigo seus parques pertences, fosse para o reassentamento, fosse para outro sítio que o destino lhes aprovesse.

4.4 Amigos do Rei

Dona Carmem disse que “tiveram sorte”, pois souberam *responder direitinho* às perguntas do “cadastramento” feito pela COPEL. “Responder direitinho”, no entanto, não creio que bastasse, era indispensável não se aquietar diante do imponente caroço.

A mobilização na Bela Vista foi grande, a região toda, Baixada Schneider, Morro Verde e Santo Antonio, toda a encosta do rio, onde vivia a maioria dos reassentados, seria alagada. Somente os proprietários seriam ressarcidos e o

⁹ Além de recordar Euclides da Cunha - na passagem de seu clássico onde a investida militar e a resistência dos canudenses tomam-se mais recrudescidas - sugiro adiante, que a grande resistência dos reassentados, nos primeiros anos, foi a etapa mais árdua de todo este processo.

“cadastramento” especificava as “benfeitorias” a serem indenizadas para a ampla maioria de arrendatários locais.

As distintas reminiscências do período que antecedeu a construção da UHE de Arcano I indicam o quão diversas foram as negociações em torno da indenização a ser recebida. Um amplo espectro de casos empíricos afasta as experiências dos grandes patrões daquelas dos reles peões.

Houve ao menos um caso, de um político e grande proprietário local, Seu Toni Schneider que recebeu uma vultuosa indenização, com a qual construiu um “castelo” no alto de suas terras inundadas. Este senhor também conseguiu “dar provas” (até mesmo certidões de batismo dos filhos de seus peões foram apresentadas para provar o vínculo empregatício) das raízes que alguns de seus empregados e parceiros deitavam em suas terras, colocando o nome dos mesmos na lista dos contemplados com o reassentamento.

Seu Toni Schneider era vereador em Nossa Senhora da Conceição, reeleito durante vários mandatos consecutivos. Grande proprietário, era considerado por todos “homem de conhecimento”. Muitos dos reassentados arrendavam terras suas e o tinham como um “padrinho”, o quê efetivamente acontecia em certos casos de compadrio: Seu Toni padrinho das crianças, às vezes de um ou mais filhos, ou ainda de casamento. Nas imediações da Usina, Seu Toni construiu uma “casa observatório”. Do alto desta sua fortaleza contempla-se todo o espaço circundante – seus domínios agora submersos. Alguns reassentados, como Seu Ventura, acreditam que foi graças a este senhor que conseguiram o lote no Reassentamento, pois afinal, de todos os atingidos de “poucas posses”, somente 95 famílias acabaram reassentadas.

Seu Guto Schneider, antigo balseiro na beira do Iguaçu diz-se “meio-irmão” de “Seu Toni”, o pai deles já era dono de hotel em Pato Branco. Entretanto não atribui seu reassentamento e de seu filho Lino aos préstimos de seu irmão (corre o boato de que Seu Guto seria filho ilegítimo, bastardo). O “contemplado” diz que foi graças ao “conhecimento” adquirido ao longo da vida, conseguiu prestar seus serviços à COPEL (à construtora), empregar seus filhos nos canteiros de obra e ainda ser reassentado. A COPEL empregou em suas obras muitos dos futuros

atingidos, estabelecendo uma relação de “dívida”, em que fica evidente a assimetria comprometedora das reivindicações vindouras.

Como vemos, “*responder direitinho*” não advinha de uma habilidade pessoal do inquirido, mas de um conjunto de relações por este travada, as quais garantiam chances objetivas de ser “contemplado” com o lote. “*Responder direitinho*” significava convencer o recenseador que a família vivia há alguns anos nas mesmas terras e, além disso, declarar seus pertences como “bens”, algo pouco evidente para quem não era “proprietário”. Os ribeirinhos aprendiam concomitantemente ao processo de desapropriação a identificar sua “propriedade” e a negociar politicamente o “valor” da mesma.

Aqueles que “*responderam direitinho*” também foram chamados a “inscreverem-se” no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - deste modo, algumas reivindicações “coletivas” começaram a ser traçadas. Um episódio constantemente relatado por todos foi a “escolha” da fazenda. Antes de serem removidas, alguns dos “representantes” das famílias “escolhidas” - como Seu Nereu - foram levados em ônibus para visitar quatro fazendas. Os demais viram apenas *slides* projetados nas reuniões que ocorriam na Usina¹⁰. Este passeio pelas terras “pretendidas” constitui-se num dos eventos constantemente acionados também pelos técnicos da COPEL para demonstrar o quão “democrática” teria sido a “escolha”.

Os relatos são unânimes: as terras de uma fazenda em Palmital eram de melhor qualidade, mas era ainda mais longe do “alagado” que a atual Gleba Xanxerê em Nossa Senhora da Conceição, que fica 120 Km distante da UHE. Além disso, o *lobby* das prefeituras era muito grande e o prefeito de Nossa Senhora da Conceição conseguiu “sair-se melhor”, “acolhendo” além dos *royalties* da Usina, o próprio reassentamento.

¹⁰ A usina refere-se à “vila de Arcano” foi construída com o fim de alojar os trabalhadores envolvidos com a construção da barragem. Conforme a hierarquia (de peões a engenheiros) varia a “qualidade” das habitações. Neste lugar, que fica no “parque” da UHE de Arcano, há ainda um grande hotel (para hóspedes eventuais e de luxo), escola, um “horto” florestal e um “museu arqueológico” (para a chamada “preservação natural”), além de um heliporto, onde “baixam” as autoridades.

4.5 A enchente

Numa reunião dos futuros reassentados, não mais no auditório da Usina, mas na sede da antiga fazenda (atual reassentamento) os representantes da COPEL realizaram as divisões da terra e o sorteio dos lotes¹¹: cada família deveria escolher outras quatro, com as quais formaria um grupo, baseado em algum tipo de afinidade (como parentesco ou vizinhança), o chamado “grupo dos cinco”. Os lotes foram sorteados e ninguém jamais aventou a hipótese de ter havido qualquer tipo de trapaça, mas a numeração não obedeceu necessariamente uma proximidade espacial entre os lotes - agrupados em ordem numérica, os reassentados contavam mesmo com a sorte para ficarem próximos de seus antigos vizinhos.

O lote de seu Nereu e Dona Carmem fica na mesma linha que o de seu grupo, mas faz divisa com apenas duas destas famílias. Afortunadamente os outros vizinhos já eram antigos compadres da beira do rio, como Dona Ruth, Seu Antônio que é primo de Seu Joaquim, estes dois, sobrinhos de Seu Quincas, um senhor já bastante idoso respeitado por todos.

Com o dinheiro recebido pelas benfeitorias e safra perdida (indenização), Seu Nereu e Dona Carmem compraram uma chácara na linha Euzébio, “mais pra cima, perto da estrada”, a qual possuem ainda hoje. Conseguiram trazer para o Reassentamento 30 cabeças de gado, mas acabaram “comendo tudo”. Durante os primeiros tempos, de “quase-acampamento”, as venderam para Seu Fausto, dono da bodega na entrada do Reassentamento. Este é o único comércio local, onde muitos dos reassentados fazem compras “no caderno”, para pagarem no fim da safra ou irem saldando em espécie, com um porco, ovos, leite ou queijo. As formas de negociação são extremamente complexas, pois Seu Fausto ainda

¹¹ Nesta noite ocorreu a tal “enchente”, relatada na página 35. Enquanto os chefes das famílias eram “agraciados” com o lote, suas famílias viviam o terror. Segundo relato de um dos técnicos, recentemente um engenheiro responsável pela construção da UHE teria admitido que a “enchente” não tratava-se de um fenômeno da natureza, mas de uma ação deliberada da COPEL, para evacuar a área. Em todos os depoimentos os agricultores deixam transparecer o quanto isto é sabido de forma “intuitiva”.

arrenda lotes de alguns fregueses/reassentados e para outros presta “serviço de máquina” com seu trator.

As despesas foram altas porque a família de Dona Carmem “veio completa” pro Reassentamento: o casal e seus cinco filhos mudaram-se nos dias subsequentes à “enchente”, quando os lotes ainda não haviam sido medidos e cercados, as estradas não passavam de caminhos abertos por tratores e as prometidas casas não haviam sido construídas. No caso dos agricultores mais prósperos, que possuíam outra propriedade apenas o homem, ou o casal, vieram “garantir a posse” até que houvesse “estrutura mínima” para que o restante da família deslocasse-se ao Reassentamento.

A família de Dona Carmem foi uma daquelas que chegou ao reassentamento minimamente capitalizadas, mas com a peculiaridade de ser “meio de origem, meio nativa” (a “cor” do casal parece ser dada pelo marido), o quê lhes aproximou de um ramo bastante pobre da família Cabral – sem dúvida, o grande “clã” do Reassentamento. O que define tal “clã” talvez seja a presença de um recorte geracional, hierárquico, em que anciãos respondem pela autoridade e, também, pelo fato de a identidade dos membros não ser dada num primeiro momento pela família nuclear: *“eu sou dos Cabral, sou sobrinho de Seu Francisco, prima de Sinhá Aparecida. Ah! tem também meu irmão Edgar, que mora aqui ao lado”*.

4.6 A rede de “caboclos pobres”: o esteio do faccionalismo

Dona Ruth, membro da família Cabral, nasceu, como Seu Nereu e muitos dos outros assentados, na Prainha. Não foi por acaso que surgiu em nossa conversa com Dona Carmem e Seu Nereu o tema do *jaguncismo*, muito pontualmente, falávamos da história da família de Dona Ruth, “muito perseguida na beira do rio”. Certa feita, após vaticínios e ameaças de morte, a mãe de Dona Ruth (o pai já havia sido assassinado) escondeu-se no mato com os filhos. Sobre os catres deitou xaxins e, ao amanhecer, quando retornaram à casa, os xaxins

havia sido baleados. Dona Carmem me advertira, Dona Ruth não tocava neste assunto e na conversa que tivemos, quase não falou no passado, na beira do rio.

Dona Ruth é viúva, seu marido faleceu no Reassentamento, “de morte morrida”. Mãe de três rapazes e uma menina, Dona Ruth diz-se “o homem e a mulher da casa”. Dos seus meninos, dois ainda estudam, cuidam da lavoura, da criação e trabalham na pedreira¹² de Seu Periquito – vizinho que formou o “grupo dos 5” de Dona Ruth. No dia em que conversamos, Dona Ruth vinha da casa de Seu Secundino Preto – comprara uma vaca, com o *dinheiro do projeto* e combinava com seu vizinho a possibilidade de “aproveitarem o mesmo frete, que saia mais em conta”. Com longos cabelos negros, abrihantados por alguns fios brancos, Dona Ruth afugenta, com sua figura esguia, seu jeito elegante de caminhar e fumar, qualquer sentimento de piedade para consigo.

Os irmãos de Dona Ruth, Juca e Cabeça – conhecidos como “os Cabeça” – também foram reassentados, mas “venderam” seu lote e retornaram à beira do rio. “*Era só dar um gole de cachaça, que eles vendiam a terra por qualquer quantia*”, assim pronunciou-se Seu Nereu, que havia arrendado o lote dos irmãos de Dona Ruth em 1994. A família “extensa” de Dona Ruth seus irmãos, seus primos e vizinhos, Antônio e Joaquim, são apontados pelos reassentados mais prósperos, bem como pelos mediadores, como “casos problema”: homens bêbados, doentes e maltrapilhos, que estão endividados no banco, na venda, arrendam para fora suas terras, batem em suas esposas e oferecem suas filhas à prostituição. Como soe ser, jamais deparei-me com este quadro ao entrar em contato com estas famílias.

As casas no Reassentamento são, em geral, as mesmas: a casa trazida da beira do rio ou a primeira casa de “pinos” construída pela COPEL (18 m²), acrescida de um aumento (laterais e varanda), o galpão de alvenaria (que em alguns casos, faz as vezes de moradia) e a casa nova de alvenaria (80 m²), que alguns reassentados não estão ocupando, por “não ter o quê colocar dentro”. As

¹² Em alguns lotes do reassentamento “pedras afloram”, sendo completamente impróprias para o cultivo e por este motivo foi “permitido” aos reassentados que explorassem estas áreas como pedreiras. É importante salientar que as pedras são vendidas em geral para a própria empreiteira que realiza obras dentro do reassentamento,

mudanças no espaço exigem dos reassentados profundos investimentos, de várias ordens, dos quais o econômico é o que salta aos olhos à primeira vista. Neste grupo, somente na casa de Dona Ruth encontram-se disponíveis certos utensílios eletrodomésticos, como *freezer* e televisão com antena parabólica. À noite, as vizinhas e a criançada aparecem para olhar televisão. Ela sente muito prazer nisto, pois nunca fica sozinha: *“se não fosse a pensão do meu falecido marido, não tinha jeito de comprar estas coisas pra casa”*.

A casa de Seu Antônio fica à beira da estrada principal, no alto de um barranco, do alpendre avista-se todo Reassentamento. Cheguei à sua casa ao entardecer, estava por lá de visita, Seu João (um outro reassentado, estigmatizado da mesma forma, cuja família, em outra oportunidade, seria uma das mais amáveis anfitriãs a nos receber) e a vizinha Dona Lica, esposa de Seu Joaquim, com o pequeno bebê nos braços. Seu Antônio foi avalista de Seu Joaquim na última safra, mas como os poucos lucros decidiram arrendá-las desta feita. A dívida, no entanto, rolou e os dois ficaram comprometidos no “si próprio” (desta forma muitos dos reassentados referem-se ao Serviço de Proteção ao Crédito), sem poder fazer uso da nova verba de 5 mil reais “oferecida”¹³ pela COPEL para investimentos no “setor da produção”.

Dona Maria e Seu Antônio têm três filhos, duas moças e um menino. Rociarei, a filha mais velha, trabalha de doméstica em Nossa Senhora da Conceição. Naquela tarde, a outra filha, Delem, chegou no ônibus vindo da cidade. Tinha ido levar o irmão menor, Eco, ao médico – o menino havia machucado o pé com um pedaço de madeira. Dona Maria ficou feliz com a melhora de seu caçula, mas não deixou de reclamar da despesa com as passagens e os remédios. Seu Antônio por fim ponderou: *“com os compadres do presidente (da Associação), as coisas tomam outro rumo”*.

¹³ Esta verba foi apresentada aos reassentados como advinda de uma recém formada Cooperativa de Crédito para pequenos agricultores que sequer saíra do papel. Os mediadores justificaram esta “mentira” por duas vias básicas: primeiramente, uma parte efetiva deste dinheiro seria destinada ao depósito de uma jóia em nome da Cooperativa, a título de associação; por outro lado, os mediadores acreditavam que lançando mão deste “subterfúgio”, eles evitariam o calote, ou seja,

4.7 As disputas pela terra

Já no segundo ano de assentamento Seu Nereu registrou na COAMO o contrato de arrendamento com os irmãos “Cabeça” – onde ficava-lhe assegurado o uso da terra por um período de 5 anos. Uma cópia deste documento, ele entregou à “Sônia da COPEL”, responsável pela “parte social” dos Reassentamentos. É fundamental percebermos que nos trâmites desta negociação além da COAMO adquirir um *status* de “corte de justiça”, Seu Nereu ignora a instância da Associação dos Produtores, não comunicando formalmente a diretoria sobre “sua decisão”.

Os irmãos “Cabeça” continuaram morando no lote, Dona Carmem lavava suas roupas e vez que outra oferecia-lhes alguma comida: *“dava dó, os dois passavam o dia dormindo, fumando palheiro. Viviam do mesmo tipo da beira do rio, um fogo no chão, sem uma panela pra cozinhar”*.

Devemos lembrar que, Seu Nereu e Dona Carmem fazem parte de um grupo que nos primeiros anos de reassentamento aglutinaram-se. Seu Nereu, Seu Roberto Kolling, Seu Agnaldo e Seu Bianco eram as lideranças emergentes de uma facção que congregava em torno de si, basicamente, os exibeirinhos da Bela Vista, do Santo Antonio e do Morro Verde - todas localidades do município de Nossa Senhora da Conceição. A capitalização inicial deste grupo era uma das boas razões para que algumas relações de troca fossem estabelecidas entre estes e os “despossuídos” – como no caso da “parceria” entre Seu Nereu e os irmãos Juca e Cabeça.

Diante das diretrizes e práticas adotadas pela COPEL, no sentido de regular o processo de reassentamento, principalmente no que concerne à ausência de dispositivos normativos, que prescrevessem determinados usos da terra, estes agricultores acabaram por reproduzir um regime de exploração fundiária muito semelhante ao que era relatado como o “costume na beira do rio” – a história que nos foi contada por Dona Nora ilustra bem a versão mais usual do

desconhecendo esta nova instituição, “com medo”, os agricultores saldariam suas dívidas ao longo de oito anos, em sacas de milho.

que seriam estas relações contratuais realizadas “bocalmente”. Alguns documentos, como as “fichas de cadastro” preenchidas pelos recenseadores da COPEL, que encontram-se nos arquivos da Associação de Produtores, nos levam a supor que a maioria dos reassentados arrendava terras através de contratos informais.

Em princípio a COPEL mostrava-se contrária a esse tipo de arrendamento. No entanto, em certos casos, abria-se exceções. Era sabido que o viver dos “Cabeça” não agradava aos técnicos da COPEL, para estes a única alternativa seria “devolvê-los aos seu *habitat* natural”. Assim, não foi uma grande surpresa quando, numa noite de 1997, os irmãos Juca e Cabeça “foram atropelados no meio da noite de sua casa, pelos técnicos da COPEL, que pincharam eles de volta na beira do rio”. Somente Seu Nereu ignorava que os irmãos tivessem vendido as terras para Seu Luís: “*o justo seria os filhos de Dona Ruth administrar o lote quando tivessem crescido. Os Cabeça não tinham juízo pra saber o que faziam, foi tudo feito às escondidas, só entre os dois e a associação*”. Ironicamente, foi durante a gestão de Seu Romário que as terras foram não apenas arrendadas mas sim vendidas, e com o aval da Associação.

4.8 Tornado-se amigo de amigos

Pode parecer paradoxal que logo a chapa que surgiu apresentando-se em defesa dos “despossuídos” na sua luta contra os “capitalizados” tenha aceito essas vendas de terra. Será que não foi um caso excepcional? Ao que tudo indica a resposta a esta pergunta é não. A venda das terras dos irmãos cabeça, durante a gestão de Seu Romário, não foi um evento isolado. Para ilustrar alguns dos movimentos que caracterizaram este primeiro mandato de Seu Romário, retornamos a dois outros casos de transação imobiliária intermediada pela Associação.

4.8.1 O Reassentamento de Seu Luís

O recém-chegado Seu Luís também foi atingido, mas como tinha uma propriedade com mais de 5 alqueires, recebeu indenização e foi morar com a esposa e sua única filha em Nossa Senhora da Conceição, trabalhando de arrendatário na Barra do Covó, um lugarejo que fica a meio caminho do Reassentamento e Nossa Senhora da Conceição. Luís soube em 1997 através de seu primo Bianco, um dos mais prósperos reassentados, tesoureiro da Associação de Produtores, que *“um lote estava à venda¹⁴, era só fazer uma proposta, os Cabeça andavam desinfeliz e não valia a pena continuar investindo neles”*. Para Seu Luís, quem fez um bom negócio foram os irmãos Cabeça, pois ele próprio havia vendido sua propriedade em Nossa Senhora da Conceição para comprar um lote para os “Cabeça” na beira do rio e ainda ficara com uma dívida a ser saldada em parcelas mensais de um salário mínimo: *“Os dois não têm com que se preocupar, vivem comendo fruíta na beira do rio e eu tenho que trabalhar de motorista de ônibus, não posso fazer as plantas, porque a terra está toda arrendada pro Seu Nereu”¹⁵*.

4.8.2 O reassentamento de Seu Capivara e Dona Bernadete

No lote em frente à sede da antiga fazenda, foram reassentados, em 1992, Seu Gabriel e sua esposa. Em seu “grupo dos 5” estavam, sua irmã Dona Odete, casada com Seu Florêncio, Seu Hartmut, Seu Eric e Seu Romário. Dona Odete sente falta de seu irmão, que trocou o lote por umas terras na beira do rio: *“mas não tinha jeito de eles ficarem, aqui tem que ser todo mundo do mesmo tipo e os dois já estavam velhinhos, não iam de se acostumar”*. Seu Florêncio e Dona Odete

¹⁴ Mais uma vez devemos recordar que os agricultores reassentados não são donos de seus lotes, pois não os tem quitados.

¹⁵ Segundo Dona Bia esposa de Seu Vilson, Seu Luís, que é primo de seu marido e já eram vizinhos e amigos na beira do rio, *“se deu mal, mas se deu melhor, porque se ele não pode usar o lote que está arrendado pro seu Nereu, ao menos eles foram os primeiros a ganhar estufa - porque ele só tinha 1 hectare pra cultivo - e o Luís ainda pode trabalhar de motorista de ônibus pro irmão dele”*.

ficaram indispostos com Seu Bianco, que foi o intermediador do negócio fechado entre Seu Capivara e Seu Gabriel, mas jamais ousaram “comprar esta briga”. Este casal parece “consciente” de sua condição de “despossuídos” e da importância de se ter “boas relações” com a facção do presidente (da qual Seu Bianco faz parte).

Neste caso, como no de Seu Luís (que comprou a terra dos Cabeça), Bianco estava servindo de intermediário para parentes seus poderem adquirir um lote. A esposa de Seu Bianco é sobrinha de Dona Bernardete, mulher de Seu Capivara, que comprou o lote do velho casal. Seu Capivara diz que alguma rixa existe entre eles e a família de Seu Florêncio, *“mas está tudo sob controle, o Romário faz função de facilitador, ele é o tal do companheiro”*. Dona Bernardete e Seu Capivara dizem-se “de origem”, ela veio ainda criança de Santa Catarina, lembra-se de ter vivido em Guarapuava, no atual Herval, até o dia do casamento. Seu Capivara é filho de criação, morou com seus padrastos até completar 13 anos e depois, passou a trabalhar nas fazendas da região. Na margem do Iguazu eles eram proprietários de 15 alqueires, dos quais mais ou menos 5 foram submersos: *“a terra boa alagou, só sobrou peral”*.

Há 26 anos morando nestas terras, “desde sempre” Seu Capivara negociou com a COAMO, *“nós plantava e criava pra conviver e o que sobrava fazia troca com o Varley”*. Segundo Dona Bernardete, foi a boataria, que os levou a aceitar a proposta da COPEL, de receber a indenização pelo alagamento, *“uma mixaria, o Júnior Monteiro, que é fazendeiro e irmão do juiz, não se atordoou e a COPEL pagou o que ele queria”* dando a entender que as margens de negociação estreitavam-se conforme a extensão das terras do reclamante. Além disso seus filhos, “os piá”, não conseguiam mais emprego, a não ser em serraria, recebendo 7 reais por dia.

Seu Capivara e Dona Bernardete resolveram então vir para o reassentamento. Eles moram atualmente com seus dois filhos solteiros, Claura e Geusélio, no galpão de alvenaria, enquanto aguardam o término da construção da “casa nova”. Uma filha casada mora ao lado, na primeira casa de madeira construída no Reassentamento, outra filha é casada com um peão de fazenda, num município vizinho e um filho vive ainda nas margens do Iguazu.

Além da lavoura, a família “*luta com os porcos e com as vacas*”, mas dizem “*não produzir o bastante*”, para entrar no grupo do leite (liderado por Seu Hartmut e Seu Eric). “*Leite, se os caras quiserem comprar de mim, compre, se não quiser, vendo pra fora*”. Seu Capivara vende o leite para o “*atravessador do laticínio*” em Nossa Senhora da Conceição e os grãos continua a negociar com a COAMO.

Seu Capivara e Dona Bernardete apontaram semelhanças entre o seu caso, o modo como foram “reassentados” e o caso de Seu Vilson e sua mulher, Dona Bia.

4.8.3 O Reassentamento de Seu Vilson e Dona Bia

Fui visitar Bia num entardecer muito bonito, em que a chuva estiara um pouco, um arco-íris no céu contornava a abóbada do Reassentamento: esta vasta planície levemente ondulada cintilava aos raios do Sol, desvanecendo a imagem deixada por um pé de vento no fim de semana anterior. Neste ano de 1998, muita água rolou sobre estas terras. O último temporal destelhou algumas casas e estilhaçou janelas - como a do quarto das duas meninas de Bia. As aveias em flor que cobriam os campos foram trituradas e por isso, nem a terra repousaria, nem os animais teriam a forragem necessária neste outono. Nestes dias, cada passo dado no barro vermelho, exige do andarilho uma pequena pausa sobre as pedras da margem da estrada: uma raspagem das solas faz-se necessária para tornar o caminho mais leve.

Bia já ocupava a última casa construída pela COPEL, seus móveis novos na cozinha, extremamente *high-tech* contrastavam com o fogão à lenha, providencialmente aceso naquela tarde. Esta agente comunitária de saúde costuma preparar, nos dias em que não faz visitas à comunidade, alguns alimentos para a semana, como pães e feijão. Seu marido Vilson cuida da lavoura e das crianças, mas não sabe cozinhar mais que o almoço e ela “planejava” a semana a fim de “poupar tempo e dinheiro”. Nesta tarde fiquei ao lado do fogão à lenha, para “desencarantar”, enquanto Bia terminava de fritar uma enorme bacia de cuecas-viradas para a semana. Findo o trabalho, sentamos para tomar

chimarrão, Bia buscou seus álbuns de fotografia e chamou suas filhas. As fotos foram organizadas numa seqüência minuciosa: fotos da Camila, fotos da Erika, fotos da Bia quando solteira¹⁶, fotos do Vilson quando solteiro, fotos de festas familiares e dos casamentos. As duas meninas acompanhavam os esclarecimentos da mãe, a mais velha já havia decorado algumas histórias, o quê indica como o expediente dos álbuns ajuda na construção e perpetuação da memória e história desta família.

Os pais de Bia nasceram no Rio Grande do Sul e logo após o casamento migraram para Maravilha em Santa Catarina, onde Bia e seus irmãos nasceram. E como em outros casos, o filho mais velho de Seu Benjamin (o pai de Bia) veio para o Paraná e logo em seguida toda a família “se aventurou” também. O pai de Bia gostava muito de caçar, vendeu uma bela casa e veio para o quê Bia chamou de galpão – as fotos estão lá para confirmar!

Bia não veio com sua família para o Paraná, esperou acabar o ano letivo para realizar a viagem: ela era professora em sua comunidade, dava aulas numa “classe multiseriada”, como as que ainda hoje existem no Reassentamento, onde crianças de várias séries freqüentam o espaço da mesma sala de aula, dividindo entre si a mesma professora.

Bia tem uma irmã que é bancária, um irmão que é cobrador de firma, os demais são todos agricultores. Todos eles moram na Barra do Covó, lugarejo perto do Reassentamento, para onde esta família se mudou depois do alagamento de suas terras na beira do rio Iguaçu. Bia estava preocupada, seus irmãos tiveram sérios prejuízos com a chuva de pedra que assolara a região no sábado à noite, mesmo assim ergue as mãos para os céus quando compara seu lote atual ao anterior, na beira do rio: *“a terra aqui é muito melhor de trabalhar porque se pode maquinar, quase não tem o que se fazer no muque”*.

¹⁶ Um destes álbuns começa com duas fotos do casal: os dois abraçados, dançando carnaval, em anos diferentes, a mesma pose, mostrando uma época vivida “antes das meninas”. Noutras fotos, Seu Vilson aparece vestido de mulher, de peruca inclusive, e em outras encenando com sua irmã. Bia diz que ele gosta de teatro, que uma das peças, cujo conteúdo giram sempre em torno de histórias vividas por eles na infância, está gravada em vídeo e foi encenada no dia 8 de março, comemorando o dia da mulher ali no Reassentamento. Neste dia vieram mulheres de outros assentamentos da região (INCRA/MST e Eletrosul). Na foto da primeira comunhão de Seu Vilson,

A idéia de entrar no Reassentamento lhes veio depois que Seu Vilson fez com sua mãe uma visita a amigos no Reassentamento. “Os dois ficaram num sentimento, porque viram aqueles pra quem eles davam os restos de comida na beira do rio, as tripas dos porcos, em situação melhor que a deles”, disse-me Bia. Seu Vilson resolveu então falar com seu primo Bianco (nas fotos antigas, Dona Bia aponta o lote do pai de Seu Bianco em frente a terra deles, no outro lado do rio Iguaçu) que lhe “passou a informação” do lote do Seu Lilico, que estaria à venda. Mas a negociação não foi nada fácil, Seu Agnaldo, já reassentado, também queria comprar o lote e sua esposa é prima tanto de Seu Bianco, quanto de Seu Vilson: “então ficou um negócio com família no meio”¹⁷.

Ao apoiar seu primo Vilson, Seu Bianco havia feito uma escolha irremediável, agora estava “do lado de Seu Romário”. Seu Romário já havia aberto uma exceção a sua própria regra, ao “reassentar” Seu Capivara no lote entregue a Seu Gabriel. Podemos dizer que, com este precedente, apesar de o estatuto da Associação proibir a venda do lote - pelo simples fato de o mesmo não ter sido quitado, ou seja, não pertencer a outrem que não à própria COPEL - criou-se uma espécie de “jurisprudência”. Desta vez porém, quem estava no páreo para comprar o lote era um outro reassentado, Seu Agnaldo, acima de tudo, um inimigo político de Seu Romário. Segundo Dona Bia, eles “levaram o lote” porque fizeram a melhor oferta. Entretanto, podemos conjecturar que, aliando-se a Seu Romário, Seu Bianco tenha enfraquecido seu antigo grupo (Seu Agnaldo fazia parte do seu “grupo dos 5”), a partir de então, com poder de barganha ainda menor¹⁸.

Ao que tudo indica, um ciclo se fecha: Seu Vilson aciona o mesmo código, a mesma justificativa de benevolência e humanismo que Seu Nereu declarara a propósito de ter arrendado o lote dos irmãos “Cabeça” - prática condenada anteriormente não só por Dona Bia (quando reportando-se ao caso de Luís,

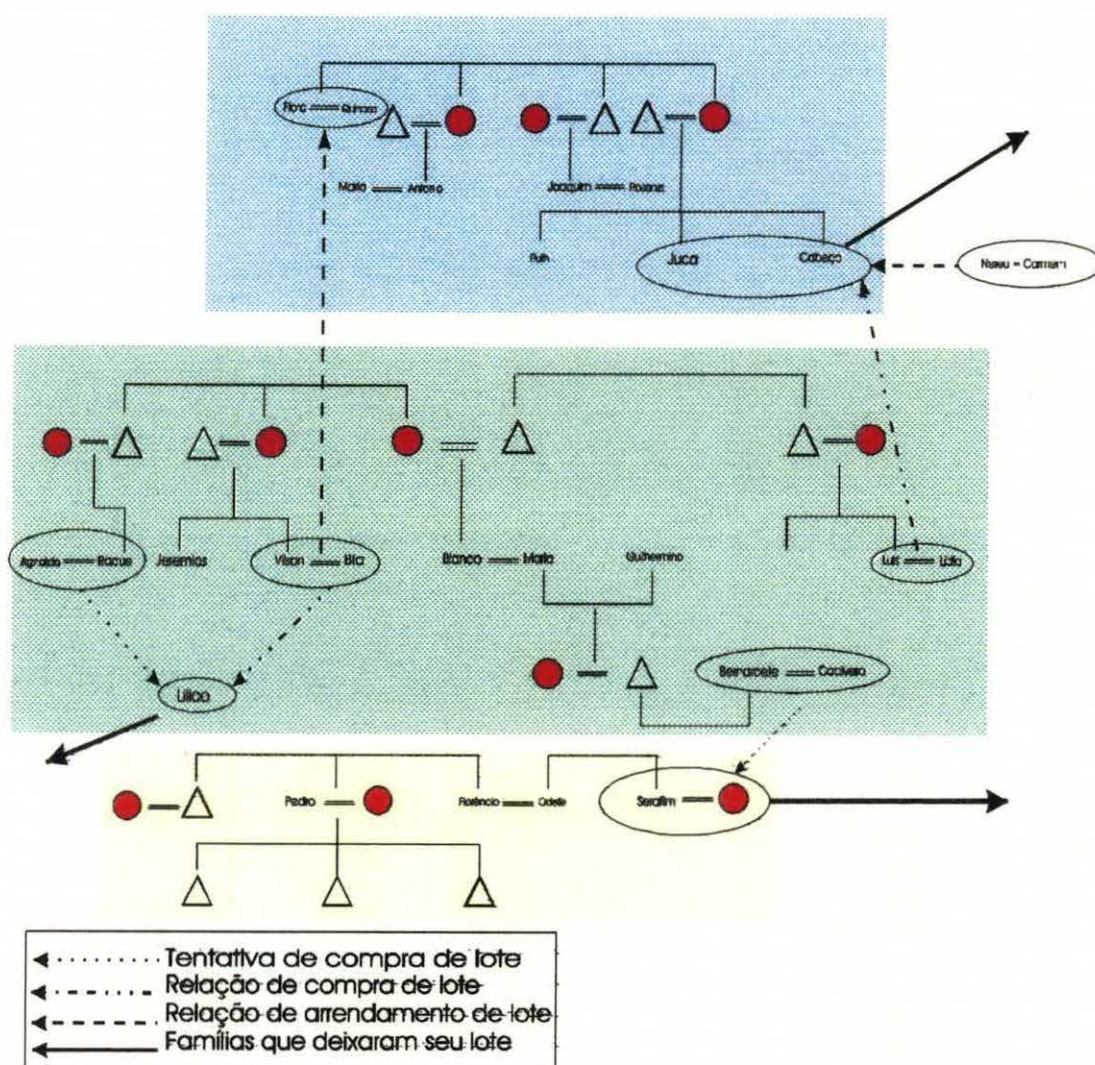
ele estava ao lado desta mesma irmã “parceira de palco”. Bia falou que este foi o primeiro dia que ele usou sapato e cueca: “eles eram muito pobres”.

¹⁷ Para um esclarecimento clássico das implicações morais decorrentes da negociações entre parentes ver Woortman (1990).

¹⁸ A negociação entre eles se deu da seguinte forma, Seu Vilson vendeu 5 alqueires na Barra do Covó para um dos irmãos de Dona Bia, que em troca ofereceu a Seu Lilico um carro, R\$ 13 mil reais e as terras não inundadas na beira do alago.

parente com o qual têm ótimas relações), mas também por Seu Romário, que elegeu-se defendendo uma administração contrária aos arrendamentos.

Figura 1.2 - Algumas redes familiares de Arcano I.



4.9 O As alianças que subjazem ao faccionalismo

Em pouco menos de seis meses após descobrir-se com câncer, Dona Carmem faleceu, no mês de setembro, no Reassentamento de Arcano. Com este golpe súbito Carmem, que era agente comunitária de saúde, deixou de auxiliar os enfermos locais, passando a ser visitada por todos que lhe quisessem render um olhar final. Nos últimos tempos sua aparência era cadavérica, “nada lhe parava no

estômago” e este quadro dantesco espalhara-se pela comunidade – todos reproduziam pictoricamente os derradeiros sofrimentos desta mulher, tendo a visto ou não, convalescendo no leito de morte.

A seu velório compareceu toda a comunidade. Chovia muito, malgrado inverno que não os dava trégua. As estradas intransitáveis ofereciam toda sorte de adversidade aos caminhantes em luto. Os mais afortunados chegavam à casa de um parente ou amigo, morador das cercanias, a fim de enxugar-se um pouco ou mesmo trocar as roupas enlameadas, antes de adentrar o apinhado recinto da Igreja.

Carmem fora também ministra católica. No último verão pude vê-la “puxando um rosário”, junto a algumas carpideiras, durante o enterro de um bebê, filho do casal de carvoeiros, trabalhadores nos fornos de uma das fazendas contíguas ao Reassentamento. O padre de Nossa Senhora da Conceição estaria presente na hora do enterro, mas enquanto a tarde afastava-se, Dona Terezinha, companheira de Carmem no ministério, orientava solenemente o rumo das rezas.

A escola suspendeu as aulas e dirigiu todas as crianças ao velório que se passava ali ao lado. A maioria delas viera ainda pequena para o Reassentamento e junto aos outros membros da comunidade presenciavam nesta manhã uma das primeiras mortes de adultos¹⁹ ocorridas sobre este solo.

Fez-se notar a ausência de uma única família ao funeral, a de Seu Romário, presidente da Associação, notório inimigo político de Nereu, marido da falecida. Poderíamos inferir de antemão, que numa comunidade com pouco mais de 500 almas, a ausência de uma família far-se-ia sentir como um descaso ou mesmo

¹⁹ No cemitério é flagrante o predomínio dos túmulos infantis. As mortes ocorrem em geral, segundo Seu Severino, o curandeiro local, por *míngua*. A *míngua* constitui-se de um mal de causas “não espaciais” (para não falarmos em metafísica), sofrendo deste mal a criança tende a “não vingar”. Nestes casos todos os tipos de rezas, ervas e benzimentos são acionados, mesmo sabendo-se o quão inglória é esta peleja.

Neste ponto é importante recordar o debate entre Scheper-Hughes (1992) e Nations e Rebhun (1988). A primeira, em seu *Death without weeping*, atribui a “apatia” dos pais, diante da morte dos bebês, à “miséria” em que se encontram. Realizando trabalho de campo na mesma região, Nations e Rebhun procuram identificar o sistema simbólico no qual esta morte adquire significado, o sofrimento de todos e muito especialmente a memória dedicada pelos pais aos filhos mortos. Sigaud (1995) com olhar arguto apresenta esta polêmica numa resenha esclarecedora.

uma afronta. Livramo-nos prontamente deste juízo preliminar quando conhecemos a lógica deste grupo a partir de eventos que antecederam este funeral.

Seu Nereu havia gasto tudo o quê possuía com a doença de sua esposa e nos derradeiros momentos precisou “curvar-se” diante da oposição, pedindo dinheiro emprestado a Romário. Ao fazer uso de uma verba administrada pelo “presidente”, Seu Nereu sucumbia aos modos de negociação levados a cabo na Associação – o quê significava, em última instância, o comprometimento da postura de oposição e resistência que não apenas ele, mas todo seu grupo, sustentava desde a vinda para o Reassentamento.

Não comparecendo ao velório de Dona Carmem, Romário mantinha parcialmente incólume a *honra* de Seu Nereu. Ao nosso ver, caso as trocas entre Seu Romário e Seu Nereu tivessem sido publicizadas, o segundo encontraria-se em “dívida pública” com seu inimigo, o quê definitivamente abalaria a representação coletiva acerca do próprio reassentamento, tendo em vista a implicação identitária do faccionalismo nesta comunidade.

Através desta barganha velada permanecia acesa a chama da relação de oposição entre os dois grupos. A legitimidade da posição política de Seu Romário - sustentada em grande parte sobre este conflito público com a facção oponente – estava garantida, por ter este preservado seu inimigo enquanto tal, não como aliado, nem como sequaz. Mesmo aquelas famílias partidárias de Seu Romário condenavam nesta ocasião, seu “coração endurecido”. Mas esta reprovação não o incomodava, pelo contrário, caso comparecesse ao velório, todos saberiam que Seu Nereu encontrava-se em dívida com ele e já não alcançaria mais vitórias políticas, pela simples falta de inimigo²⁰ (Simmel, 1964).

Apesar de toda esta estratégia de Seu Romário, que me foi relatada por Lucas (engenheiro florestal da equipe técnica, que com muita benevolência colocou-me a par do que considerava “os bastidores” das cenas por mim presenciadas), desde a morte de Dona Carmem, a oposição parecia ter enfraquecido-se bastante. Aqui e ali ainda eclodiam sinais de insatisfação com “o

²⁰ Simmel (1964) revela-nos as inúmeras possibilidades de problematização teórica do conflito e, dentre estas, o estudo de situações em que o objetivo da contenda não é o aniquilamento do inimigo, mas principalmente a manutenção da rivalidade.

presidente” e sua administração, mas o grupo em si, fragmentara-se. Seu Nereu em luto, o encontrei bebendo e jogando cartas na bodega de Seu Fausto. O líder da oposição, Seu Gabriel, além de construir um templo para sua Igreja Adventista em Palmeira, dedicava-se, como seus companheiros (Seu Kolling, Seu Eric, Seu Hartmut e Seu Agnaldo), a cultivar lavouras fora do Reassentamento. Aparentemente, pareciam ter desistido da batalha, mas poderiam também estar apenas aumentando seu capital econômico, aguardando mudanças nos rumos dos ventos políticos, para investirem novamente na disputa pela diretoria da Associação de Produtores.

Aqueles (auto-)considerados “em evolução” cindiram-se entre os que desejavam o afastamento da COPEL (pois poderiam “virar-se muito bem” com seus meios de produção e a mão-de-obra de seus vizinhos mais pobres, tendo como lastro o “conhecimento” necessário no município de Nossa Senhora da Conceição) e aqueles que, por serem minoria (ou seja, embora com alguns bens, não possuíam uma clientela sobre a qual se apoiar), exigiam da COPEL investimentos que lhe garantissem “autonomia”. As demandas deste último grupo eram impetradas na qualidade de direitos coletivos, enquanto que o primeiro grupo exigia sua liberdade individual. Este quadro nos leva a crer que mesmo mostrando-se contrária às propostas dos “sublevadores”, a companhia elétrica tenha preferido sua “agenda de reivindicações” à indiferença peculiar do outro grupo, que não mostrava-se afeito a aceitar sua presença “ostensivamente mínima”.

Considerações Finais

Após realizado o trabalho etnográfico em Arcano, toda minha expectativa voltava-se para a construção de uma análise que lançasse luz sobre ao menos um, dos grandes temas que então assomavam em meu espírito. Com o passar do tempo, com os nativos distantes e os livros a me inquirir, as trevas anteriores ao Verbo tomaram seu lugar.

Todos os grandes blocos sobre os quais pretendia erguer esta dissertação começaram a ruir. O "conflito" e tampouco a "dicotomia étnica" pareciam "auto-evidentes". A "violência" que eu presenciara entre os reassentados jamais equiparara-se àquela que estes sofriam no presente e sequer de longe, lembravam os árduos anos de outrora.

Diante das incertezas escorrendo por meus dedos, conclui que todas estas idiossincrasias constituíam um verdadeiro mito. Um mito que orientava as práticas dos reassentados, mas não chegava a funcionar como uma camisa de força para movimentos inesperados.

Os relatos sobre a disputa política interna quase me levaram a pensar Arcano como uma comunidade isolada. A briga entre as facções parecia sustentar-se sobre si mesma, sobre um ódio talvez anterior aos próprios beligerantes. Apenas conhecendo mais de perto o cotidiano dos membros da Associação, de seus rivais e correligionários, é que passei a apreciar estes grupos em seu conjunto.

Sujeitos e agentes de um mesmo processo, estes inimigos aproximavam-se em suas narrativas. Esta constatação fez com que eu descartasse uma das últimas hipóteses levantadas, que sugeria serem os membros de uma facção ex-proprietários e os da outra ex-peões. A partir deste momento o foco da investigação não afastou-se da noção de "processo civilizador", pois este sim parecia o fio condutor que interligava as trajetórias de todas estas famílias.

Com este "passo atrás" pude perceber que a violência e o conflito étnico não encontravam-se tão somente entre os agricultores, mas definiam as estratégias dos agentes mediadores que lá intervinham. O rolo compressor

estatal, muitas vezes azeitado pela equipe de mediadores, procurava aplinar as diferenças, negatizando e extirpando de imediato qualquer foco de resistência.

A disputa faccionalista, em certa medida, devorou este Estado reformador. Mesmo não escapando por completo do programa de "extermínio da barbárie e do atraso", foi deslocando a atenção dos interventores para suas contendas, que os agricultores conseguiram minimizar a velocidade das mudanças que lhes vinham sendo impostas. O antagonismo quase caricato serviu, em parte, para preservar suas peculiaridades frente ao pacote "colonizador" da companhia elétrica.

Neste primeiro esforço de problematização teórica de dados etnográficos, estamos conscientes dos parcos avanços e dos vastos caminhos a trilhar. A análise da disputa faccionalista (pelos cargos de diretoria da Associação de Produtores) mostrou-se reveladora para a compreensão do processo de reassentamento destas famílias de ex-ribeirinhos.

Ao longo da pesquisa, no entanto, inúmeras outras portas surgiram. Algumas pudemos abrir e antever por entre frestas o quê ainda nos espera. Outras sequer sabemos o quê escondem e isto pouco diminui nossa curiosidade.

Sob um prisma relacional, transformar também os mediadores em "nativos" trouxe-nos uma faceta importante do processo analisado que, de outro modo, não teríamos alcançado. No entanto, este aumento da área de investigação implicou um menor impacto das conclusões acerca das representações próprias de cada um dos grupos em questão.

A crescente presença de mediadores ligados a organizações não-governamentais no meio rural brasileiro dista-se sobremaneira das intervenções pontuais realizadas por técnicos "horistas", em décadas anteriores. O tipo de trabalho realizado pela equipe técnica em Arcano demonstra um grau de envolvimento diferenciado, onde o interventor imiscui-se pessoalmente na intervenção.

Esta primeira aproximação nos permitiu investigar parcialmente a relação peculiar que surge do encontro entre o múltiplo "saber camponês" e uma estratégia engajada de "desenvolvimento agrícola". Acreditamos que esta mútua implicação seja extremamente profícua no aprofundamento de um estudo acerca

do "processo civilizador" levado a cabo pelo Estado, principalmente em se tratando de realocação de populações, como no caso de Arcano ou de outras comunidades que enfrentem os mesmos percalços (pobres urbanos, indígenas ou quilombolas, por exemplo).

Quanto ao estudo das representações dos reassentados, muitas possibilidades também descortinaram-se a nossa frente. O trabalho etnográfico identificou a importância da "religião" para a vida destas pessoas e, no entanto, nesta dissertação, mal tangenciamos esta questão.

Seria tarefa árdua identificar todos os significados dos termos "religião" e "religiosos" nesta comunidade. A implicação entre religião e política ficou restrita, neste trabalho, à relação antagonista entre a Associação de fiéis da Igreja Católica e a Associação de Produtores. Outras entidades representativas e confissões religiosas tiveram que, malgradadamente, ser deixadas de lado, por enquanto, embora reconheçamos sua decisiva importância para a compreensão da dinâmica cultural de Arcano.

Sem fôlego para abordarmos questão de tamanha complexidade, nos furtamos de adentrar o mundo das crenças messiânicas, tão arrebatadoras nesta comunidade. Arcano localiza-se, ao menos para os reassentados, na região da Guerra do Contestado. Todos aqui reproduzem com cores vivas a passagem de João Maria por suas casas, como se tudo tivesse acontecido recentemente, e não, com seus antepassados, há muitos anos atrás. Perto de Arcano há uma fonte, onde o monge haveria bebido ou banhado-se. Neste local todas as crianças do reassentamento são batizadas, novenas são rezadas e promessas pagas. Principalmente os reassentados mais idosos – cujas histórias de vida seriam outras pérolas a se debulhar – crêem veementemente no fim do mundo, invariavelmente a acontecer no ano 2000.

Se fôssemos tratar desta dimensão "mítica", não poderíamos deixar de investigar as técnicas mágica acionadas tanto por "especialistas", quanto por leigos da comunidade. Neste ponto, seria de especial interesse compreender a essencialidade dos conhecimentos "do reino" (procedimentos mágicos onde se

lança mão de ervas e especiarias) no combate ao infortúnio de todas as ordens (tempestades, doenças, conflitos, etc.).

Se salientássemos de tal modo o "saber nativo", alçando-o ao centro de nossas atenções, sem dúvida alguma retornaríamos aos conflitos "étnicos", dos quais tratamos brevemente nesta dissertação. Conforme nosso entendimento, o processo civilizador pode por vezes demonstrar certo fascínio pelo exótico "caboclo", mas seu objetivo último é sem dúvida o extermínio da barbárie e, portanto, a capitulação deste seu espécime.

Como pudemos perceber, o avanço da "civilização" se faz por vias atrozés, nem sempre deixando margem para a inclusão deste "diferente", colaborando menos para a "integração", do que para a "guetização" destas populações excluídas *a priori*. Pudemos também compreender o quão falaciosa pode ser esta oposição entre caboclos e colonos, onde, em última instância, todos acabam mais por pasteurizar-se, do que por enriquecer-se com as qualidades comuns e específicas do outro.

Uma pesquisa mais acurada desta dinâmica cultural encontra-se nos nossos planos. Talvez deste projeto surja mesmo a possibilidade de compreender as distintas racionalidades e relações com a terra, que abrimos mão nesta primeira investida, mas cuja investigação nos acena com fascinantes chaves interpretativas.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 1981.
- ALMEIDA, A. W. B. de. *Conflito e Mediação – os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, 1993.
- BAILEY, F. *Gifts and Poison: the politics of reputation*. Chicago, Aldine, 1968.
- BAILEY, F. The peasant view of bad life. In: SHANIN, T. *Peasants and Peasant Societies*. London, Penguin Books, 1971. p. 299-321.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. A *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. p. 159-194.
- BASTIDE, R. *Brasil – terra de contrastes*. São Paulo, Difel, 1980.
- BERTAUX, D. , BERTAUX-WIAME, I. Mistérios da Baguete – padarias artesanais na França: como vivem e por que sobrevivem . *Novos Estudos Cebrap* n.19, p. 116-142, dez. 1987.
- BLOCH, M. Feudal Society. In SCHMIDT. S. W. et al. *Friends, Followers and Factions: a reader in political clientelism*. University of California Press, 1997.
- BOISSEVAIN, J. *Friends of Friends*. Oxford, Basil Blackwell, 1974.
- BOISSEVAIN, J. Factions, Parties, and Politics in a maltese village. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds) *Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkley: University of California Press, 1997. p. 279-286.
- BOTT, E. *Família e Rede Social*. Rio, Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas Lingüísticas*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, P. *La Distinction*. Paris, Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. *Méditations Pascaliennes* . Paris, Seuil, 1997.
- BOURDIEU, P. , SAYAD, A. *Le Déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris, Minuit, 1996.

- BRANDÃO, C. R. *Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- BRANDÃO, C. R. *Os caipiras de São Paulo*. Coleção tudo é história 75. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRASS, T. Popular Culture, Populist Fiction (s): the agrarian utopiates of A .V. Chayanov, Ignatius Donnely and Frank Capra. Agrarian Questions: Essays in Appreciation of T. J. Byres. *The Journal Of Peasant Studies*, s.d., s.l.
- CANDIDO, A . *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Duas Cidades, 1998.
- CERNEA, M. (coord) *Primero la gente – variables sociológicas en el desarrollo rural*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CHAYANOV, A. V. La organizacion de la unidad económica campesina. Nueva Vision, Buenos Aires, 1974. ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 1981.
- COLNAGHI, M. C. *Colonos e Poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História. UFPR, 1984.
- CORADINI, O. L. e RIEDL, M. Produção familiar, tecnologia e produção de soja. *Textos de Estudo* n. 4, Programa de pós-graduação em Sociologia Rural, UFRGS, 1987.
- Da MATTA, R. *The distinction between Alimento (food) and Comida (food) in Brazil*. (mimeo). s/d.
- DE COPPET, D. Introduction. In: Daniel de Coppet (ed.) *Understanding Rituals*. London, Routledge, 1992.
- DE LANNOY, C. *A tecnologia e as associações de cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Rural, UFRGS, 1990.
- DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- ELIAS, N. *O processo civilizacional*. Vol. I e II. Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- ELIAS, N. *Os Alemães*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1997.
- ELIAS, N. *Norbert Elias: on civilization, power, and knowledge*. Chicago, The University Chicago Press, 1998.

- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *Etabliert und Aussenseiter*. Baden-Baden, Suhrkamp, 1993.
- FLEMING-MORÁN, M. , MORÁN, E. F. O surgimento de classes sociais numa comunidade planejada para ser igualitária. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série Antropologia*, Belém (69): p.1-35, jun.1978.
- FOSTER, G. M. The Dyadic Contract: a model for the social structure of a mexican peasant village. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds) *Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkley: University of California Press, 1997. p. 15-27.
- FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil, de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983.
- GEERTZ, C. A Política do Significado In _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989. p. 206-224.
- GEERTZ, C. *Negara – o estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.
- GEERTZ, C. *El Islam Observado*. Madrid. Paidós, 1994.
- GEHLEN, I. *Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a trajetória cabocla* (mimeo.), 1998.
- GEHLEN, I. A luta pela terra no sul a partir dos casos dos colonos de Nonoai. In SANTOS, J. V. T dos. (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. Campinas. Unicamp/Ícone, 1995 . p. 149-166.
- GELLNER, E. *Antropologia e Política: revoluções no bosque sagrado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- GOLDMAN, M. e PALMEIRA, M. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- Governo do Estado do Paraná. *A experiência do Paraná*. Laudes/Vozes, Petrópolis, 1971.
- HEREDIA, B. de. Política, Família e Comunidade. GOLDMAN, M. e PALMEIRA, M. (org.) *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996. p.57-62.

- HEREDIA, B. , PALMEIRA, M. Política Ambígua. BIRMAN, P., NOVAES, R. e CRESPO, S. (org.) O Mal à brasileira. Rio de Janeiro, Eduerj, 1997. p.159-184.
- HERZFELD, M. La pratique des stéréotypes. L'Homme 121, jan-mar 1992, pp.67-77.
- KLEIN, L. Bens de Capital e Estado no Brasil: a implementação do programa de eletricidade. RBCS vol.1 n.3 fev 1987.
- LANDE, C. H. Grupo politics, and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds) *Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkley: University of California Press, 1997. p. 507-509.
- LANNA, M. P. D. A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- LEACH, E. R. Sistemas Políticos da Alta Birmânia. São Paulo, EDUSP, 1996.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- LENOIR, R. Objeto Sociológico e problema Social. In: Merllié, D. et al. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis, Vozes, 1998. P. 59-106.
- MAN YU, Chang. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa no centro-sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988.
- MARTINS, J. de S. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, J. S. *A chegada do Estranho* São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, J. S. *Fronteira*. São Paulo, HUCITEC, 1997.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. Vol. II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.
- MAYER, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. P. 127-158.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

- MEDEIROS, L. S. et al (orgs) *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo, UNESP, 1994.
- MELLO, P. de H. *Seleção, exclusão, Estigma – Projeto Poti: um assentamento de trabalhadores rurais*. Dissertação de Mestrado Propur, UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- MORAES, M. S. M. *No rastro da águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragem*. NAVARRO, Z. et al. *Política, Protesto e Cidadania no Campo - as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. p. 137-170.
- MORAES, M. S. M. Reassentamentos de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai. MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos Rurais - uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 157-176.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- MOURA, M. M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- NATIONS, M. K. e REBHUN, L. A. Angels with wet wings won't fly: maternal sentiment in brazil and the image of neglect. *Culture, Medicine and Psychiatry* n.12, 1988, p. 141-200.
- NAVARRO, Z. S. Assentamentos Rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo – o caso do assentamento Nova Ramada (estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre, 1994, mimeo.
- NEVES, D. P. Assentamentos Rurais: reforma agrária em migalhas. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, J.P. de Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana* n.4 vol. 1, 1998, p. 47-77.
- OLIVEIRA, R. C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, R. C. de. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira? *Anuário Antropológico* n. 85, 1986.
- OLIVEN, R. G. *O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira*. A parte e o Todo . Petrópolis: Vozes, 1992.

- PALMEIRA, M. Voto: racionalidade ou significado? *Revista brasileira de Ciências Sociais* n. 7 vol. 20 1994, p. 26-30.
- PALMEIRA, M. Política, Facções e Voto. In: GOLDMAN, M. e PALMEIRA, M. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996. p.41-46.
- PEIRANO, M. Artimanhas do Acaso. Série Antropologia nº93. Fundação Universidade de Brasília. 1990.
- PINA-CABRAL, J. de The Mediterranean as a category of regional comparison: a critical view. *Current Anthropology*. Vol. 30, n. 3, jun. 1989. P. 399- 406.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- ROTHMAN, F. D. *Political Process and Peasant opposition to Large Hydroelectric Dams: the case of rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992*. Madison: University of Wisconsin-Madison, 1993.
- SAHLINS, M. D. *Culture and Pratical Reason*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.
- SAHLINS, M. D. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do "sistema mundial". *Religião e Sociedade* n. 16, vol. 1-2 , p. 8-25,1992.
- SAHLINS, M. D. *How "natives" think: about Capttain Cook, for example*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- SCHEPER- HUGUES, N. *Death without weeping*. Berkley, University of california press, 1992.
- SCHERER-WARREN, I. Abrindo marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXI, 1997.
- SEYFERTH. G. Trabalho Assalariado, Trabalho artesanal e Campesinato. *Comunicações do PPGAS 1*, Museu Nacional/UFRJ, s/d.
- SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Nova Série, n. 52, maio de 1985. P.41-58.
- SEYFERTH. G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C.(org.) C.(org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: Rosa, L. P. et al. (orgs) *Impactos de Grandes*

Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Rio de Janeiro, AIE/COPPE, Marco Zero, 1988. p.43-166.

SIGAUD, L. A política "social" do setor elétrico. *Sociedade e Estado*, Brasília, IV(1):55-77, jan.jun 1989.

SIGAUD, L. Para que serve conhecer o campo. In.: Miceli, S. *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo – IDESP. Ed. Sumaré: Rio de Janeiro, 1992(a).p. 30-42.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *RBCS* n. 18 ano 7, p. 18-29. 1992(b).

SIGAUD, L. *A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios*. Boletim do Museu Nacional nova série n. 30 Rio de Janeiro, 1978.

SIGAUD, L. "Fome" e comportamento sociais: problemas de explicação em antropologia. *Mana* n.1 vol. 1 out. 1995.p. 167-176.

SILVERMAN, Sydel. El patronazgo como mito. In.: GELLNER, E. et al. *Patronos y Clientes*. Espanha, Jucar, 1986. p. 7-20.

SIMMEL, G. *Conflict, the web of group-affiliations*. New York, Free Press, 1964.

SOARES, L. E. *Campesinato, Ideologia e Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

STRATHERN, M. *Scale, Culture and the imagination: na anthropological puzzle from Papua New Guinea* (mimeo) s/d.

TEIXEIRA, S. A . *Os Recados das Festas: representações e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

TORRENS, J. C. S. (1992) *Alianças e Conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra – 1978/90* . Dissertação de Mestrado, UFRRJ, CPDA, Rio de Janeiro.

TURNER, V. W. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, V. W. *Schism and Continuity in an african society: a study of Ndembu village life*. Oxford, Berg, 1996.

VIANNA, O. *Populações Meridionaes do Brasil: história, organização, psicologia*. Série 5ª Brasileira, Vol. 8. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1993.

WOORTMANN, K. A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade. *Universitas* n. 11, jan-abr 1972.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia", o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, p.11-73. Editora da UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora da UNB, 1997.